



# CONCORRÊNCIA

Nº 95011/2026-SFIL

## CONTRATANTE (UASG 986477)

Município de Guarulhos

## OBJETO

Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil, para a execução de obras civis, visando à reforma do CEMEG São João.

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/03/2026 às 09h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço global

## MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não se aplicam as disposições do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

**CONCORRÊNCIA Nº 95011/2026 - SFIL****SEI Nº 1111.2025/0044108-7**

Torna-se público que o Município de Guarulhos, por meio da Subsecretaria de Licitações e Contratos, sediado à Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP – CEP 07111-080, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1.DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação deverá ser fornecido na forma e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** É parte integrante dos serviços:

**1.2.1.** O fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessários ao serviço descrito, nas planilhas do **ANEXO IV – Planilha de Quantitativos e Preços Máximos da PMG**;

**1.2.2.** O transporte de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra até o local dos serviços;

**1.2.3.** O transporte de todos os resíduos resultantes da execução dos serviços até os locais indicados pela fiscalização; os resíduos sólidos provenientes de demolição deverão ser prioritariamente destinados ao sistema de reciclagem do Município;

**1.2.4.** A CONTRATADA deverá colocar placas de identificação dos serviços, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos após a expedição da ordem de serviços, nos locais a serem indicados na referida ordem, conforme modelo a ser fornecido pela fiscalização;

**1.2.5.** Instalação de canteiro de obras.

**1.3.** As empresas deverão disponibilizar equipes e equipamentos necessários ao cumprimento do cronograma estabelecido.

**1.4.** A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, às normas técnicas da ABNT, às disposições constantes das especificações do **Memorial Descritivo - ANEXO II**, além das diretrizes da fiscalização e todas as demais condições e anexos deste edital.

**1.5.** Na hipótese de ser necessária a qualquer título a utilização de serviços não constantes do **ANEXO IV – Planilha de Quantitativos e Preços Máximos da PMG**, serão observados se os mesmos são descritos na Tabela de Preços publicados na *SIURB – JUL/2025 SD, SINAPI – NOV/2025 SD, CDHU – NOV/2025 SD, SICRO-DNIT-OUT/2025 E SCO-RIO NOV/2025 e*



acrescidos de BDI referencial de 25,00%, e mantidas as mesmas condições da presente licitação. Em caso negativo, serão então compostos, de comum acordo, entre as partes, retroagindo-os a data base da planilha de quantitativos e preços máximos da PMG.

**1.6.** A vigência contratual iniciar-se-á na data da assinatura do contrato encerrando-se com o recebimento definitivo do objeto.

**1.7.** O prazo para execução total dos serviços será de **05 (cinco) meses**, contados da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços.

**1.8.** O **VALOR TOTAL ESTIMADO** pela Administração para o objeto a ser contratado, **incluso o BDI referencial de 25,00% é de R\$ 282.503,30 (Duzentos e oitenta e dois mil, quinhentos e três reais e trinta centavos).**

**1.8.1.** A prestação de garantia será de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme previsto no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/21 no ato da assinatura do contrato.

Quando a opção da garantia for na modalidade prevista seguro-garantia, o contratado terá o prazo de até 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

## **1.9. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E REGIME DE EXECUÇÃO:**

### **1.9.1. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

- 2430 - 0791.1030200502.159.05.3020041.339039.1105
- 1215 - 0791.1030200502.159.01.3100000.339039.0001

**1.9.2. REGIME DE EXECUÇÃO:** Os serviços serão realizados sob o regime de execução indireta de **empreitada por preço unitário**, na forma do artigo 46, I, da Lei nº. 14.133/21.

**1.10. EMBASAMENTO LEGAL:** O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições, bem como demais normas complementares aplicáveis:

- Lei Federal nº 14.133/21

([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm))

- Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014

([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm))

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos



praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.A** não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.5.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.5.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.5.2.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.5.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.5.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.5.4.1.** O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.5.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.5.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.5.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por





submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.5.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.5.8.1.** A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.5.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.5.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.6** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2. e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.7.** O disposto nos itens 2.6.2. e 2.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.8.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.2.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta



vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.2.2** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.2.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.2.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.3** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.4** O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

**3.5** No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

**3.6** A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

**3.7.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.7.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.7.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.8** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2. e 3.4. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.9** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



**3.10** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.11** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.12** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.12.1** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.12.2** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.13** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.13.1** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.13.2** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.14** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.15** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.16** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1** valor global;

**4.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



**4.2.1** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**4.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.3.1** Todos os valores deverão ser apresentados em Reais (R\$), incluído no preço global da proposta todos os custos, impostos, fretes e toda e qualquer despesa que vier a incidir sobre o objeto licitado, inclusive o BDI.

**4.3.2.** O preço proposto constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços mencionados no objeto desta licitação, incluindo BDI.

**4.4.** Os preços/desconto ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.7.1** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.7.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**4.7.3** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos **ANEXO IV – Planilha de Quantitativos e Preços Máximos da PMG.**

**4.8** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao



pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5** O lance deverá ser ofertado pelo valor global ou desconto.

**5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00**.

**5.9** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**5.10** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**5.11** Para o envio de lances na licitação será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**5.11.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.11.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



**5.11.3** Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

**5.11.3** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**5.11.4** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.12** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.13** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.15** No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.16** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.17** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.17.1** Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.17.2** Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

**5.17.3** Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

**5.18** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação



com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.18.1** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

**5.18.2** O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

**5.18.3** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.18.4** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.18.5** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.18.6** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.19** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.19.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.19.1.1** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.19.1.2** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.19.1.3** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;





**5.19.1.4** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.19.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.19.2.1** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.19.2.2** empresas brasileiras;

**5.19.2.3** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.19.2.4** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.20** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.20.1** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.20.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.20.3** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.20.4** O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada** ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.20.5** É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo ou por ofício quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital.

**5.21** Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

**6.1** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1** SICAF;

**6.1.2** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**6.1.3** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>) .

**6.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**6.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**6.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**6.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4 deste edital.

**6.5** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**6.5.1** Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação/comissão, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.



**6.6** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.6.1** conter vícios insanáveis;

**6.6.2** não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

**6.6.3** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.6.4** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.6.5** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.7** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.7.1** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

**6.7.1.1** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.7.1.2** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.8** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**6.8.1** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**6.8.2** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação dos custos unitários estimados pela Administração, conforme planilha anexa ao edital;

**6.8.2.1** Cabe desclassificação em razão de custos unitários superiores aos orçados pela Administração, conforme art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021, que expressamente se refere ao critério de aceitabilidade de preços unitário e global a **ser fixado no edital**, bem como pela definição de sobrepreço do art. 6º, LVI, que expressamente estabelece que esse pode ocorrer em relação ao preço unitário nesse regime.

**6.8.3** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**6.8.4** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.



**6.9** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.10** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.10.1** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico:

**6.10.1.1** as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

- a) Deverá constar das planilhas, menção explícita ao título profissional e ao número da carteira profissional de quem a subscrever.
- b) Na apresentação da proposta de preços, deverá ser adotado como critério de arredondamento a utilização de 02 (duas) casas decimais para os itens de quantitativo, preço unitário com BDI e custos totais e parciais.

**6.11** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**6.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.11.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.13.** Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.



**6.14** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.16.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.17** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a licitante apresentar:

### **I – Jurídica;**

- a)** Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b)** Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- c)** Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício.
- d)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **II – Técnica: a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:**

- a)** certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei Federal 14.133/21, conforme transcrito abaixo:

- a1)** A atuação do contratado no cumprimento de obrigações assumidas será avaliada pelo contratante, que emitirá documento comprobatório da avaliação realizada, com menção ao



seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

**a2)** Em se tratando de serviços contínuos, será exigida certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

**a3)** Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

i. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

ii. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

**a4)** Na hipótese prevista no a3), para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

**a5)** A relação dos serviços a serem comprovados respeita as respectivas quantidades da execução pretendida, nos termos da Súmula 24 do TCESP:

Item	Código	DESCRIÇÃO	Unidade	QUANT. A SER COMPROVADA
4.3	87263	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF_02/2023_PE	m²	52,00
5.10	2408149	ESTRUTURA EM PERFIL DE AÇO ASTM A36 CORTE, SOLDA E MONTAGEM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Kg	1.100,00
10.4	92394	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	m²	105,00

**b)** prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;



**c)** registro ou inscrição na entidade profissional competente:

**c1)** Original ou cópia autenticada da Certidão de Registro de pessoa jurídica **e de seus responsáveis técnicos**, junto a entidade competente (CREA/CONFEA ou CAU) da região a que estiverem vinculados.

**c2)** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil, apresentando como documento de habilitação uma declaração do compromisso assumido.

**d)** apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica, mediante a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), conforme Súmula 23 do TCE/SP, devidamente registrado e expedido pela entidade competente – Sistema CONFEA/CREA e/ou CAU, por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.

**d1)** Na documentação apresentada não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções relativas as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Administração Pública conforme disposto nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

**d2)** Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**d3)** A comprovação do vínculo dos profissionais indicados deverá se dar antes da ordem de início dos serviços conforme a Súmula 25 do TCESP

**e)** indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

**e1)** A comprovação do vínculo dos profissionais indicados deverá se dar antes da ordem de início dos serviços conforme a Súmula 25 do TCESP

**f)** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

### **III - Fiscal, social e trabalhista;**





- a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### **IV – Econômico-financeiro.**

- a) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- b) Capital social mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

#### **V- Documentação complementar**

- a) Declaração formal conforme ANEXO I – A

**b) Declaração de cumprimento da lei estadual nº 12684/2007:** Declaração formal elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não serão utilizados produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição, em conformidade com a Lei Estadual nº 12.684/07 (**ANEXO I-C**).

**c) Declaração de cumprimento da lei municipal 6.126/06:** de que tem pleno conhecimento da Lei Municipal 6.126/06, que instituiu o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil, assumindo a obrigação de atender aos dispositivos da referida lei, em especial as do artigo 19 e seus parágrafos, bem como observar e aplicar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização dos serviços sob a sua inteira responsabilidade, assumindo ainda, responsabilidade em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores, conforme modelo (**ANEXO I-D**).

**7.2.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeiro, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.3.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



**7.4.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.5.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**7.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados na forma da lei.

**7.7.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**7.8.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**7.9.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.10.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.11.** Considerando que a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deverá, sob pena de inabilitação, atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**7.11.1.** O licitante que optar por realizar vistoria prévia, acompanhado de Profissional da Secretaria de Saúde, terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado na Divisão Técnica de Coordenação do Planejamento e Desenvolvimento de Projetos - tel. (11) 2472-5119, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**7.11.2.** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, o licitante poderá substituir o exigido no item 7.11, por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



**7.12.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**7.12.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**7.13.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**7.13.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**7.14.** A verificação pelo agente/comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.14.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente/comissão.

**7.15.** A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.15.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.16.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º:

**7.16.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;  
e

**7.16.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.17.** Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.18.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente/comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a



apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.14.1.

**7.19.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.20. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:**

- a)** Serão aceitas certidões positivas de débito, com efeitos de negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.
- b)** A documentação, conforme o caso, deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas Federal, Estadual e Municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (números de inscrição no C.N.P.J., I.E. e C.C.M.).
- c)** A aceitação dos documentos obtidos via “internet” ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Subsecretaria de Licitações e Contratos.
- d)** Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 06 (seis) meses entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.
- e)** Os documentos exigidos para habilitação, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento.

**7.21. No caso de participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas serão acrescidos os seguintes procedimentos:**

- a)** As licitantes deverão comprovar, a sua condição de ME, EPP ou EQUIPARADAS por todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente (CNPJ, documento da Junta Comercial, por exemplo).
- b)** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas deverão apresentar, todos os documentos de habilitação exigidos, mesmo que apresentem alguma restrição, devendo estas serem sanadas no prazo definido neste edital.
  - b1)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme art. 43, §1º da Lei Complementar 123/2006.
  - b2)** A não regularização da documentação, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme art. 43, §2º da Lei Complementar 123/2006.



c) A não comprovação da sua condição de ME, EPP e EQUIPARADAS e/ou não regularização dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a licitante estará sujeita às sanções legais, ficando sujeita inclusive ao impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

**7.21.1.** Os incisos acima não serão aplicados quando o valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte conforme ao art. 4º, §1º da Lei 14.133/21.

**7.22. No caso de participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15. da Lei 14133/21, serão observadas as seguintes normas:**

**I** - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

**II** - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

**III** - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

**IV** - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

**V** - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

**7.22.1.** Para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

**7.22.1.1** O acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

**7.22.2** O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso.

**7.22.3** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.



## **8. DOS RECURSOS**

**8.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**8.3.3** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema e em caso de impossibilidade através do e-mail [licitacaodcc@gmail.com](mailto:licitacaodcc@gmail.com), podendo ser feita a sua confirmação através do telefone (11) 2423-8623 – Seção Técnica de Apoio às Licitações.

**8.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados junto à Subsecretaria de Licitações e Contratos, Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

**9.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra; ou
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**9.1.3** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.3.1** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.1.4** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**9.1.5** fraudar a licitação

**9.1.6** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- b) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**9.1.7** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**9.1.8** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**9.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**9.2.1** advertência;

**9.2.2** multa;

**9.2.3** impedimento de licitar e contratar; e

**9.2.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**9.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.3.1** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**9.3.2** as peculiaridades do caso concreto;

**9.3.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**9.3.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**9.3.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.4** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**9.4.1** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.





**9.4.2** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4.,9.1.5.,9.1.6.,9.1.7. e 9.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**9.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**9.6** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**9.7** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1.,9.1.2., e 9.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**9.8** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4.,9.1.5.,9.1.6.,9.1.7. e 9.1.8. bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1.,9.1.2. e 9.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**9.9** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**9.10** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**9.11** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.12** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



**9.13** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.14** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail [licitacaodcc@gmail.com](mailto:licitacaodcc@gmail.com), podendo sua confirmação ser feita através do telefone (11) 2423-8623 – Seção Técnica de Apoio às Licitações ou protocolada até às 16h30min do último dia do prazo, na Secretaria de Finanças na Seção Administrativa de Expediente da Subsecretaria de Licitações e Contratos, Sito à Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP – CEP 07111-080.

**10.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.5** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação/ comissão, nos autos do processo de licitação.

**10.6** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**11.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

**11.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**11.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**11.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



**11.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**11.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**11.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**11.9** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**11.10** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoes.guarulhos.sp.gov.br/todaslicitacoes/> ou <https://www.guarulhos.sp.gov.br/transparencia/consulta-de-licitacoes>.

**11.11.** Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração, conforme previsto no art. 122 da Lei 14.133/21, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

**11.11.1.** O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

**11.11.2.** Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

**11.11.3.** A subcontratação só será permitida até o limite financeiro de 30% do valor total do contrato.

**11.11.3.1** Os serviços que podem ser subcontratados são os referentes às atividades acessórias, cujo serviço especializado não caracteriza a essência do objeto do contrato.

**11.12** A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto no Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022 que trata da Política de Segurança da Informação, devendo cumprir todas as diretrizes e responsabilidades nele estabelecidas.

**11.13.** Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro da Comarca de Guarulhos.



**11.14.** É facultada ao agente/comissão ou à autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**11.15.** Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

**12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

ANEXO I – Declarações

ANEXO II – Memorial Descritivo

ANEXO III – Termo de Referência / Projeto Básico

Anexo III – A – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO IV – Planilha de Quantitativos e Preços Máximos

Anexo IV – A – Cronograma Físico Financeiro

Anexo IV – B – BDI

Anexo IV – C – Acórdão

ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Guarulhos, 05 de março de 2026

**GLAUCO LUIZ SILVA**  
SUBSECRETÁRIO  
Subsecretaria de Licitações e Contratos



1111.20250044108-7

## **ANEXO I**

## **DECLARAÇÕES**

**ANEXO I - A****MODELO****A Prefeitura de Guarulhos****Subsecretaria de Licitações e Contratos****Concorrência nº .....****Processo Administrativo nº .....****Objeto:**

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA:

- a)** não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021.
- b)** não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;
- c)** está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;
- d)** é responsável pela fidelidade e legitimidades das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_

**ANEXO I - B****MODELO DE DECLARAÇÃO APARELHAMENTO TÉCNICO****A Prefeitura de Guarulhos****Subsecretaria de Licitações e Contratos****Concorrência nº .....****Processo Administrativo nº .....****Objeto:**

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA que disponibilizará as instalações e aparelhamento adequados disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como indica o pessoal técnico com a respectiva qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme abaixo:

.....

.....

.....

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_





1111.20250044108-7

## **ANEXO I-C**

### **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº 12684/2007**

#### **MODELO**

**A Prefeitura de Guarulhos**

**Subsecretaria de Licitações e Contratos**

**Concorrência nº .....**

**Processo Administrativo nº .....**

**Objeto:**

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA não utilizar produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipo de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente tenham fibras de amianto na sua composição, em conformidade com a Lei Estadual nº 12684/2007.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_

**ANEXO I-D****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI MUNICIPAL Nº 6126/06****MODELO****A Prefeitura de Guarulhos****Subsecretaria de Licitações e Contratos****Concorrência nº .....****Processo Administrativo nº .....****Objeto:**

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA que tem pleno conhecimento da Lei Municipal 6126/06, que instituiu o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil, assumindo a obrigação de atender aos dispositivos da referida lei, em especial as do artigo 19 e seus parágrafos, bem como observar e aplicar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização dos serviços sob a sua inteira responsabilidade, assumindo, ainda, responsabilidade em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_



Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO II**

### **MEMORIAL DESCRITIVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# **MEMORIAL DESCRITIVO**

## **REFORMA DO CEMEG SÃO JOÃO**

Rua Taipu, 92 – Jd. São João

### **PROJETO:**

SECRETARIA DA SAÚDE

DIVISÃO TÉCNICA DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL DAS EDIFICAÇÕES

Maio/2025 – revisão 1

## MEMORIAL DESCRITIVO

TÍTULO DO PROJETO: **REFORMA DO CEMEG SÃO JOÃO**

PROPRIETÁRIO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**

LOCAL: **Rua Taipu, 92- Jd. São João- Guarulhos – SP.**

### OBJETIVO

Este documento tem por objetivo apresentar as diretrizes básicas para a reforma do prédio da sede do CEMEG São João - Guarulhos – SP

### APRESENTAÇÃO

Este caderno estabelece as condições e requisitos técnicos que deverão ser obedecidos pela CONSTRUTORA na execução dos serviços, e, em conjunto com o projeto, Normas Técnicas Brasileiras ou ainda aquelas que porventura venham a substituí-las, servirá de documento hábil a ação da FISCALIZAÇÃO.

A CONSTRUTORA, antes do início de qualquer uma das atividades relacionadas com a obra, deve ter, obrigatoriamente, conhecimento total e perfeito de todo o projeto com respectivo memorial, deste caderno de especificações e das condições locais onde serão executadas as obras.

Qualquer dúvida sobre este caderno de especificações, ou ainda, sobre os detalhes desta obra deverá ser discutida com a área técnica da Divisão de Desenvolvimento Funcional das Edificações- SS19.03. A CONSTRUTORA, nos termos da legislação vigente, assume integral responsabilidade técnica e civil sobre todos os materiais e serviços a serem adotados na execução da obra.

O início das obras só ocorrerá após autorização da FISCALIZAÇÃO, e após reunião de início com a equipe técnica e a gerência da unidade.

Todas as medidas e eventuais dificuldades para a execução das obras deverão ser conferidas no local. A CONSTRUTORA não poderá alegar sob qualquer pretexto de que desconhecia as condições físicas bem como o regime de trabalho do local em que a obra será executada. Quaisquer dúvidas de ordem técnica, porventura observadas no local deverão ser direcionadas à FISCALIZAÇÃO da obra que se reportará aos responsáveis técnicos respectivos.

### RESPONSABILIDADES

A execução dos serviços será de responsabilidade da CONSTRUTORA para execução, dentro das necessidades básicas da edificação.

A CONSTRUTORA assumirá toda a responsabilidade pela execução das obras, serviços e instalações realizadas, respondendo pela sua perfeição, solidez e segurança em relação ao proprietário e terceiros, nos termos do Código Civil Brasileiro. Deverá ser observada toda a legislação pertinente inclusive com relação às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

A CONTRATADA assumirá a responsabilidade sobre quaisquer danos ocorridos em equipamentos ou instalações existentes no imóvel e adjacências durante a execução da obra.

Será permitida a sub-empregada parcial dos serviços, em serviços complementares ao objeto principal, como demolições, transporte e instalações, ficando mantida, porém, sua responsabilidade junto à Prefeitura de Guarulhos.

Quando houver, além da CONSTRUTORA, mais de um empreiteiro realizando serviços, haverá necessidade de entendimentos preliminares entre as partes a fim de se obter um bom entrosamento e compatibilidade no andamento dos trabalhos, sem prejudicar ou danificar os serviços concluídos e/ou a concluir, pertinente a qualquer uma das CONSTRUTORAS envolvidas.

A Administração disponibiliza o PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA, para direcionar e esclarecer a proposta de necessidades da unidade. Cabe à CONSTRUTORA elaborar projetos complementares, levantamentos e demais elementos técnicos, se julgar necessário e às suas expensas.

O projeto que embasa o LTA (laudo Técnico de Avaliação da Vigilância Sanitária), se encontra devidamente aprovado, não cabendo alterações no projeto básico sem a devida **avaliação e autorização da Administração**.

Alterações nos projetos básicos de arquitetura, de qualquer ordem, seja na definição de técnicas, materiais ou dimensões são proibidas sem o devido aceite da equipe técnica da SS19.03 e do autor do projeto, e desde que se fundamentem em situações necessárias à execução.

Ao final da obra, a CONSTRUTORA deverá solicitar junto à FISCALIZAÇÃO a emissão do TERMO PROVISÓRIO DE ENTREGA da construção, onde serão verificadas as condições finais e gerais da edificação. Se houver algum serviço, produto ou material que apresente inadequações, a FISCALIZAÇÃO apresentará relatório e apontará prazo para sanar os problemas.

Afim de se estabelecer a correta informação sobre os custos envolvidos na prestação dos serviços, dado fundamental à Administração, a CONSTRUTORA deverá apresentar planilha de serviços com quantitativos e custos, podendo ocorrer na entrega do pedido de Termo Provisório de entrega da construção.

## **A PROPOSTA**

A sede do CEMEG São João ocupa uma edificação de pavimento único, na Rua Taipu, 92- Jd. São João, em lote de cerca de 9.631,60 m<sup>2</sup> (área maior), e possui atualmente uma área construída de 832,38 m<sup>2</sup>.

A proposta desta intervenção consiste em:

- 1- Reforma parcial do piso do estacionamento, com retirada e re-acomodação de trechos em piso intertravado, adoção de pisos intertravados em trechos de asfalto em más condições;
- 2- Revisão da drenagem do estacionamento, com eventual redirecionamento, além da troca de trechos de guia e sarjeta;
- 3- Reforma de trechos de calçada externa, onde necessário;
- 4- Desobstrução de canaletas e guias para passagem de AP;
- 5- Reforma da recepção, com troca de piso, pintura e porta de entrada;
- 6- Instalação de forro acartonado na sala de arquivo, com troca de luminárias por led;
- 7- Substituição de estrutura e telhas da atual cobertura da entrada;
- 8- Reestruturação da rampa de acesso à unidade, com definição de nova inclinação, e instalação, na rampa de entrada, de piso tátil, e de guarda-corpo com corrimão de acordo com a NBR 9050;
- 9- Instalação de barras de apoio nos dois banheiros PNE da recepção e exaustor para o banheiro sem janela direta ao exterior;

Não haverá acréscimo de área construída, apenas reformas e complementações no prédio existente.

Abaixo segue breve descrição dos serviços:

### **ESTACIONAMENTO**

A área do estacionamento possui pavimentação parcial em blocos intertravados de concreto, e parcial em pavimentação asfáltica, em condições ruins, por execução inadequada. Como providência necessária para o bom trânsito de carros e principalmente, de ambulâncias, faz-se necessária a substituição do piso do estacionamento e acessos, indicados no projeto básico, além de providências relativas às drenagem do terreno (sarjetas, calhas).

Nos trechos de piso intertravado em que se prevê sua manutenção, será necessária a retirada dos mesmo, nivelar a base e reinstalar as peças.

Serão também instaladas guias de concreto onde estas estão ausentes ou em más condições.

O piso inter-travado será em peças sextavadas em concreto, cor natural, com 8cm de espessura.

### **REFORMA DA RECEPÇÃO E DA SALA DE ARQUIVO**

A reforma da recepção consiste em ampliar o espaço útil, com a demolição de uma parede e retirada da porta em seu atual lugar- uma nova porta em vidro, instalada no alinhamento da fachada frontal, garantirá mais ventilação e iluminação naturais na recepção.

Na oportunidade também será feita a troca do atual piso em granilite, que apresenta desgaste e rachaduras em vários pontos, por piso porcelanato, em cor clara. A pintura das paredes internas da recepção será objeto da reforma.



A sala de Arquivo ganhará forro em gesso acartonado estruturado e novas luminárias, uma vez que a sala hoje não dispõe de forração.

### **COBERTURA DA ENTRADA PRINCIPAL E RAMPA DE ACESSO**

A atual cobertura da entrada, em estrutura metálica e lona, será substituída por uma versão mais estruturada, de pilares metálicos, em perfis tipo caixão retangular vazado, e telhamento com telhas metálicas trapezoidais. Serão também instalados calhas e tubos de encaminhamento de águas pluviais.

A atual rampa, sob a cobertura, receberá corrimão e guarda corpo, além de piso podotátil, para habilitá-la de fato para o uso de PNE, e de acordo com a NBR 9050, além de revisão de sua inclinação, de modo a acessar em nível à espera da unidade.

### **REFORMA DOS BANHEIROS DA RECEPÇÃO**

Os banheiros da recepção sofrerão reforma que visem de fato habilitá-los para o uso de PNE, com a instalação de portas mais largas com puxadores adequados e instalação de barras de apoio.

#### **Mudança de layout e reformas pontuais:**

*Demolições:* retirada de divisórias internas em madeira; demolição de alvenarias em pontos específicos, demolição de pisos em locais específicos, retirada de janelas, portas, louças e tampos, de acordo com o PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA e executivos correlatos, se houver. Será garantida a retirada de entulho de obra e seu descarte em local adequado.

*Alvenarias e fechamentos novos:* os fechamentos serão em alvenaria de vedação, de acordo com o PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA. Os acabamentos serão em massa corrida, ou gesso, finalizados com tinta látex, na cor padrão definida pela Administração (anexo a este Memorial segue o documento "TABELA DE CORES").

*Portas:* está prevista a instalação de portas em madeira, com acabamento em melamínico branco, dotado de batentes metálicos e barra inferior em chapa inox, além de puxadores especiais para PNE. No PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA estão definidas as dimensões e características das peças.

A porta de entrada será estruturada em perfis metálicos, com instalação de vidros fixos e basculantes, e duas folhas fixas e duas de correr. O acabamento será em tinta esmalte sintética na cor definida no anexo "TABELA DE CORES".

*Janelas:* a janela nova seguirá as características mencionadas no projeto básico, terá vidro 6 mm. Transparente, e deverá receber pintura na cor igual as existentes, ou seguindo o padrão fornecido. Terá tela milimetrada como definido na planilha de serviços, estruturada em quadro de alumínio ou material equivalente.

*Pisos:* os pisos atuais da espera, recepção e sala de arquivo são feitos em granilite; em vista da sua retirada, por conta de ajustar seus níveis (remover atuais desníveis), será instalado piso porcelanato padrão 60x60 cm, com junta mínima ou seca, de características clara, boa resistência à corrosão e anti-eskorregamento, conforme planilha de serviços. O assentamento e as características estão expressas no PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA e na planilha de serviços



*Louças e metais:* As barras de apoio serão em aço inox polido, fixados nas paredes por parafusos e buchas, de acordo com projeto.

*Forros:* os forros serão instalados nos pontos indicados em planta, e serão em gesso acartonado estruturado, com acabamento liso e pintado com tinta látex na cor branca

*Equipamentos de iluminação:* serão instalados na sala de arquivo e cobertura de entrada, luminárias tipo calha com difusor, para receber lâmpadas tubulares em led.

*Fundação e estrutura:* A cobertura de entrada será em telhas metálicas, apoiadas sobre perfis tipo caixão retangular vazado, e se estruturará em seis pilares tubulares metálicos, perfil quadrado, sobre sapatas isoladas em concreto. Toda a estrutura deve receber camada de proteção e pintura finalizada fosca.

### **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS (iluminação)**

As instalações elétricas e seus complementares deverão atender aos seguintes às exigências das normas ABNT, no que aplicável, dentre outras, em suas últimas revisões, sendo as principais descritas abaixo:

NBR 5410 - Instalações elétricas em baixa tensão;

NBR ISO 8995-1 - Iluminação de ambientes de trabalho;

NBR 5419 - Sistema de proteção contra descargas atmosféricas;

PT.PN.03.24.0003 – Padrão Bandeirante para Fornecimento de Energia Elétrica em Tensão Primária de Distribuição;

NBR14136 Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo até 20 A/250 V em corrente alternada – Padronização

NBR 14039 – Instalações Elétricas de Média Tensão de 1,0 kV a 36,2 kV;

NBR 13570 - Instalações elétricas em locais de afluência de público - Requisitos específicos

RDC 50 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde;

NBR 13534 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão – Requisitos Específicos para Instalação em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde

As instalações elétricas serão executadas prevendo a instalação de cabos, eletrodutos, quadros gerais e de distribuição, disjuntores, dispositivos de proteção contra surtos-dps, interruptores, tomadas e luminárias necessárias para as finalidades de cada ambiente de acordo com o projeto arquitetônico. Todas as instalações elétricas serão executadas com esmero e bom acabamento, todos os condutores, condutos e equipamentos cuidadosamente fixados em posição e firmemente conectados aos respectivos pontos, formando um conjunto eletromecânico satisfatório e de boa aparência. Só serão empregados materiais rigorosamente adequados para a finalidade em vista e que satisfaçam as normas da ABNT que lhes sejam aplicáveis. As instalações seguirão para os pontos de consumo através de eletrodutos corrugado para pontos dentro das paredes em Drywall e Alvenaria e Perfilado para passagem de circuitos acima do forro com suas devidas conexões, conduletes e caixas de passagem. Todos os materiais deverão ser de qualidade para garantir a facilidade de manutenção e durabilidade. As instalações elétricas foram projetadas de forma a otimizar a distribuição dos circuitos a fim de se obter uma instalação funcional, econômica, flexível para futuras ampliações e de fácil operação e manutenção.

### **Interruptores:**

Os interruptores deverão obedecer a normas vigentes, com capacidade mínima de operação estipulada em 10A/250 V, devidamente identificados as suas Fases e Retornos pela codificação de cores e instalados conforme altura estabelecida no projeto elétrico. Todas as tomadas de tensão diferente a 127 V deverão conter etiquetas metálicas de identificação de tensão, todas as etiquetas de identificação deverão ser resistentes à abrasão e a prova d'água.

### **Cabos:**

Os Cabos dos circuitos terminais, bem como os condutores de proteção (PE) de todos os circuitos, serão condutores isolados de cobre eletrolítico-classe 4, e classe 5 para bitolas a partir de 10mm<sup>2</sup>, isolados em PVC, característica de não propagação e auto extinção do fogo, classe térmica 70°C, devem ser de isolação antichamas de material atóxico e tensão de isolação 1 kV, no caso em que os fios ou cabos tiverem que ser alojados em eletrodutos subterrâneos, sua isolação deverá ser de 1KV constituída de EPR ou XLPE. Todos os condutores isolados deverão ter a seguinte codificação de cores: as fases – preto e vermelho; neutro – cor azul clara; terra – cor verde; retorno – amarelo. Os cabos não dimensionados serão de 2,5mm<sup>2</sup>. Os cabos com bitolas superiores a 6mm<sup>2</sup> devem ser fixados com terminais de compressão.

Deverá ser deixada uma volta de cabo na primeira e na última caixa de passagem entre as interligações de quadros gerais e de distribuição.

Para futura manutenção das luminárias prever uma folga de cabo de aproximadamente 1,0m por condutor.

### **Serviços de Pintura**

Todas as paredes internas da recepção serão repintadas, com emassamento nos pontos críticos para garantir a qualidade de acabamento; Será em tinta látex na cor determinada pelo padrão da prefeitura para UBS (ver documento “tabela de Cores”).

Todas as portas metálicas e esquadrias novas receberão pintura em tinta esmalte acetinada.

### **RECOMENDAÇÕES FINAIS**

A Placa de Obra será em Chapa de Aço Galvanizado com medidas padrão fornecidas em documento intitulado “Placa de Obra Federal” em anexo à este memorial. Além desta, fabricará também placa específica da PMG, com modelo a ser fornecido pela Fiscalização. A Placa deverá ser fixada na parte frontal da obra em local visível e deverá ser mantida durante todo o período de realização da obra.

Paralelamente ao desenvolvimento dos primeiros trabalhos junto às obras, a CONSTRUTORA deverá prever isolamento da área de intervenção, afim de se evitar acidentes à terceiros e transeuntes.

Todos os serviços e materiais empregados na obra deverão estar em conformidade com as normas da ABNT e normas locais.

Destacam-se, pelo volume e importância destes serviços no todo da obra, as seguintes normas, sem prejuízo de todas as demais aplicáveis:

Abnt NBR's 15527 e 15645; 15.758; 15953; 8800; 16.868; 8160; 9050.

Os serviços devem ser realizados por profissionais capacitados, e com supervisão constante.

Deve a CONSTRUTORA executora dos serviços atender única e exclusivamente as orientações da Fiscalização, não acatando sugestões ou demandas de terceiros, mesmo que da gerência da unidade ou outros agentes.

## **SEGURANÇA NA OBRA**

Deve-se garantir durante todo o desenvolvimento das obras, a máxima segurança de funcionários da obra, usuários da unidade e transeuntes, sendo garantidos todos os EPI's definidos pela legislação e normas.

Pelo fato de a obra ocorrer com a unidade em funcionamento, deve-se prever o devido isolamento do canteriro, a fim de se evitar acidentes e inconvenientes aos usuários e funcionários.

Todo o planejamento da obra deve ser discutido previamente entre a CONSTRUTORA, a gerência da unidade e a fiscalização, para se harmonizar as informações e as ações de cada agente.

Deve-se dispor de ferramentas adequadas ao serviço, e sua guarda caberá à CONSTRUTORA que realizará os trabalhos.

Os materiais armazenados serão igualmente de responsabilidade da CONSTRUTORA, não cabendo pedidos de ressarcimento para a Administração, em caso de furto ou roubo.

## **FINALIZAÇÃO**

Após o término dos serviços, será procedida a limpeza do local de intervenção, não restando resíduos de obra ou respingos de tinta.

Após a limpeza final da obra, a CONSTRUTORA comunicará oficialmente ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto, sobre a CONCLUSÃO, para vistoria final com objetivo de entrega Provisória e Definitiva da obra ao contratante, com o objetivo de verificar as perfeitas condições de funcionamento, e segurança estrutural, de todas as instalações de águas pluviais, equipamentos, ferragens, etc.

Guarulhos, 29 de maio de 2025.

Resp. Técnico:

**RODNEY ALEXANDRE TONELOTTO**

Arquiteto e Urbanista

**CRISTIANO MYRA**

Chefe de Divisão



## PROJETO - REFORMA DO CEMEG SÃO JOÃO

CT REPASSE 934231/2022 MSAUDE/CAIXA

	MEMÓRIA DE CÁLCULO	DIM 1	DIM 2	DIM 3	unidade	area	perimetro	volume	peso	metro linear	km rodado	#	tempo	observação
	17/04/2025 - revisão 01	metros	metros	metros	unidade	m2	ml	m3	kg	ml	km	fator	mês	
<b>1</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>													
<b>1.1</b>	<b>placa de obra</b>													
1.1.1	placa galvanizada com estrutura de fixação em madeira padrão federal	3	1,5		1	4,5								
1.1.2	placa galvanizada com estrutura de fixação em madeira padrão municipal	2	1		1	2								
<b>1.2</b>	<b>locação de container de obra - tipo depósito</b>				1								5	seis meses de obra
<b>1.3</b>	<b>instalação de tapumes</b>			2	1	25,5				12,75				
				2	1	10,3				5,15				
<b>1.4</b>	<b>remoção de entulho</b>													
1.4.1	retirada de entulho e carregamento em caminhão							40,383975				150%		50% de empolamento
1.4.2	transporte de entulho até aterro de inertes										13			até aterro (1km+13km)
<b>1.5</b>	<b>administração local- engenheiro jr.</b>													
	engenheiro jr ( 1 h/cada 3 dias) x 22 dias úteis/mês x 6 meses												36,67	horista
	mestre de obras (1 h/dia x 22 dias úteis/mês x 6 meses)												110	horista
<b>2</b>	<b>REFORMA DA ENTRADA DO CEMEG</b>													
<b>2.1</b>	<b>REFORMA DO PISO DE ENTRADA</b>													
<b>2.1.1</b>	<b>serviços de demolição e desmontagem</b>													
2.1.1.1	demolição de piso em concreto			0,06		49,07		2,9442						
2.1.1.2	regularização e compactação de solo					42,71								
						6,07								
2.1.1.3	desmontagem da cobertura existente					49,07			588,84					*PESO ESTIMADO DA COBERTURA (12kg/m2)
<b>2.1.2</b>	<b>escavação para abertura de blocos de coroamento</b>													
2.1.2.1	escavação para brocas	0,3	3		6			1,272348						
2.1.2.2	escavação de blocos de coroamento	0,75	0,75	0,8	6			2,700000						acrescimento de 15 cm por lado e 20 cm fundo
2.1.2.3	compactação de fundo de bloco	0,75	0,75		6	3,375								
2.1.2.4	reaterro	0,6	0,6	0,6	6			1,6848				120%		acrescimento de 20% na compactação
<b>2.1.3</b>	<b>serviços de concretagem de brocas/sapatas isoladas</b>													
2.1.3.1	concretagem de brocas de concreto		3		6			1,272348		18				
2.1.3.2	armação de ligação em broca de concreto	1			24				14,808					peso barra 10mm = 0,617kg/ml
2.1.3.3	montagem e desmontagem de formas de blocos de coroamento	0,65	0,65		24	10,14								adição de 5cm por lado
2.1.3.4	armação de blocos de coroamento	0,54	0,12		48				67,52448	109,44				peso barra 10mm = 0,617kg/ml
2.1.3.5	chumbadores metálicos para pilar	0,31		0,0019	24			0,002109459	16,55925			7850		peso específico do aço 7850kg/m3
2.1.3.6	concretagem de blocos de coroamento	0,6	0,6	0,6	6			1,296						
2.1.3.7	impermeabilização de blocos de coroamento	0,6	0,6		6	2,16								
<b>2.1.4</b>	<b>novo contrapiso em concreto</b>													
2.1.4.1	impermeabilização de contrapiso em concreto					50,3								
2.1.4.2	armação de contrapiso em concreto					50,3								malha pop 15x15 4,2mm
2.1.4.3	instalação de juntas de dilatação de piso	3,98			3					11,94				

2.1.4.4	lastro em brita			0,1		50,3		5,03						
2.1.4.5	concretagem de contrapiso em concreto			0,06		50,3		3,018						
2.1.4.6	instalação de pisos podotáteis direcionais e de alerta	0,25	0,25		69	4,3125								
2.1.5	instalação de grelhas de concreto para canaleta meia cana													
2.1.5.1	instalação de grelhas em concreto	0,3	1		8	2,4				8				
2.2	INSTALAÇÃO DE NOVA COBERTURA													
2.2.1	fornecimento e montagem de estrutura metálica em perfis caixão, soldados													
2.2.1.1	perfis de pilares metálicos													
	seção 100x100x8,0	0,1	0,1	3,15	1			73,9305			23,47			peso do perfil 140,85kg/6ml = 23,47kg/ml
	seção 100x100x8,0	0,1	0,1	2,9	2			136,126			23,47			peso do perfil 140,85kg/6ml = 23,47kg/ml
	seção 100x100x8,0	0,1	0,1	2,75	1			64,5425			23,47			peso do perfil 140,85kg/6ml = 23,47kg/ml
	seção 100x100x8,0	0,1	0,1	2,5	2			117,35			23,47			peso do perfil 140,85kg/6ml = 23,47kg/ml
2.2.1.2	perfis de vigas metálicas													
	seção 50x80x6,3	0,05	0,08	3,7	4			167,832			11,34			peso do perfil 68,06kg/6ml = 11,34kg/ml
	seção 50x80x6,3	0,05	0,08	2,24	3			76,2048			11,34			peso do perfil 68,06kg/6ml = 11,34kg/ml
	seção 50x80x6,3	0,05	0,08	3,4	9			347,004			11,34			peso do perfil 68,06kg/6ml = 11,34kg/ml
	seção 100x150x6,3	0,1	0,15	12,45	2			577,929			23,21			peso do perfil 139,26kg/6ml = 23,21kg/ml
	seção 100x150x6,3	0,1	0,15	4,6	4			427,064			23,21			peso do perfil 139,26kg/6ml = 23,21kg/ml
2.2.1.3	placa de fixação e de reforço de solda													
	250x250x20	0,25	0,25	0,02	12			0,015	117,75			7850		peso específico do aço 7850kg/m3
	50x80x10	0,05	0,08	0,01	24			0,00096	7,536			7850		peso específico do aço 7850kg/m4
	250x100x10	0,25	0,1	0,01	24			0,006	47,1			7850		peso específico do aço 7850kg/m5
2.2.1.4	chumbadores na parede	0,15	0,00194		24			8,78941E-05	0,689969			7850		peso específico do aço 7850kg/m6
2.2.1.5	pintura de acabamento para estrutura metálica													
	pilares	0,1	0,1			13,36				16,7		2		2 DEMÃOS
	vigas	0,15	0,1			43,3				43,3		2		2 DEMÃOS
	vigas	0,08	0,05			9,568				18,4		2		2 DEMÃOS
2.2.2	telhamento em telhas galvanizadas													
2.2.2.1	telha trapezoidal					58,26			262,17					4,50kg/m2
2.2.2.3	calhas galvanizadas	0,15	0,2	0,15		7,47				12,45				
2.2.2.4	rufos galvanizadas	4,68	0,5			2,34								ligação telhado/fachada- perfil 200x200mm
2.2.3	sistema de direcionamento de águas pluviais													
2.2.3.1	tubos coletores em PVC	1,9	0,75		3					5,7				
		0,53	0,75		3					1,59				
		0,3	0,75		3					0,9				
2.2.3.2	curvas 90	0,75			3									
2.2.3.3	curvas 45	0,75			6									
2.2.3.4	grelha semisférica	0,75			3									
2.2.3.5	fita galvanizada 3/4" de fixação	0,2			6									
2.2.4	fechamentos em chapa galvanizada													
2.2.4.1	chapa galvanizada fixada por bolts													
	chapa galvanizada #26					2,34			9,36			4		4KG/M2 -0,5MM ESP.
	chapa galvanizada #26					9,33			37,32			4		4KG/M2 -0,5MM ESP.
2.2.4.2	pintura de chapa galvanizada					11,67								
2.2.4.3	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO					2,34								

<b>2.2.5</b>	<b>instalação de corrimão para pcd</b>													
2.2.5.1	fornecimento e instalação de corrimão em aço galvanizado	9,41			2					18,82				
2.2.5.2	pintura de corrimão metálico	9,41	0,04		2	2,364996								corrimão
	pintura de corrimão metálico	0,87	0,02		5	0,273319								balaustres
2.2.5.3	construção de guia em alvenaria de tijolo	9,41	0,05			0,4705								
2.2.5.4	acabamento e pintura de guia em alvenaria				2	0,941								
<b>2.2.6</b>	<b>instalação de iluminação na cobertura</b>													
2.2.6.1	fornecimento e instalação de luminárias led				4									
2.2.6.2	fornecimento e instalação de caixa de interruptor				2									
2.2.6.3	cabos de ligação									39,56				
2.2.6.4	eletroduto galvanizado									19,78				
	curva 90 eletroduto				4									
	luva eletroduto				6									
<b>3</b>	<b>REFORMA DA RECEPÇÃO E ESPERA</b>													
<b>3.1</b>	<b>serviços de demolição e desmontagem</b>													
3.1.1	demolição de piso em granilite recepção e espera			0,02		103,41		2,0682						
3.1.2	retirada de esquadrias metálicas	4,31	3,00	0,04		12,93		0,5172						
3.1.3	retirada de portas em madeira e guiche em madeira				4	6,92		0,2515						
3.1.4	demolição de alvenaria em geral	2,02	3	0,2				1,212						
		3,5	1	0,2				0,7						
		1,36	3	0,2				0,816						
3.1.5	remoção de portao grade metálico	3,6	2,5	0,04		9		0,36						
3.1.6	retirada de eletrocalha e cabos		0,3	0,02				0,0483		8,05				
	retirada de luminárias				5									
<b>3.2</b>	<b>construção de alvenarias</b>													
3.2.1	alvenaria de fechamento do guichê	1,25	1	0,05	1	1,25								
3.2.2	alvenaria para fixação de porta relocada	1,17	0,9		1	1,053								
	alvenaria sobre porta de entrada	4,4	0,4		1	1,76								
		0,1	3		2	0,6								
3.2.2.1	verga sobre porta	1,17	0,15	0,1	1			0,01755						
		4,4	0,15		1									
		2,99	0,15											
3.2.3	acabamentos de parede (chapisco/emboço/reboco/massa acrílica)				2	9,326								
<b>3.3</b>	<b>piso da espera e recepção</b>													
3.3.1	nivelamento de piso para receber revestimento			0,04		103,41		4,1364						
3.3.2	instalação de piso cerâmico porcelanato					103,41								
3.3.3	instalação de rodapé cerâmico									63,80				
3.3.4	instalação de piso podotátil em pvc	0,25	0,25		46	2,875				12				
3.3.5	adesivo de indicação pcd no piso	0,85	0,85		1	0,7225								
<b>3.4</b>	<b>portas e esquadrias novas e reutilizadas</b>													
3.4.1	instalação de portas em madeira pcd				2									
3.4.1.1	faixa de proteção em chapa inox 2 lados	0,9			4					3,6				
3.4.2	reinstalação de porta em madeira				1									orçamento computa uma porta nova
3.4.3	instalação de porta metálica e vidro de correr	4,4	2,6		1	11,44								
3.4.4	instalação de janela metálica e vidro	2,6	0,9		1	2,34								
3.4.5	instalação de mosquitoireiro	2,6	0,9		1	2,34								

3.5	instalação de forro e iluminação da recepção													
3.5.1	instalação de forro em gesso acartonado					15,6								
						3,41								
3.5.2	instalação de luminárias de embutir em led				4									
3.6	complementações de itens nos sanitários da espera													
3.6.1	instalação de barras de apoio													
3.6.1.1	horizontal de 80 cm				3									
3.6.1.2	vertical de 40 cm				4									
3.6.2	instalação de ventokit no banheiro													
3.6.2.1	aparelho ventokit				1									
3.6.2.2	difusor				2									
3.6.2.2	tubo pvc 100mm								2,1					
3.6.2.3	tirante metálico+ fita galvanizada				2									
3.7	serviços de pintura de paredes, teto e esquadrias													
3.7.1	pintura de portas de madeira	0,9	2,1		1	5,67					3			portas pcd não computadas (terão acab. Melaminico)
3.7.2	pintura de esquadrias metálicas e tela mosquito					11,44					1			
						2,34					1			
						2,34					1			
3.7.3	repintura de paredes (recepção e espera)			2,85		180,633			63,38					
3.7.4	repintura de teto/laje (recepção e espera)					84,14								
3.7.5	pintura de forro (recepção e espera)					19,01								
4	REFORMA DO PISO DO ESTACIONAMENTO													
4.1	demolições diversas													
4.1.1	retirada com reaproveitamento de piso intertravado			0,08		75,94	3,0376				50%			reaproveitar ao menos 50% das peças
4.1.2	demolição de piso asfáltico			0,08		132,37	10,5896							
4.1.3	demolição de piso em concreto			0,06		67,52	4,0512							
4.1.4	demolição de guia em concreto						0,27675		6,15		0,045			volume m3/ml
4.1.5	demolição de sarjeta em concreto		0,4	0,04			0,0984		6,15					
4.2	ações com solo													
4.2.2	reposição de terra em talude erodido	6,15	1,2	0,3			2,8782				130%			fator de volume para compactação
4.2.3	regularização do solo					352,62								
4.3	instalação de elementos de drenagem superficial													
4.3.1	instalação de guia													
4.3.1.1	guia reta								46,5					
4.3.1.2	guia curva								5,5					
4.3.2	instalação de sarjeta													
4.3.2.1	trecho curvo								4,79					
4.3.2.2	trecho reto								20					
4.3.3	instalação de caixas de inspeção de ap	0,6	0,6	0,6	2									
4.3.4	instalação de tubos coletores enterrados								11,62					
4.4	pavimentações													
4.4.1	piso intertravado													
4.4.1.1	peças reaproveitadas					75,94					50%			reaproveitar ao menos 50% das peças
4.4.1.2	peças novas					209,16								
4.4.2	piso em concreto (passeios)			0,06		67,52	4,0512							
4.4.2.1	lastro de brita			0,05		67,52	3,376							

5	LIMPEZAS													
5.1	limpeza de canaletas e tubulações pluviais													
5.1.1	canaletas									106,13				
5.1.2	tubulações									11,61				

Guarulhos, 28 de maio de 2025.

**RODNEY A. TONELOTTO**  
arquiteto- CAU A26566-7  
cf.41.166





Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO III**

### **TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO**



SECRETARIA DA SAÚDE  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO EM SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA DA SAÚDE  
Divisão Técnica de Coordenação do Planejamento e Desenvolvimento de Projetos

## TERMO DE REFERÊNCIA\_CONTRATAÇÃO

### 1. Fundamento

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, Matriz de Riscos, Projetos básicos e executivos e apêndices deste Termo de Referência.

O ETP 2870071 demonstrou que com a reforma do centro de especialidades CEMEG São João será possível melhorar o atendimento ao usuário, na medida em que adequa a acessibilidade do edifício e o espaço de recepção e espera, além do estacionamento e acesso de ambulância.

O projeto prevê a reforma da entrada do edifício, com melhoria da rampa de acesso, da cobertura externa da entrada, reforma do piso da espera e remodelação da recepção, inclusive para os banheiros, e reforma o piso do estacionamento.

Legislação sobre o assunto

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
- Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências.

Lei nº 12.378/2010, que regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF).

- Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências.

- Resolução – RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 . Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

- Portaria GM/MS Nº 2.468, de 4 de outubro de 2021 . Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 06, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

- RDC nº 63/2011 Anvisa – Requisitos de boas práticas de funcionamento para os serviços de

Saúde.

- RDC nº 222/2018 Anvisa – Regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de Saúde.
- RDC nº 36/2013 Anvisa – Institui ações para a segurança do paciente em serviços de Saúde.
- RDC nº 15/2012 Anvisa – Requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde.

## **2. Objeto:**

Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil, para a execução de obras civis, visando à reforma do CEMEG São João, conforme proposta nº 3600016540/2025 oriunda de Recurso Federal contrato de repasse nº 934231/2022/MSAUDE/CAIXA, não será processada pelo SRP (sistema de registro de preços).

Os serviços que se pretendem realizar são de natureza não contínua, ou seja, tem um início e final de prestação do serviço em prazo determinado pelo cronograma de obras, e de objeto de natureza e valor previamente determinado. Além disso, as técnicas que se pretende utilizar são de pleno conhecimento das equipes de manutenção da própria Secretaria da Saúde, o que elimina qualquer dependência do construtor após a entrega e para a manutenção do prédio.

Isso não elimina, porém, a responsabilidade do construtor na garantia do serviço prestado e na garantia dos materiais empregados, por vícios construtivos e pelo prazo legal.

## **3. Justificativa da necessidade da contratação**

O ETP nº 2870071 demonstrou que a reforma do CEMEG São João permitirá melhor acesso dos pacientes às consultas e a exames especializados de modo mais célere e em segurança, uma vez que garante aos portadores de mobilidade reduzida o fácil acesso ao prédio e conseqüentemente ao atendimento. Ademais, proporcionará um espaço adequado para a atendimento e espera, fortalecendo a regionalização da saúde e integrando-se ao Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE), conforme Portaria GM/MS nº 6.656, de 7 de março de 2025.

Os custos apurados no estudo técnico preliminar deixam claro que o grau de investimento é compensatório para tornar acessível o atendimento a mais usuários, bem como garantir espaços de espera condizentes com as boas práticas do atendimento em saúde. Espaços

mais humanizados e universalizados são premissas fundamentais e conversam com a igual premissa do atendimento, que deve buscar sempre o grau de excelência. A universalização do serviço de saúde passa pela acessibilidade e bem estar dos usuários antes, durante e após o atendimento.

Esta contratação está alinhada com o Plano Estratégico da Assistência à saúde no município de Guarulhos, pelas prerrogativas já mencionadas.

O contrato se mantém válido até a completa execução do objeto e sua entrega definitiva, e as garantias do serviço seguem os previstos no código Civil Brasileiro e demais legislações sobre o assunto.

#### 4. Quantidade:

Item	Unid.	Quant.	Descrição	CATMAT/CATSERV
1	unidade	1	Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a reformas prediais no centro de especialidades CEMEG São João, conforme contrato de repasse nº 934231/2022/MSAUDE/CAIXA	5622

#### 5. Especificação do objeto

A reforma do CEMEG São João, objeto desta contratação envolve:

- troca da cobertura metálica da entrada, por outra em igual material, mas ampliada e mais robusta;
- refazimento do piso da rampa da entrada, de forma a permitir acesso sem intervalos entre a calçada e a recepção/espera da unidade;
- dotar esta rampa de piso podotátil e corrimãos nos padrões da NBR 9050;
- interligar, pela remoção de uma parede, o atual alpendre com a espera, ampliando esta última e permitindo a troca de uma porta, de maior dimensão;
- melhorar os acessos aos sanitários PNE da recepção, com troca de portas e instalação de exaustão em um deles;
- trocar o piso da espera e recepção (atualmente granilite) por modelo em ceramico porcelanato, acertando seu atual desnivelamento;
- instalação de forro de gesso acartonado no atual arquivo de prontuários, com troca de iluminação fluorescente por led;

- pintura geral das paredes internas da espera e arquivo de prontuários;
- fechamento de guichês e instalação de janela na sala contígua à espera;
- reforma do piso do estacionamento em pontos específicos- retirada, troca parcial, renivelamento de base e reinstalação de piso de concreto intertravado em alguns pontos, refazimento de guias e sarjetas em ponto específico, bem como direcionamento de drenagem superficial no estacionamento, em pontos específicos, limpeza de galeria com grelhas de recolhimento de água pluvial;
- retirada de trechos degradados de piso asfáltico do estacionamento e substituição por piso intertravado.

Todos os serviços aqui previstos envolvem técnicas usuais, e materiais padrão de mercado, sem necessidade de maquinário ou técnica especiais ou estranhas ao cotidiano de obras deste porte.

O uso de materiais nacionais e técnicas consagradas garantem que futuras manutenções, conduzidas pela própria Administração, prescindam de interferência do construtor, não havendo relação de dependência futura.

A contratada, contudo, presta garantia de qualidade de seus serviços, nos moldes e período garantidos em lei.

#### 6. Projeto Básico das Obras e Serviços de Engenharia:

(X) Sim, conforme ANEXO.

( ) Não se aplica

#### 7. Regimes de Prestação de Serviços de Obras e Engenharia

( ) Empreitada por preço global

(X) Empreitada por preço unitário

( ) Tarefa

( ) Empreitada integral

( ) Contratação integrada

( ) Contratação semi-integrada

( ) Fornecimento e prestação de serviço associado

( ) Não se aplica

#### 8. Classificação do objeto:

( ) **bens e serviços comuns:** aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

( ) **bens e serviços especiais:** aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma de bens e serviços comuns, exigida justificativa prévia do contratante;

( X ) **serviço comum de engenharia:** todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de

adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

( ) **serviço especial de engenharia:** aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição de serviço comum.

( ) **serviços e fornecimentos contínuos:** serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas

( ) **serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**

( ) **serviços não contínuos ou contratados por escopo:** aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;

( ) **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**

( ) **notória especialização:** qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;

( ) **outros (especificar)**

#### 9. Participação de Consórcios e/ou Cooperativas:

(X) Permitida

( ) Vedada. Justificar:

#### 10. Identificação do responsável pela elaboração do TR (nome, CF, cargo)

Rodney Alexandre Tonelotto

CF. 41.166

Arquiteto

E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência.



Documento assinado eletronicamente por **Rodney Alexandre Tonelotto, Arquiteto (a)**, em 03/10/2025, às 07:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Myra, Chefe de Divisão Técnica**, em 03/10/2025, às 14:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2884497** e o código CRC **A95BDEE9**.



## **CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS**

### **ANEXO A**

#### **Modelo de gestão e execução contratual (inciso XVIII, art. 92 da Lei 14.133/21):**

**NATUREZA DO CONTRATO:** A CONTRATADA obriga-se a execução de obras e serviços civis para reforma do prédio da unidade de atendimento especializado CEMEG São João, conforme indicado na Planilha de Quantitativos e Preços e Memorial Descritivo.

**EXECUÇÃO:** o prazo total será de 05 (cinco) meses, contados da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços, emitida pela Secretaria de Infraestrutura Urbana podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado e autorizado expressamente e atendidos os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/21.

**REGIME DE EXECUÇÃO:** Os serviços serão realizados sob o regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, na forma do artigo 46, I da lei 14.133/2021.

**VIGÊNCIA CONTRATUAL:** iniciar-se-á na data da assinatura do Contrato encerrando-se com o recebimento definitivo do objeto.

**CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:** Os serviços deverão ser prestados na forma definida no ato convocatório, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas diretas, indiretas, bem como todos os impostos e tributos que houver. É parte integrante dos serviços:

1. O fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas, necessários aos serviços descritos na Planilha de Quantitativos e Preços, e demais anexos;
2. O transporte de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra até o local dos serviços;
3. O transporte de todos os resíduos resultantes da execução dos serviços até os locais indicados pela fiscalização; os resíduos sólidos, provenientes de demolição, deverão ser prioritariamente, destinados ao sistema de reciclagem do município.
4. As empresas deverão disponibilizar equipes e equipamentos necessários ao cumprimento do cronograma estabelecido.
5. A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, às normas técnicas da ABNT, às



SEI: 1122.2025/0002278-5

disposições constantes das especificações do Memorial Descritivo (Anexo I) e todas as demais condições e anexos deste Contrato e do edital do qual decorre o presente.

**RESPONSABILIDADE TÉCNICA:** O responsável técnico pelos serviços, poderá, sem prejuízo de suas responsabilidades pessoais, fazer-se representar junto à Fiscalização por técnico habilitado junto ao CREA ou órgão de classe competente, desde que aprovado pela Administração; o qual permanecerá no local das obras ou serviços para dar execução ao Contratado, nas condições por este fixada.

A ausência do responsável técnico ou de preposto no local da obra implicará sua anotação no livro diário e sujeitará a contratada às penalidades previstas neste instrumento.

A contratada deverá observar, ainda, o disposto na Lei Municipal nº. 6.126/2.006 e Decreto Municipal nº. 25.754/2.008 que trata do plano integrado de gerenciamento de resíduos da construção civil.

Na primeira reunião de trabalho com a fiscalização da obra, a CONTRATADA deverá apresentar plano de trabalho relativo ao uso racional dos materiais utilizados e a destinação dos resíduos da construção, visando seu reaproveitamento na própria obra ou seu envio às usinas de reciclagem autorizadas pela administração.

O plano de utilização racional dos materiais empregados na obra e de destinação sustentável dos resíduos produzidos deverá ser elaborado de forma que seja absorvido pelos valores pactuados entre as partes quando da celebração do contrato.

A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e outros que decorram dos compromissos assumidos neste contrato, não se obrigando a CONTRATANTE a fazer-lhe restituições ou reembolso de qualquer valor despendido com estes pagamentos.

Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações constantes no contrato, no ato convocatório e na forma prevista na proposta, dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de incorrer a CONTRATADA, nas sanções previstas. As responsabilidades das partes na execução do Contrato são as comuns nele implícitas ou expressas, com base na Lei de Licitações, e aos demais instrumentos legais que regem o assunto.

Na execução dos serviços obrigará-se a contratada a manter com o fiscal designado, um Diário de





SEI: 1122.2025/0002278-5

Ocorrências para anotações de ordens, recomendações, faltas, defeitos observados, atrasos, e demais informações relevantes.

A contratada obrigar-se-á, ainda, a tomar conhecimento diário através de seu representante, das observações feitas no Diário e regularizar as faltas ou defeitos observados.

Obrigar-se-á a contratada as suas expensas, promover a sinalização viária necessária, visando a proteção dos funcionários e evitar acidentes a terceiros.

Obrigar-se-á a contratada a afastar ou substituir, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para a Prefeitura, qualquer funcionário seu que, por solicitação justificada da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

Caso a contratada deixe de honrar as obrigações trabalhistas com seus empregados incorrerá em falta grave, estando sujeita, além das penalidades previstas, à rescisão contratual, sem prejuízo de ação regressiva por parte da Administração em caso de condenação à responsabilidade subsidiária imposta pela Justiça do Trabalho, a teor do Enunciado nº. 331 do C. Tribunal Superior do Trabalho.

Incorrerá na mesma falta se deixar de atender às normas atinentes à segurança e medicina do trabalho, especialmente as relativas ao Programa de Proteção Respiratória (PPR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Serviço Especializado de Engenharia e Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT); bem como não se verificar o fornecimento e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e uniformes adequados como forma de impedir riscos à saúde de seus empregados.

Para verificação da regularidade da Contratada junto a seus empregados, poderá a Contratante exigir a qualquer tempo documentos comprobatórios de tal situação, além da fiscalização regular por parte da Administração.

Em havendo necessidade de obtenção de licenças junto aos órgãos externos de proteção ambiental, concessionárias de serviço público, agências reguladoras e outros, estas serão de responsabilidade da contratada, sem ônus para a contratante, cabendo à Administração apenas fornecer os elementos necessários para a obtenção do documento.

A realização de ensaios e testes quando necessários correrá por conta da Contratada.

Cumprir as determinações da NR 18, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que forem aplicáveis nesta contratação.



SEI: 1122.2025/0002278-5

A CONTRATADA deverá manter em dia o pagamento de despesas relativas a prêmios de seguros durante todo o período da obra, contra fogo, responsabilidade civil da CONTRATADA, bem como outros seguros exigíveis para o tipo de objeto de que trata a presente licitação.

A CONTRATADA não poderá se prevalecer de qualquer erro, manifestamente involuntário ou de qualquer omissão, eventualmente existente, para eximir-se de suas responsabilidades, estando ainda, obrigada a satisfazer a todos os requisitos constantes dos desenhos e especificações.

A CONTRATADA deverá, se necessário, manter contato com as repartições públicas competentes para o fim de obter eventuais aprovações necessárias ao cumprimento dos serviços a serem executados, bem como solicitar as ligações diversas e inspeções necessárias.

A Garantia do serviço executado pela CONTRATADA, deverá ser estabelecida de acordo com a natureza do objeto contratual e ao Código Civil - Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

**DO RECEBIMENTO DO OBJETO:** Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas na lei 14.133/2021, Art. 140, I alínea “a” e “b” e parágrafos 2º a 6º do mesmo artigo:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

O recebimento provisório será caracterizado pela emissão do Termo de Recebimento Provisório, com expressa concordância em receber o objeto provisoriamente.

O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado desde que o agente recebedor tenha aprovado a completa adequação do objeto aos termos contratuais.

Constatadas irregularidades no objeto, a Fiscalização, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Memorial Descritivo, determinando sua substituição ou correção, ou ainda, sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

As irregularidades deverão ser sanadas pela Contratada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.



SEI: 1122.2025/0002278-5

O recebimento provisório ou definitivo não exime a Contratada da sua responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, e também, não exclui a responsabilidade ético-profissional na execução do contrato.

**GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:** Nos termos do Capítulo IX, Artigo 140 da Lei 14.133/2021, e em observância ao regulamentado pelo Decreto Municipal nº 33912, de 16 de janeiro de 2017, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, e com o fim de dar cumprimento ao quanto disposto no art. 6º, o Titular do Órgão demandante (Ordenador da Despesa) designa como Gestor e Fiscal deste contrato os servidores da Secretaria de Infraestrutura Urbana. A nomeação se dará por meio de despacho exarado nos autos do Processo Administrativo.

### **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os serviços serão medidos mensalmente, considerando a Proposta de Preços Unitários integrante do contrato e o cronograma. As medições deverão ser obrigatoriamente acompanhadas dos relatórios mensais previstos para os respectivos períodos de execução dos serviços. A não apresentação do relatório mensal resultará no cancelamento da medição respectiva, que a considerará “medição zero” sendo os serviços medidos transferidos para a medição do mês seguinte; O pagamento será com a apresentação e aprovação dos relatórios mensais, mediante apresentação da Nota Fiscal discriminada, devidamente atestada pelo gestor do contrato, cumpridas todas as exigências contratuais, acompanhado da Nota de Empenho e das Provas de Regularidades com a Fazenda Federal, a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na LEI FEDERAL Nº 8.212/1991, conforme portaria MF Nº 358 DE 5 DE SETEMBRO DE 2014, Estadual e Municipal, da Prova de Regularidade com o FGTS e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e comprovação de pagamento dos encargos previdenciários e trabalhista dos funcionários vinculados à execução do Contrato. Aferidas e apontadas as medições, a CONTRATADA deverá emitir a respectiva Nota Fiscal/Fatura, com prazo de pagamento de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da mesma, devendo a Nota Fiscal ser atestada e aprovada no verso, pela equipe de fiscalização da CONTRATANTE. A Nota Fiscal deverá ser compatível com o contrato social sob pena de não efetuar o pagamento.

Para fins de liquidação e pagamento de despesas deverão ser atendidas as exigências constantes na



SEI: 1122.2025/0002278-5

Portaria 03/2017-SF publicada no Diário Oficial do Município de Guarulhos em 20/01/2017 páginas 22 e 23, que poderá ser consultada em [www.guarulhos.sp.gov.br](http://www.guarulhos.sp.gov.br) Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, o prazo para pagamento será interrompido e iniciar-se-á nova contagem após a devida regularização. A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente da Prefeitura do Município de Guarulhos. Se forem apontadas dúvidas ou divergências pela equipe de fiscalização, esta poderá, a seu critério, liberar para pagamento a parte inconteste dos serviços. Concluídos tais procedimentos, o processo será encaminhado à Secretaria da Fazenda da CONTRATANTE, que processará o pagamento. O pagamento será efetuado por crédito em conta-corrente, preferencialmente no Banco Bradesco S/A indicada pela contratada, mediante transferência bancária ou, excepcionalmente, no Departamento do Tesouro, a critério da Administração, nos termos da legislação vigente. O último pagamento somente será liberado para a liquidação quando da constatação pela fiscalização, da ligação definitiva de água, esgoto e energia, a ser aprovado pela concessionária local. Quaisquer pagamentos não isentarão das responsabilidades contratuais a CONTRATADA, nem implicarão a aceitação/recebimento da obra. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária referente ao Imposto de Renda previsto na legislação aplicável, em especial a Instrução Normativa RFB nº 1234/12, e alteração posterior através da Instrução Normativa RFB nº 2145/23, devidamente regulamentada através do Decreto Municipal 40432/23 e demais regulamentações sobre a matéria, exceto aos optantes do Simples Nacional, na forma da Instrução Normativa RFB nº 765, de 02 de agosto de 2007.

**REAJUSTAMENTO:** O contrato poderá ser reajustado pelo índice divulgado pela Fundação instituto de pesquisa FIPE, Índice de preços e Obras Públicas-Edificações- Índices Específicos - Centros de Saúde, de acordo com o objeto contratual, mediante solicitação da CONTRATADA.

O reajuste somente poderá ser concedido pela fiscalização a partir de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, adotando-se como data base para a atualização aquela correspondente à apresentação das propostas, e nos termos do capítulo VII, artigos 124 à 136, da lei 14.133/2021.

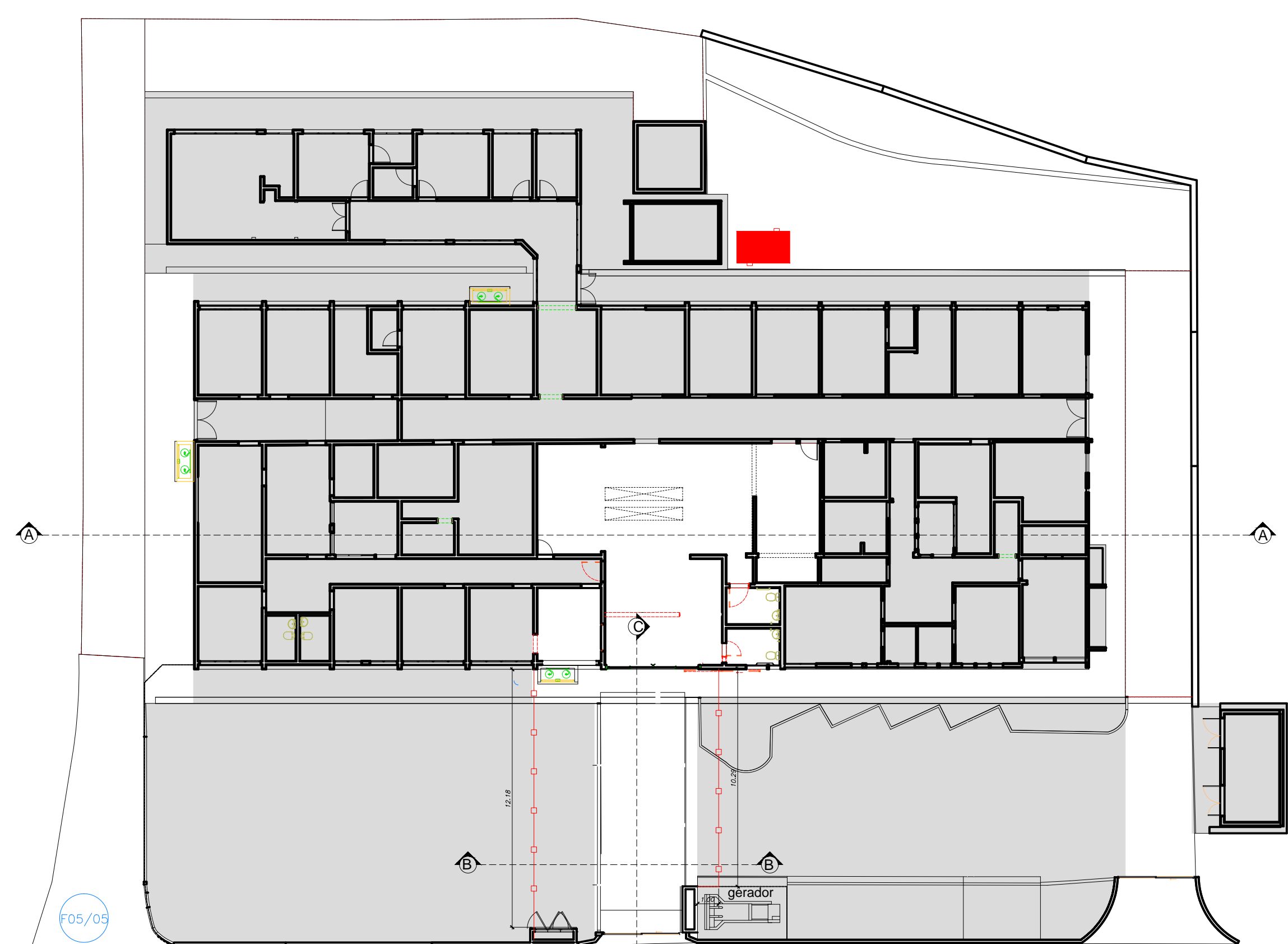
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou por qualquer motivo não puder mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



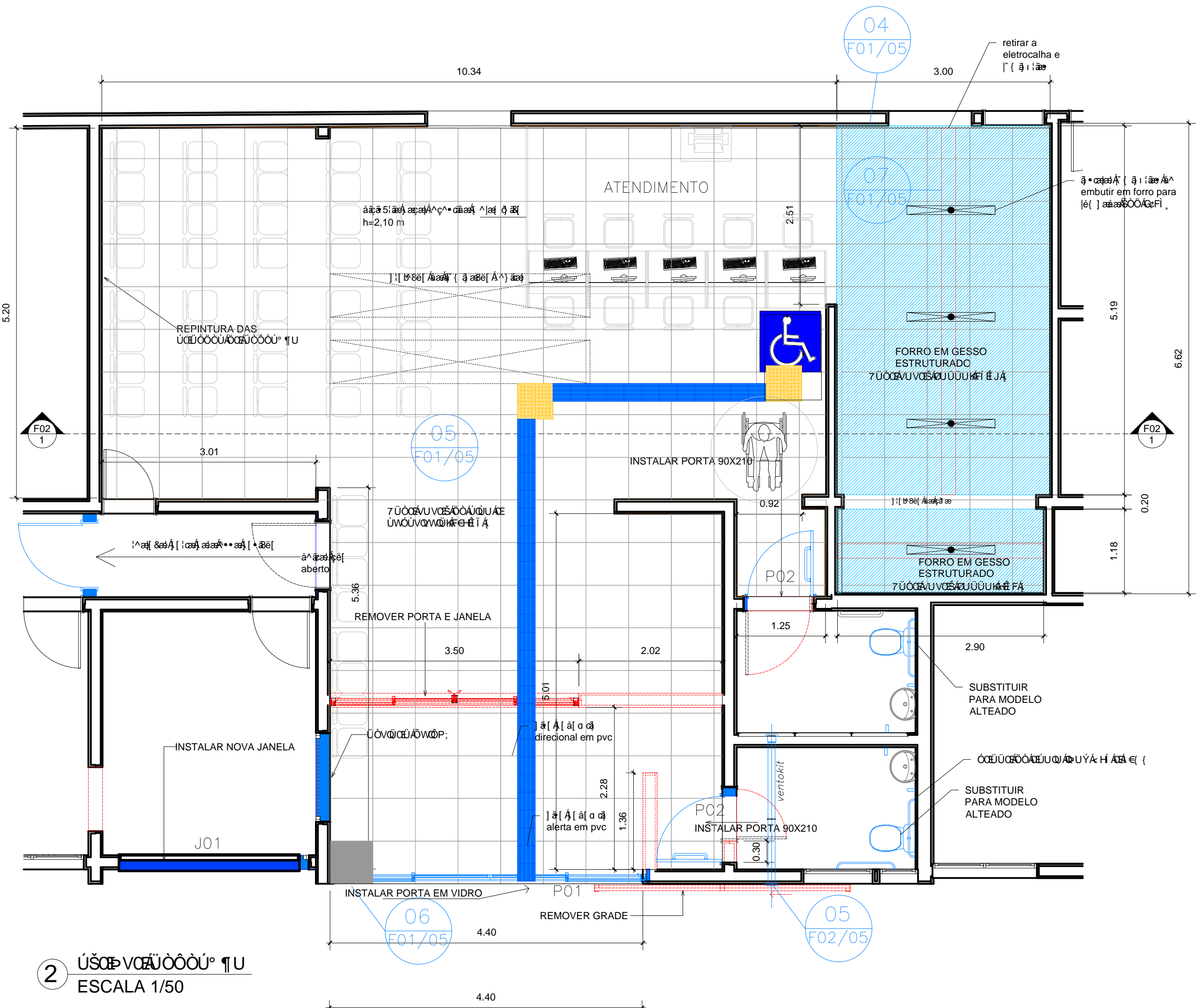
SEI: 1122.2025/0002278-5

A CONTRATADA se obrigará a apresentar formalmente a memória de cálculo referente ao reajuste de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

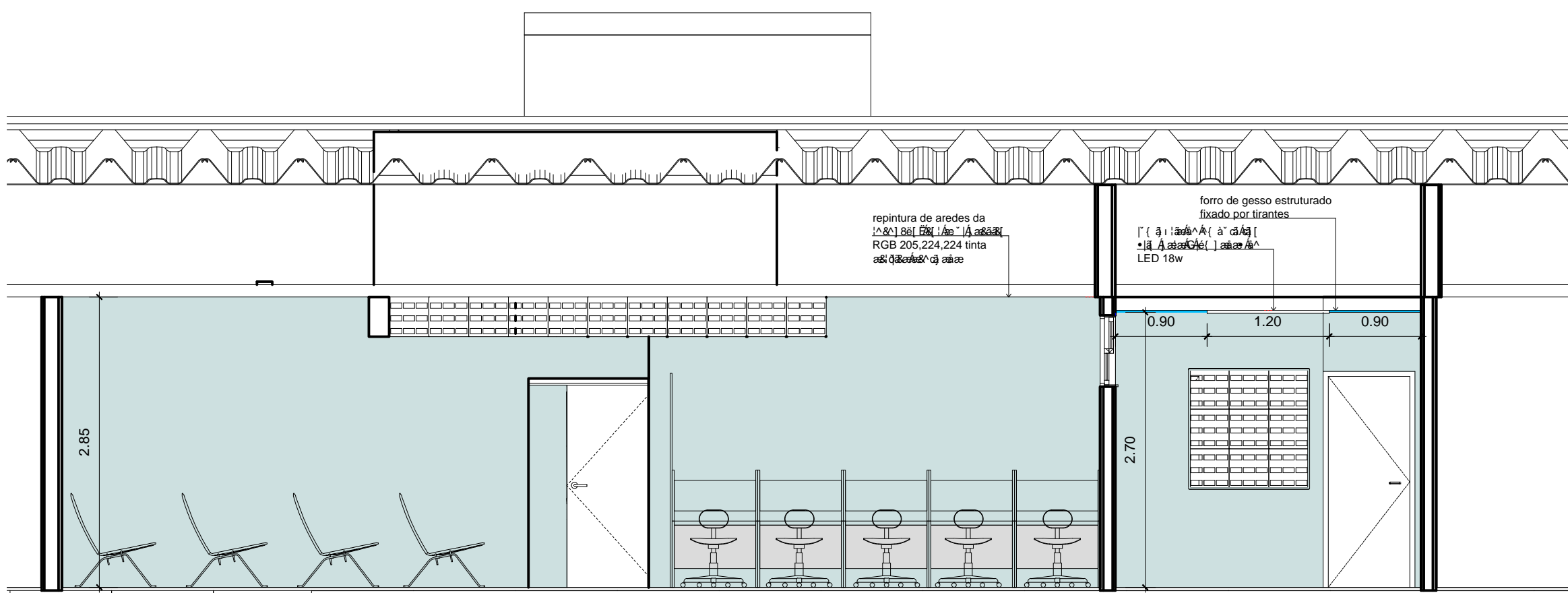




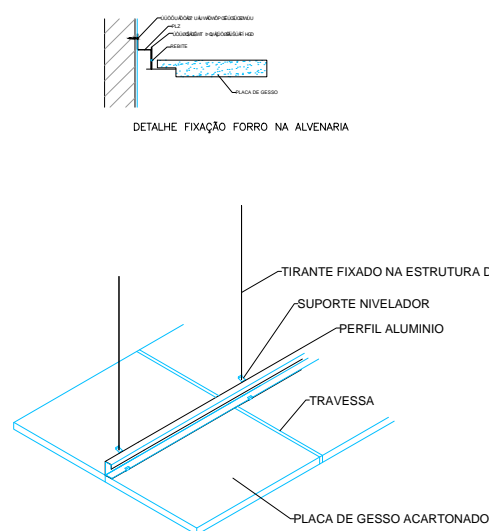
1 1/50 ESCALA 1/200



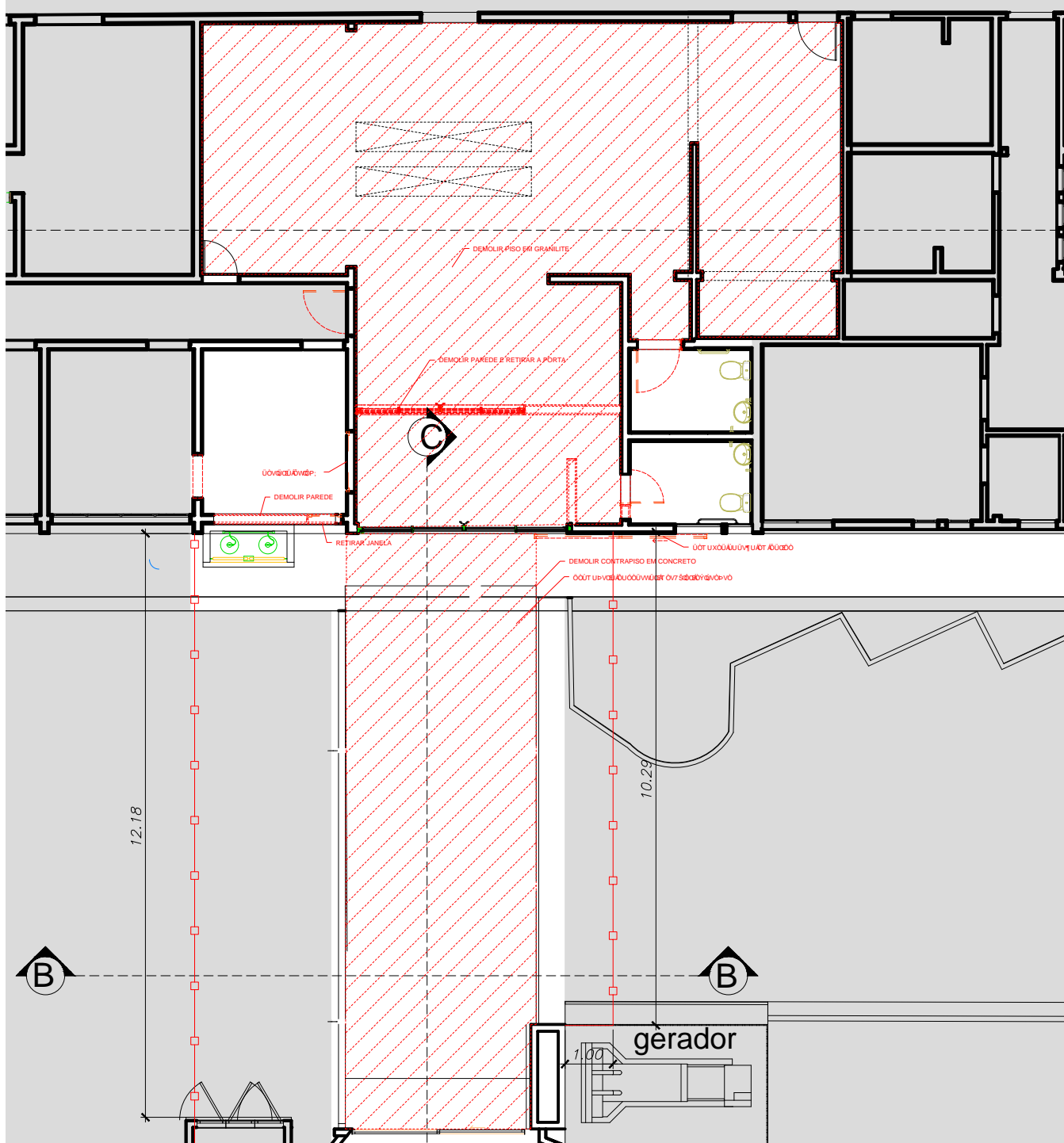
2 1/50 ESCALA 1/50



3 CORTE A ESCALA 1/50



4 1/50 SEM ESCALA



5 1/125 ESCALA 1/125

LEGENDA

- A DEMOLIR
- ITEM NOVO
- FORRO NOVO
- PERIMETRO DE REPINTURA
- PISO INTERTRAVADO
- PISO CIMENTADO
- TAPUME PROV.DE OBRA
- CONTAINER DE OBRA

retirar as eletrocalhas e as  
ferragens e substituir por  
eletrocalhas e ferragens  
novas.



7 imagem 01 S/ESC.

NOTAS DE PROJETO - VER FOLHA 05/05



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPTO. DA INFRA DA SAÚDE-SS19  
DIVISÃO TÉCNICA DE DESENVOLV. FUNCIONAL DAS EDIFICAÇÕES

FOLHA:

01/05  
rev.02

ASSUNTO/OBRA: 1/50 SEM ESCALA  
CNES: 2053241  
PROPOSTA 022539/2022  
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
LOCAL: 1/50 SEM ESCALA  
CEP: 07151-480  
COORD: -23.41004, -46.45855  
CONTEÚDO: 1/50 SEM ESCALA  
ESCALA: INDICADA

DATA: AGOSTO/2023



7/50 SEM ESCALA  
7/50 SEM ESCALA  
7/50 SEM ESCALA  
7/50 SEM ESCALA  
7/50 SEM ESCALA

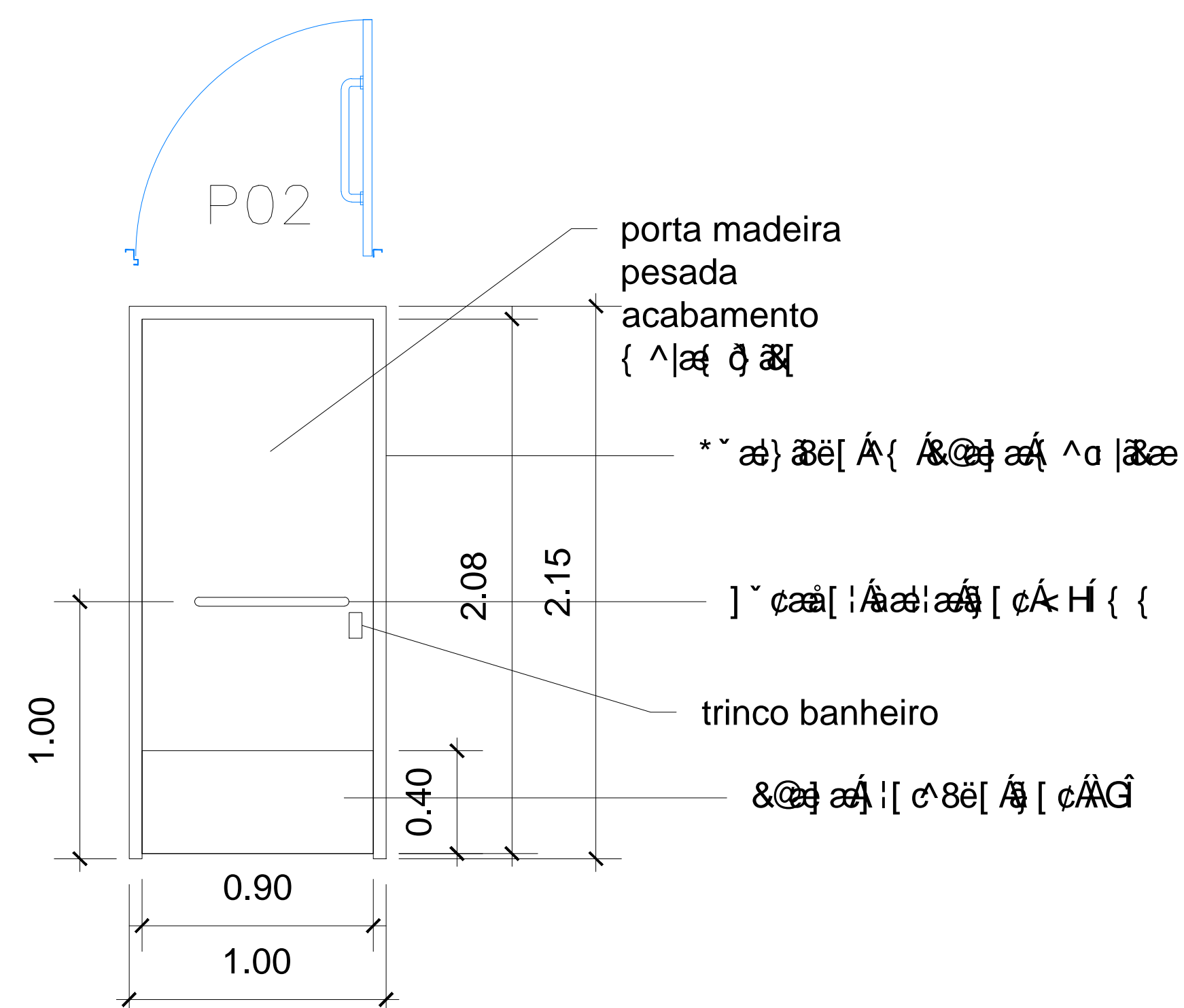
AUTOR: RODNEY ALEXANDRE TONELOTTI  
ARQUITETO E URBANISTA  
CAU. A26566-7  
UUVB-04H1 FJFF

Aprovo o presente projeto para a finalidade a que destina:

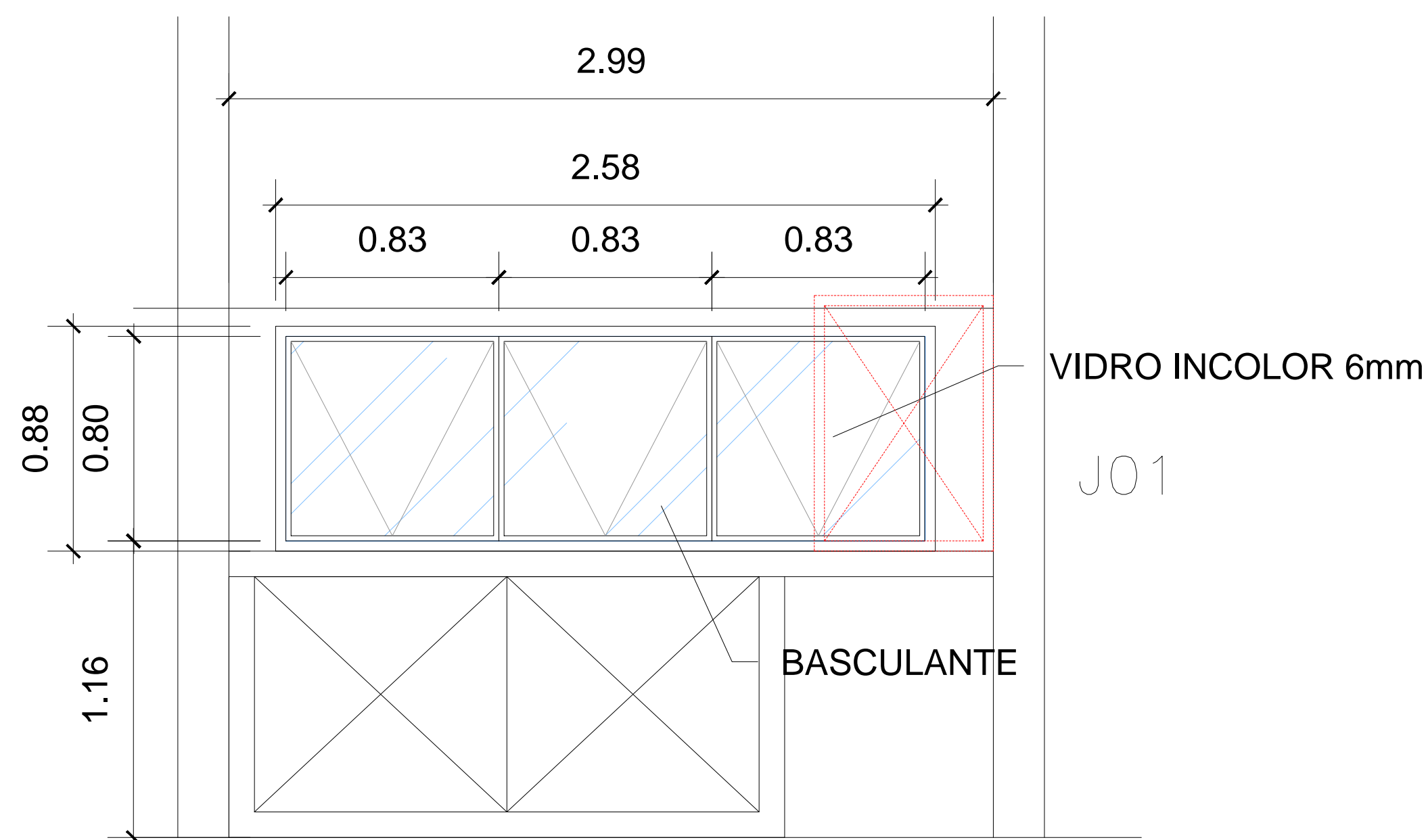
Secretário da Saúde de Guarulhos

A aprovação deste Projeto segue o expresso no Parágrafo Único, do artigo 2º da Lei Municipal 6.046/2004, onde estabelece que:  
"Art. 2º. Todas as obras de construção, reconstrução, demolição, movimento de terra, acréscimo, modificação ou reforma a serem executadas no Município, quer particulares ou públicas deverão ter Alvará de Construção concedido pela Prefeitura, sob pena de aplicação do pretexto no art. 54 desta Lei, no que couber."  
Parágrafo Único: No caso das obras realizadas pela Administração Municipal, direta ou indireta, os projetos serão aprovados pelos respectivos órgãos competentes."

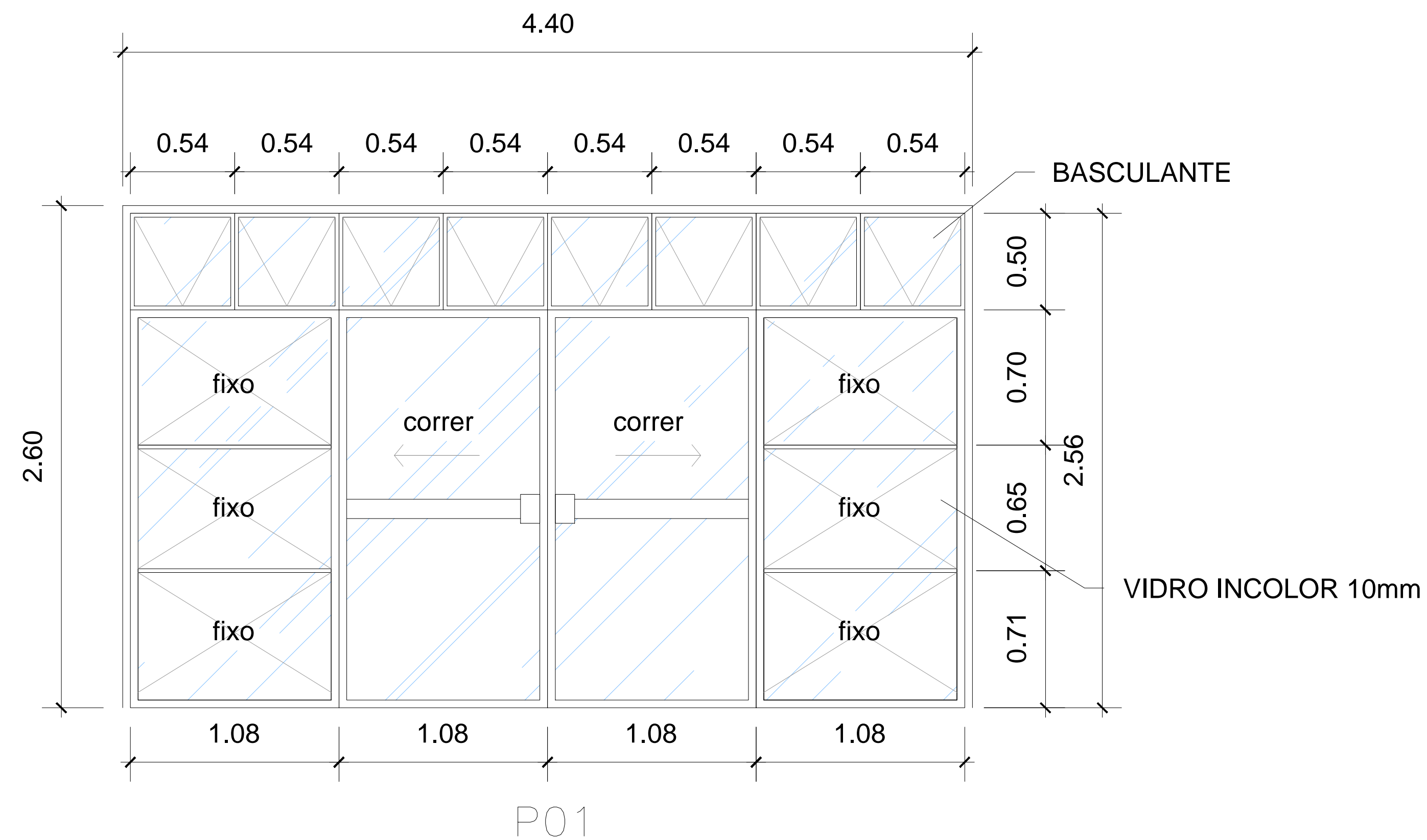
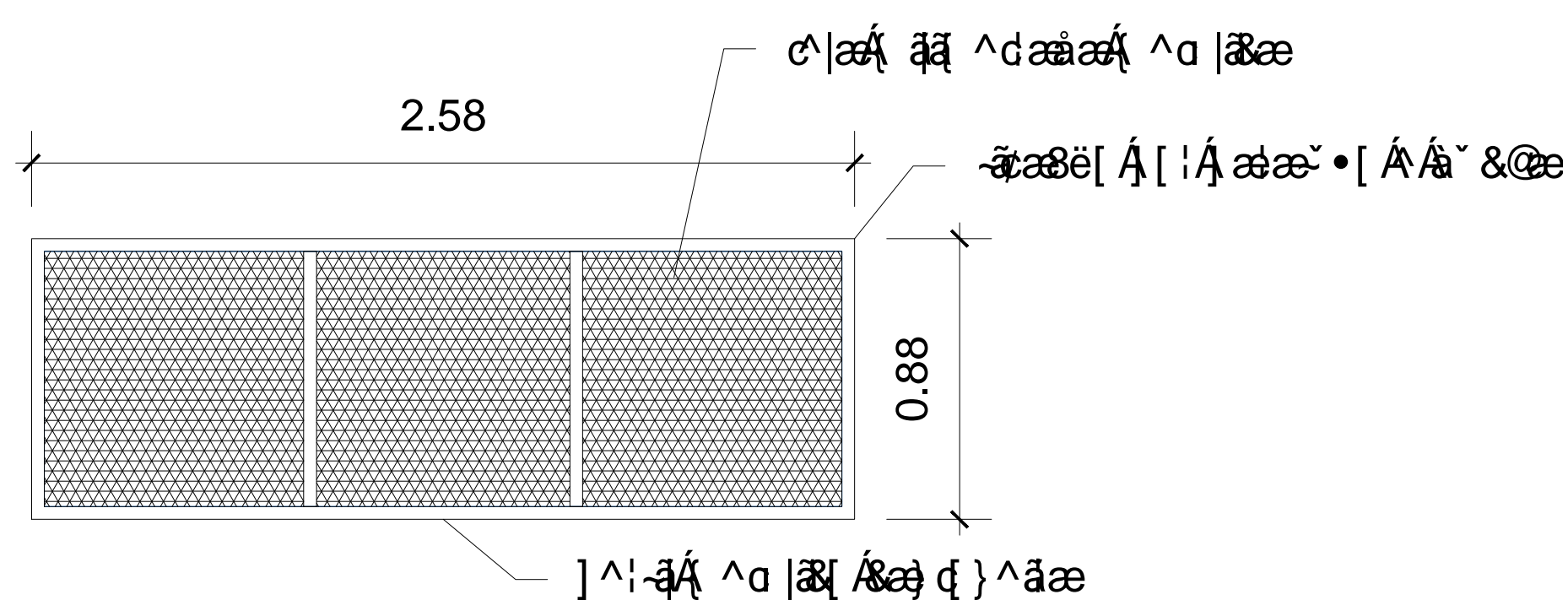




1 ÖÖVOŠPÒÁÚÜVÖZÜCEPQ7ÜQÁPÒ  
ESCALA 1/20



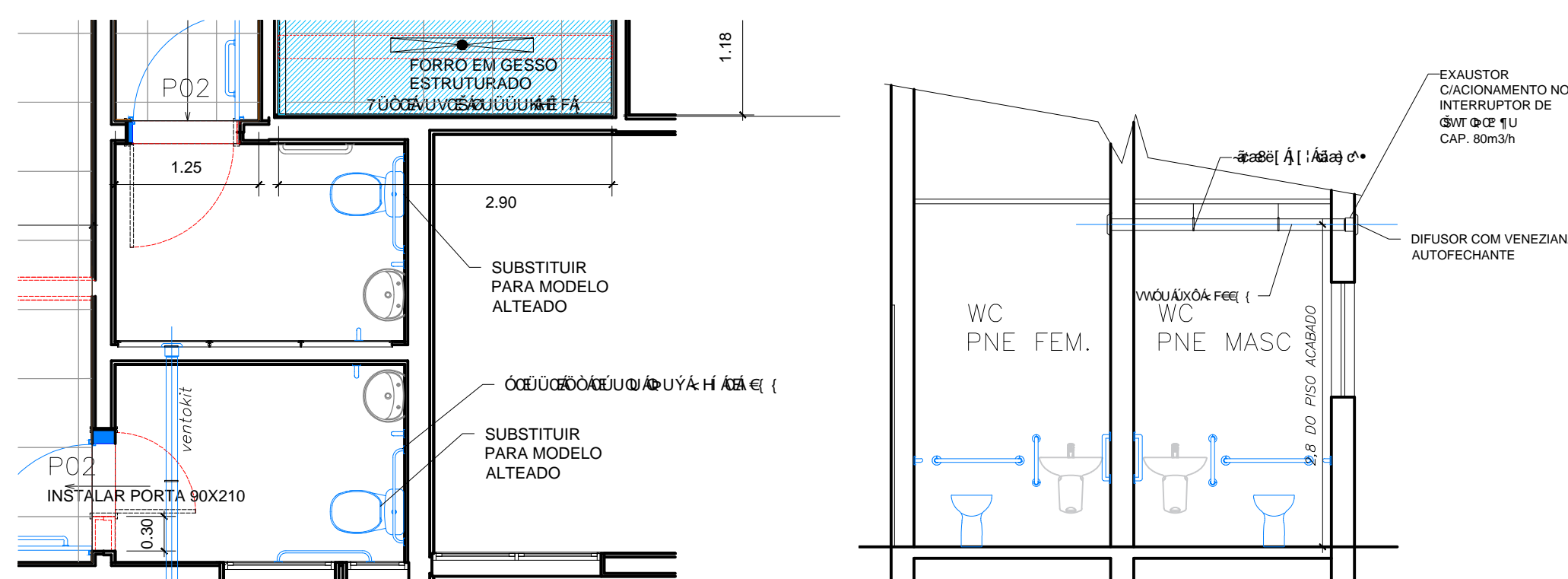
\*PREVER TELA MOSQUITEIRO



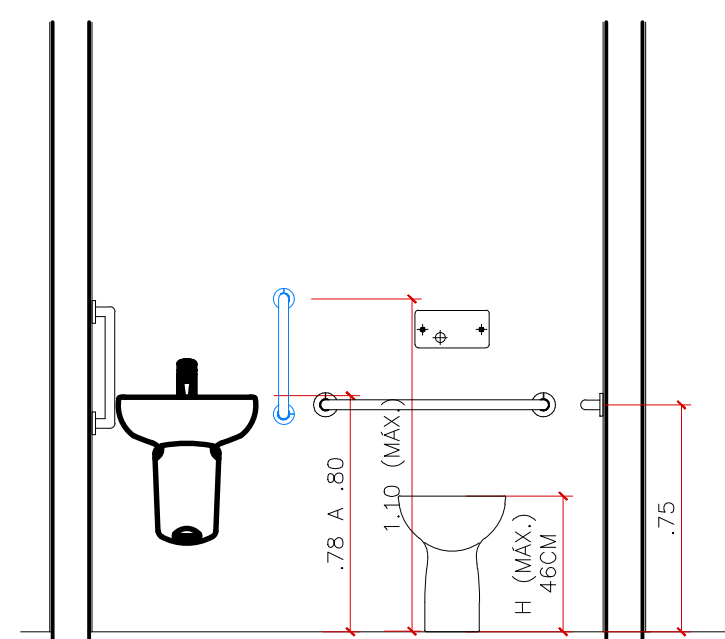
P01

- LEGENDA
- A DEMOLIR
  - ITEM NOVO
  - FORRO NOVO
  - PERÍMETRO DE REPINTURA
  - PISO INTERTRAVADO
  - PISO CIMENTADO
  - TAPUME PROV.DE OBRA
  - CONTAINER DE OBRA

NOTAS DE PROJETO - VER FOLHA 05/05



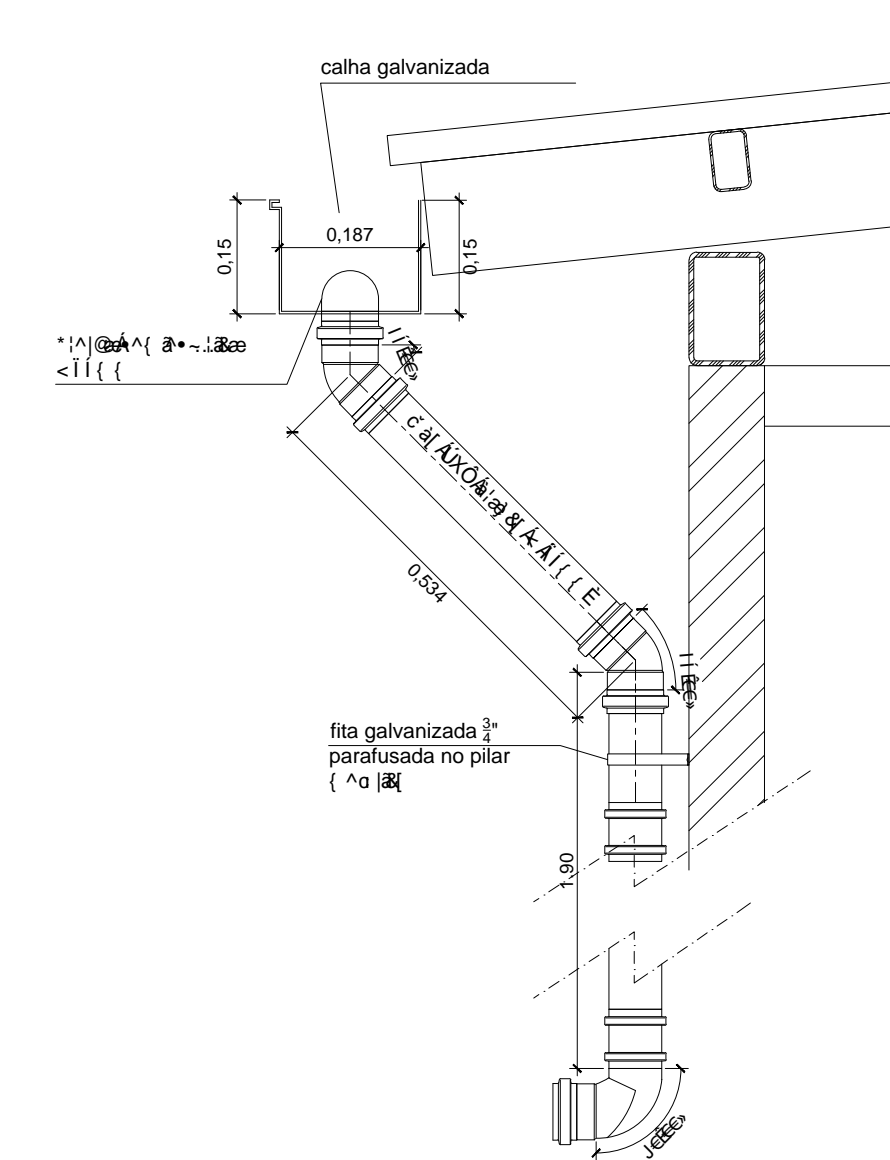
5. ÖÖVCS PÖŠUW\* ÜJÁÓÜJÜÜJÁÓP VUSQ  
ESCALA 1/50 \_ 1/25











4 DETALHE TELA MOSQUITEIRO  
ESCALA 1/20

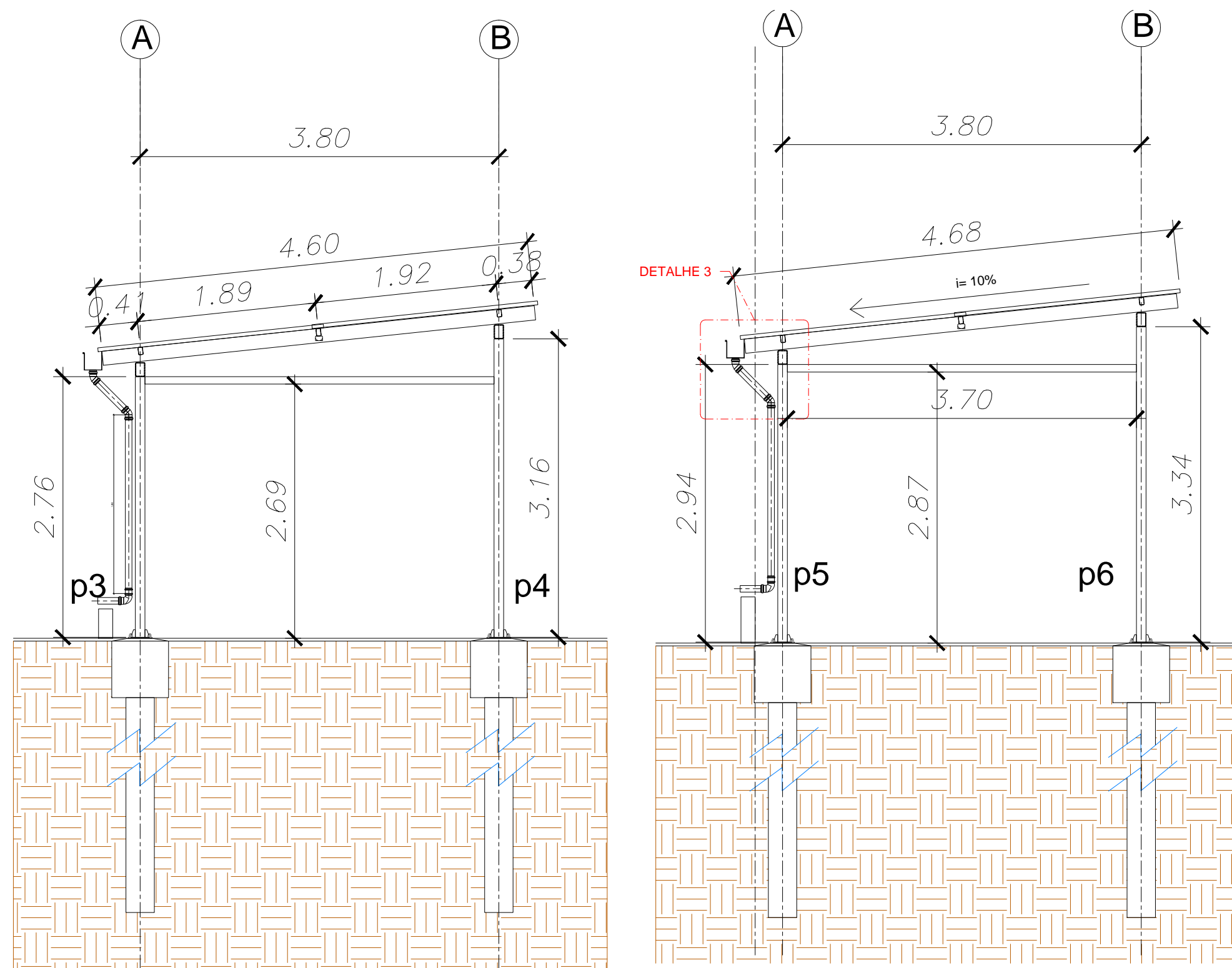
[illegible]



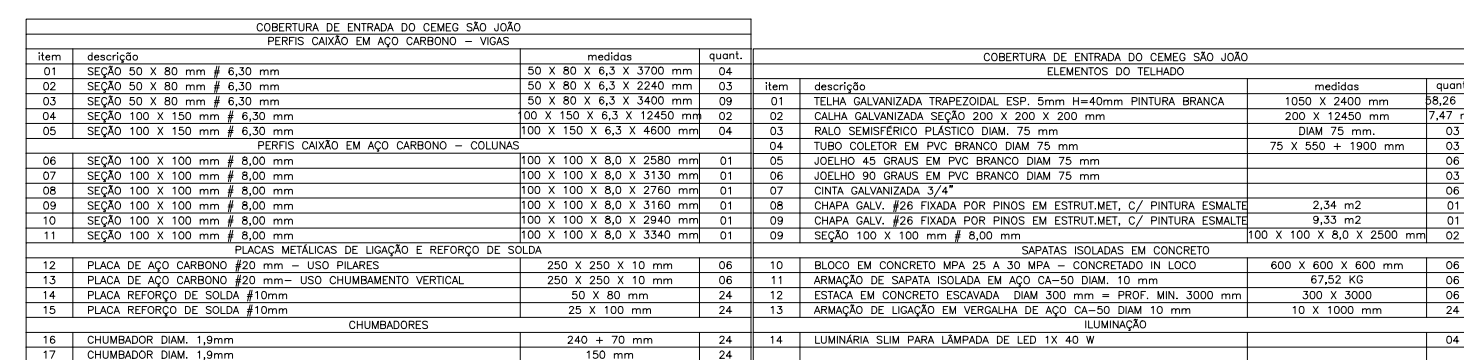


 A DEMOLIR  
 ITEM NOVO  
 FORRO NOVO  
 PERÍMETRO DE REPINTURA  
 PISO INTERTRAVADO  
 PISO CIMENTADO  
 TAPUME PROV.DE OBRA  
 CONTAINER DE OBRA

A



3 CORTE A  
ESCALA 1/50



FOLHA: 03/03

**CONTEÚDO:** ÚUUUUAÁ7UÓUAPOUEÛWYOWÜCE

**ESCALA:** INDICADA

DATA: ABRIL/2025

[illegible]

AUTOR: RODNEY ALEXANDRE TONELOTO  
ARQUITETO E URBANISTA  
CAU. A26566-7  
UUVB-011 | JFFF

Aprovo o presente projeto para a finalidade a que destina:

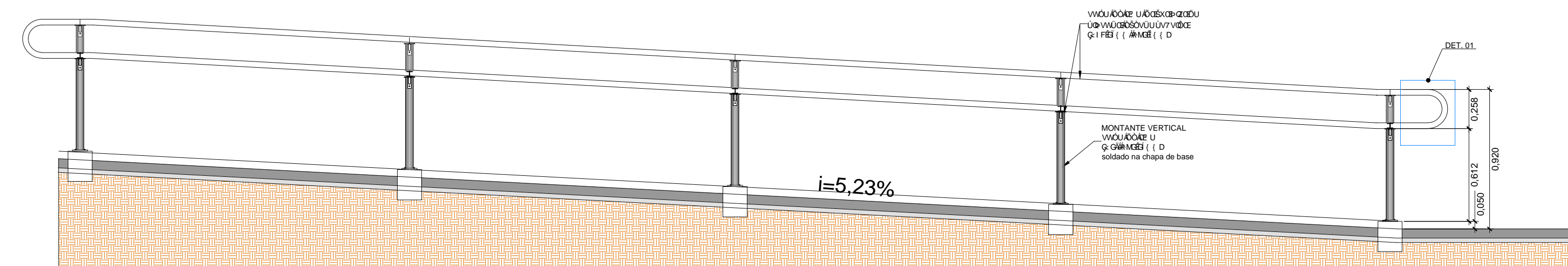
$\mathcal{O}(N^2)$

6.046/2004, onde estabelece que

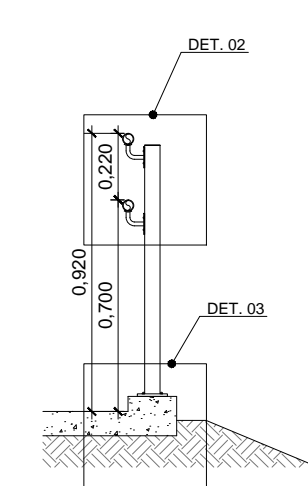
*"Art. 2º. Todas as obras de construção, reconstrução, demolição, movimento de terra, acréscimo, modificação ou reforma a serem executadas no Município, quer particulares ou públicas deverão ter Alvará de Construção concedido pela Prefeitura, sob pena de aplicação do previsto no art. 54 desta Lei, no que couber.*

*Parágrafo Único: No caso das obras realizadas pela Administração Municipal, diretas ou indiretas, os projetos serão aprovados pelos respectivos órgãos competentes."*





05 CORTE LONGITUDINAL  
1:25



ÖÖVÖŠPÒÁFÄÖUÜÜQ¶U  
:10

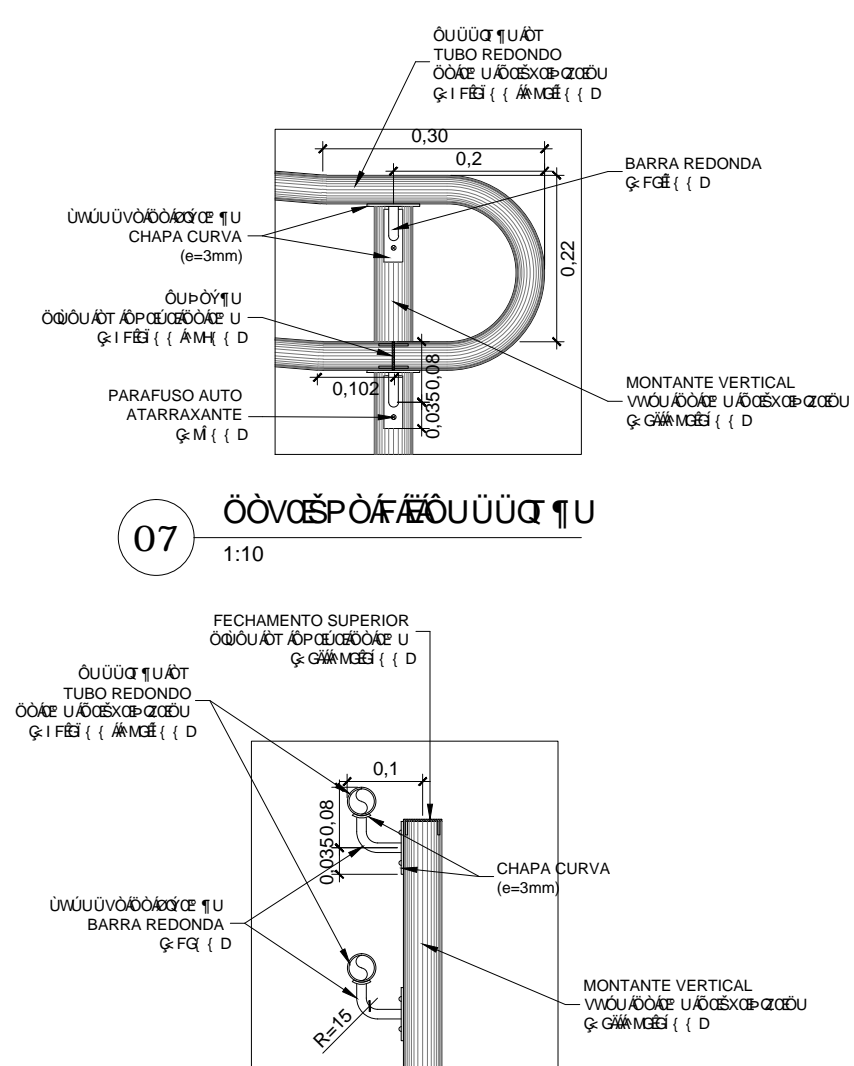
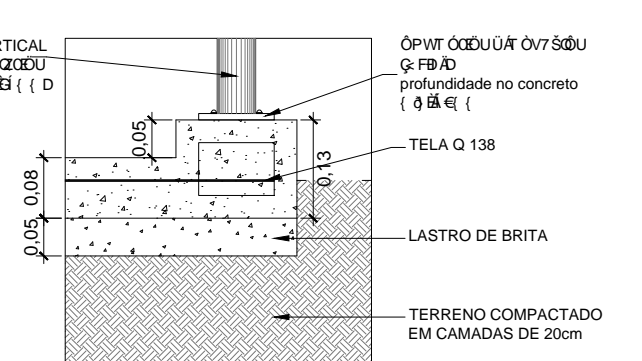
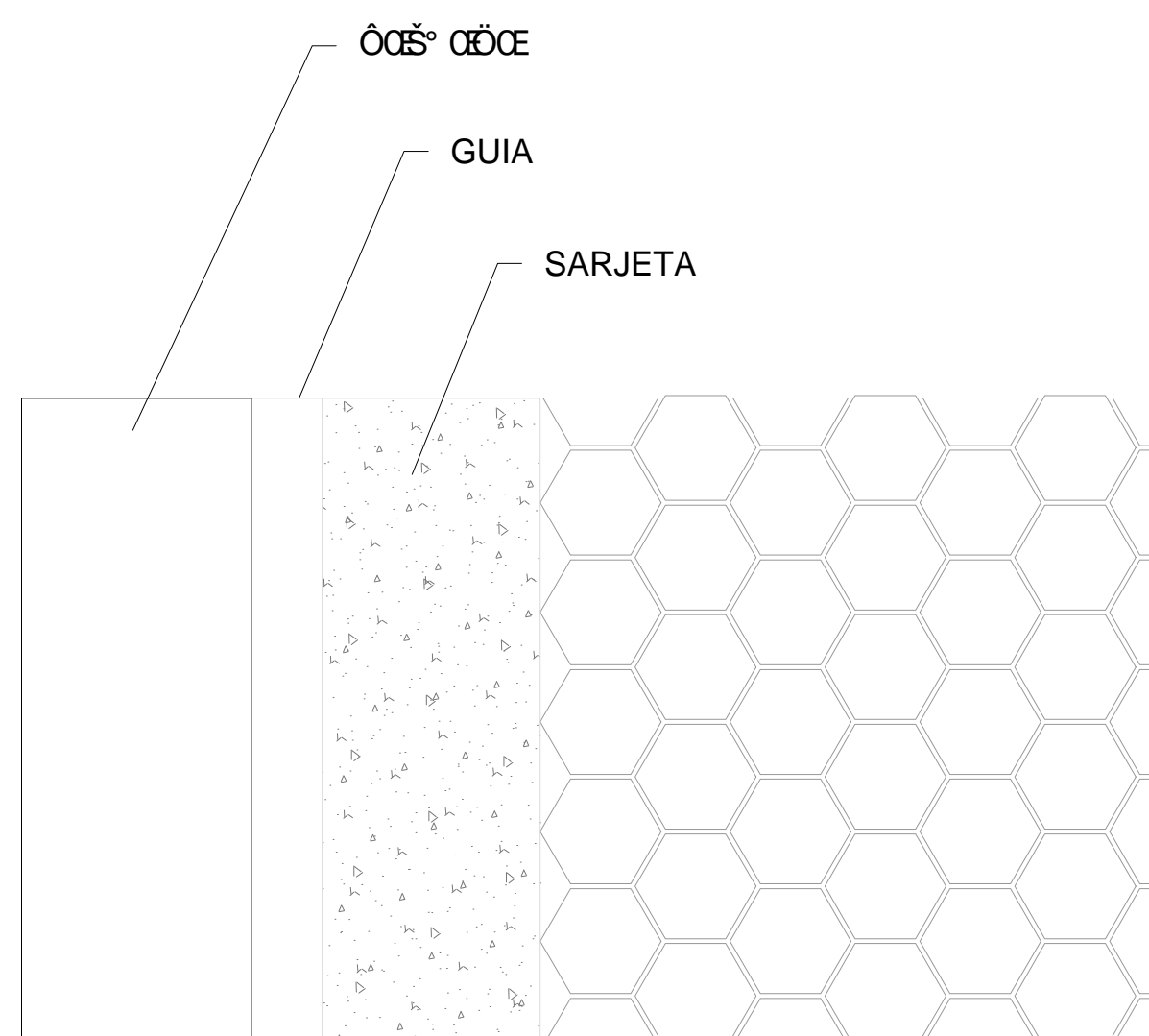


Diagrama de uma seção transversal de uma parede de concreto com uma armadura vertical. Uma seta indica a "profundidade no concreto" da armadura.

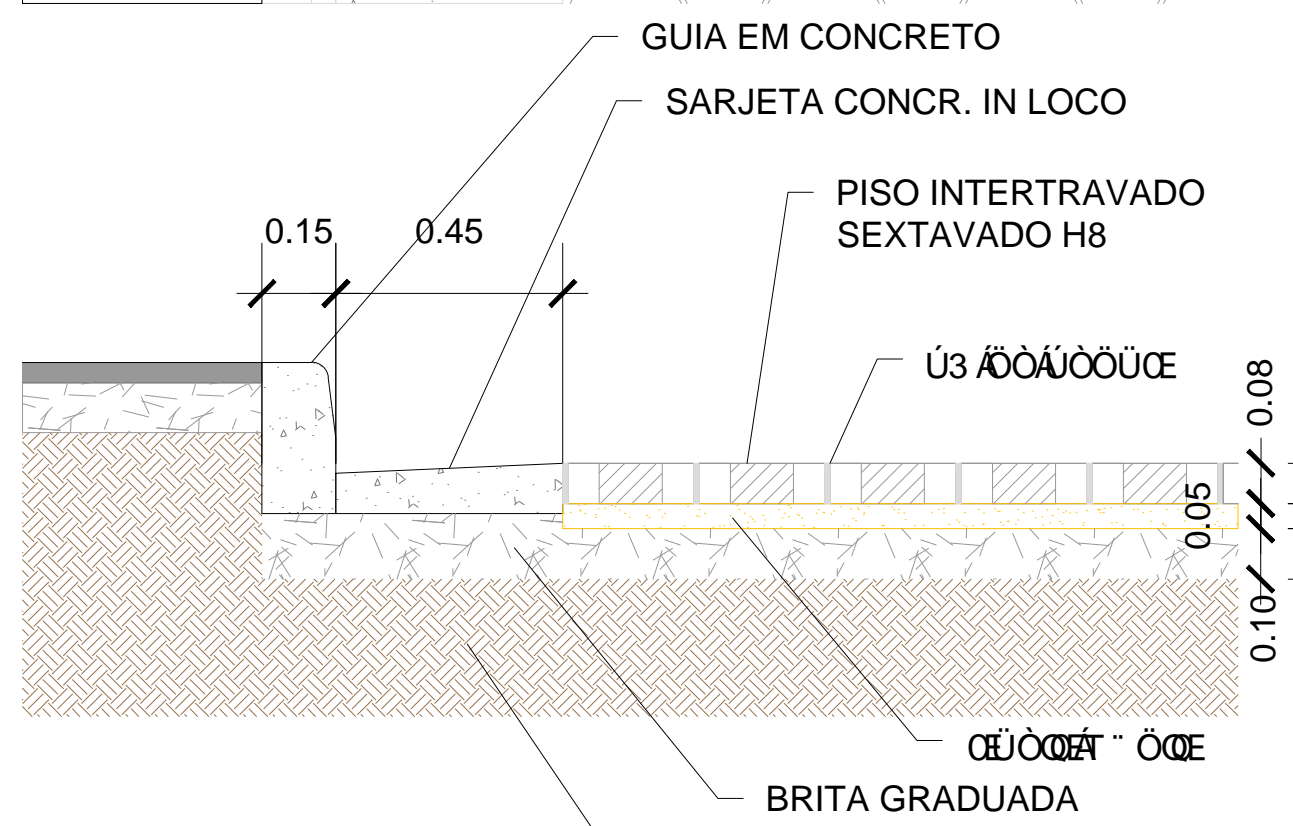


09 DETALHE 3 - CHUMBAMENTO



LEGENDA

- A DEMOLIR
- ITEM NOVO
- FORRO NOVO
- PERÍMETRO DE REPINTURA
- PISO INTERTRAVADO
- PISO CIMENTADO
- TAPUME PROV.DE OBRA
- CONTAINER DE OBRA



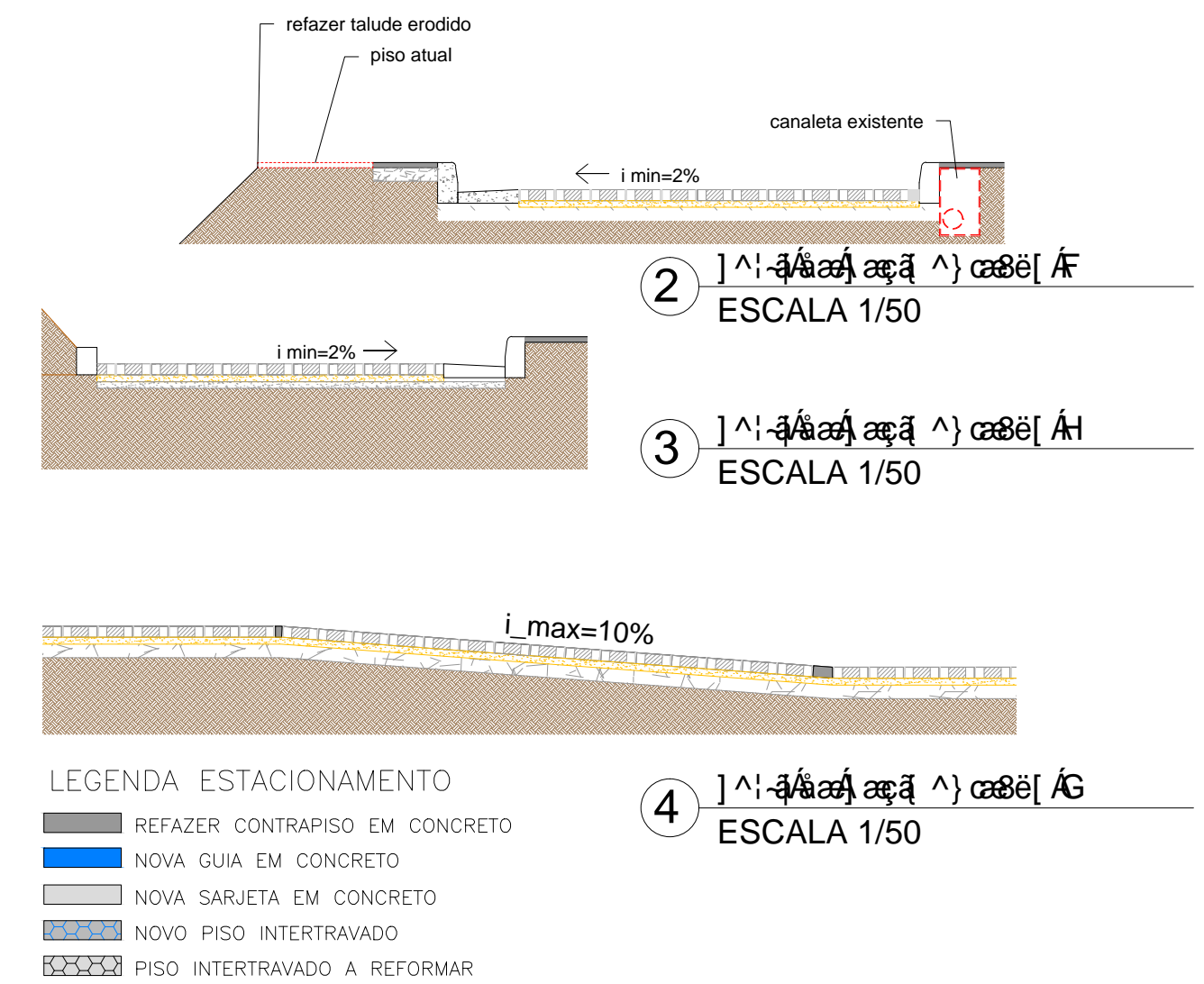
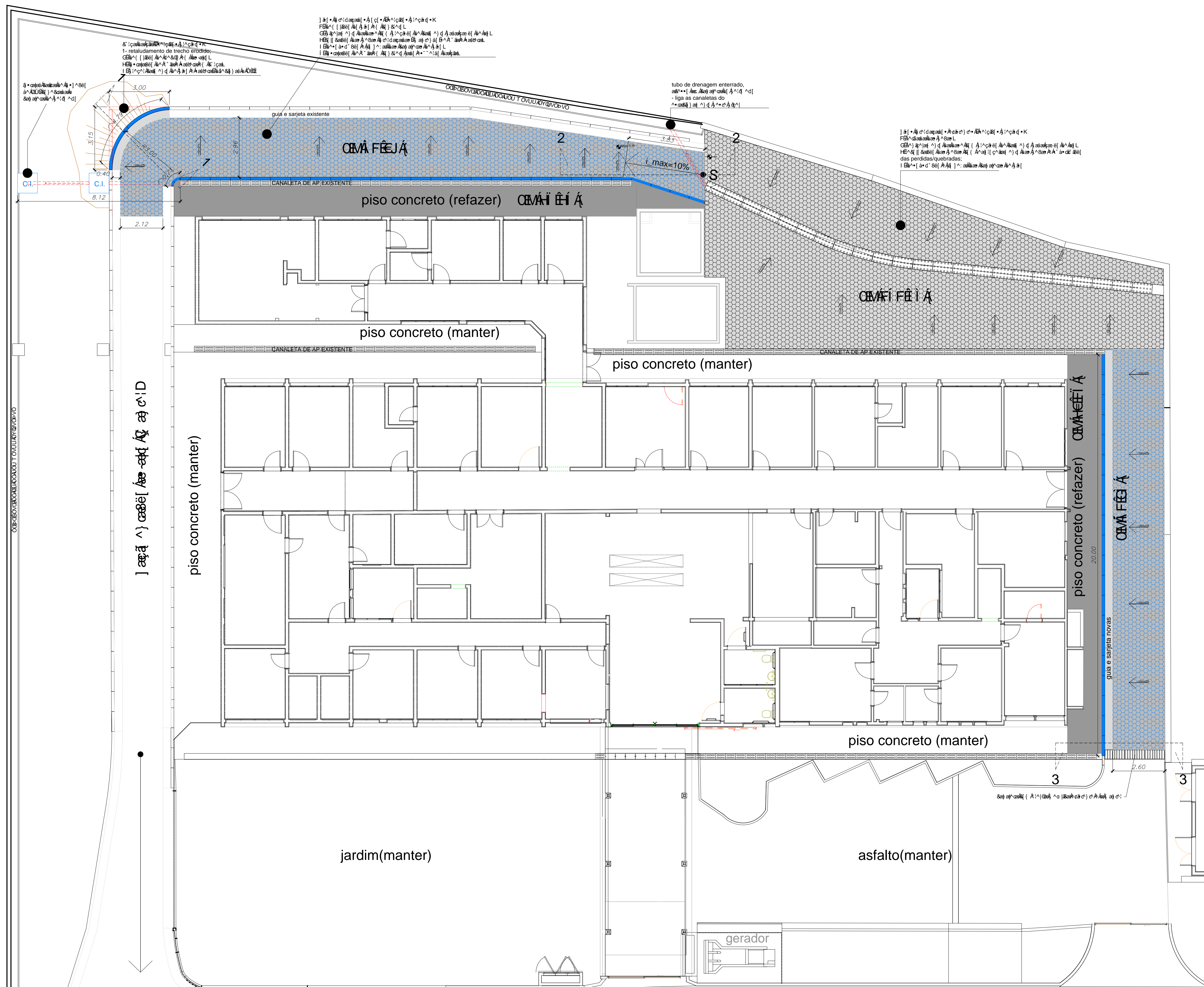
3 DETALHE 02- PISO INTERTRAVADO  
ESCALA 1/15

၂၈၂၀ : ၄ အောက်တိုဘာ ၁၉၇၀ - ၁၉၇၁

Art. 2º. Todas as obras de construção, reconstrução, demolição, movimento de terra, reforma, modificação ou reforma a serem executadas na Prefeitura, que particulares ou públicas deverão ter Alvará de Construção concedido pela Prefeitura, sob pena de aplicação do previsto no art. 54 desta Lei, no que couber.

Parágrafo Único: No caso das obras realizadas pela Administração Municipal, direta ou indireta, os projetos serão aprovados pelos respectivos órgãos competentes."






NOTAS DE PROJETO

- ESTE É UM PROJETO DE ARQUITETURA. AS MEDIDAS DEVEM SER CONFERIDAS IN  
SUO ALCE. NÃO SE PODE TOL

- OS ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA COBERTURA SÙU MERAMENTE INDICATIVOS DO PROJETO ΣΥΝΟΛΟ - DEVE O CONSTRUTOR CERTIFICAR-SE DE QUE AS ΔΙΕΡΧΟΜΕΝΕΣ ΕΝΤΟΣ ΤΩΝ ΚΑΤΑΣΚΕΥΑΣΜΕΝΩΝ ΕΠΙΣΤΗΜΩΝ ΕΞΕΛΙΞΕΙΣ ΕΙΝΑΙ ΑΔΕΛΦΕΥΕΣ ΜΕΤΑ ΤΙΣ ΕΝΤΕΛΕΣΕΙΣ ΤΗΣ ΕΡΓΟΥΝΤΟΣ ΕΠΙΣΤΗΜΗΣ, ΚΑΙ ΟΤΙ Η ΕΠΙΣΤΗΜΗ ΕΙΝΑΙ ΑΔΕΛΦΕΥΕΣ ΜΕΤΑ ΤΙΣ ΕΝΤΕΛΕΣΕΙΣ ΤΗΣ ΕΡΓΟΥΝΤΟΣ ΕΠΙΣΤΗΜΗΣ, ΚΑΙ ΟΤΙ Η ΕΠΙΣΤΗΜΗ ΕΙΝΑΙ ΑΔΕΛΦΕΥΕΣ ΜΕΤΑ ΤΙΣ ΕΝΤΕΛΕΣΕΙΣ ΤΗΣ ΕΡΓΟΥΝΤΟΣ ΕΠΙΣΤΗΜΗΣ.

- AS PESSOAS ( OU ACABADAS PESSOAS ) DOS PISOS DEVEM SER APURADAS IN LOCO, QUANTO A SUA EXEQUIBILIDADE, CONSIDERANDO O DEVIDO ESCOAMENTO DE 70% E A CIRCULAÇÃO DE 10% PARA 100% DE CIRCULAÇÃO.

- AS LÂMPADAS (OU OS VÍDEOS) PARA OS PONTOS DE SINALIZAÇÃO DEVEM CONSIDERAR OS ATUAIS PONTOS DE INTERRUPTOR- O CONSTRUTOR DEVE AVALIAR PREVIAMENTE O LOCAL PARA A INSTALAÇÃO DAS LÂMPADAS OU DOS VÍDEOS.

	<p align="center"> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS</b>  <b>SECRETARIA DA SAÚDE</b>          DEPTO. DA INFRA DA SAÚDE-SS19          DIVISÃO TÉCNICA DE DESENVOLV. FUNCIONAL DAS EDIFICAÇÕES       </p>	<p>FOLHA:</p> <p align="right">05/05</p> <p align="right">rev.02</p>
<p>ASSUNTO/OBRA:</p> <p>PROPRIETÁRIO:</p> <p>LOCAL:</p> <p>CONTEÚDO:</p> <p>ESCALA:</p>	<p>         OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO          CNES: 2053241          PROPOSTA 022539/2022       </p> <p>         PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS       </p> <p>         OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CNES 2053241          CEP.07151-480          COORD. -23.41004, -46.45855       </p> <p>         OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CNES 2053241       </p> <p>         INDICADA       </p>	

DATA: AGOSTO/2023

[illegible]

AUTOR: RODNEY ALEXANDRE TONELOTTO  
ARQUITETO E URBANISTA  
CAU. A26566-7  
UNIVERSIDADE FJFF

Aprovo o presente projeto para a finalidade a que destina:

ආර්ථිකයේ ස්ථායී වර්ධනය සඳහා වැදගත් වන්නේ

Art. 2º - Todas as obras de construção, reconstrução, demolição, movimento de terra, acréscimo, modificação ou reforma a serem executadas no Município, quer particulares ou públicas deverão ter Alvará de Construção concedido pela Prefeitura, sob pena de aplicação do previsto no art. 54 desta Lei, no que couber.

Parágrafo Único - No caso das obras realizadas pela Administração Municipal, direta ou indireta, os projetos serão aprovados pelos respectivos órgãos competentes."





Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO III A**

### **ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**



SECRETARIA DA SAÚDE  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO EM SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA DA SAÚDE  
Divisão Técnica de Coordenação do Planejamento e Desenvolvimento de Projetos

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. Descrição da necessidade:

Estruturação de Unidade de Atenção Especializada - Ambulatório - Reforma de Unidade de Atenção Especializada em Saúde, com vistas a melhorar a ambiência do Serviço de Saúde em consonância à diretriz do Programa Estratégica, a fim de oferecer à população acesso qualificado e em tempo oportuno.

O CEMEG SÃO JOÃO oferece serviços em Cardiologia, Urologia, Ortopedia, Dermatologia, Cirurgia Vascular, Ginecologia, além de exames de imagem: USG, Mamografia, Raio X, outros exames, como a colposcopia e Interconsultas: fisioterapia, nutrição, psicologia, tratamento de feridas, atendimento de enfermagem e imobilização ortopédica, entre outros.

A Unidade conta com recursos humanos capacitados à operacionalização e funcionamento da Unidade.

Conta ainda com equipamentos necessários para a prestação da assistência prevista. A gestão municipal tem envidado esforços no sentido de captar recursos com vistas a modernizar o parque tecnológico do equipamento de saúde visando melhorar o acesso com qualidade.

Pelo fato da unidade já ter vários anos de funcionamento, e também pelo aumento natural da população de entorno, fazem-se necessárias obras de adequação do prédio, que vise aperfeiçoar o espaço físico nos pontos mais necessários: espaço externo, pisos, cobertura e paredes externas; adequação à NBR 9050 (acessibilidade), sempre obedecendo as normas legais vigentes

A obra de reforma visa contribuir com a melhora da ambiência, salubridade de usuários e trabalhadores, objetivando a acessibilidade do usuário e funcionários, com adequação do espaço externo, tratando pisos, cobertura e paredes externas; adequação acessibilidade; troca/reforma de esquadrias; repintura de paredes e esquadrias; adequação da recepção. Sendo assim, o principal problema a ser resolvido é a melhora dos espaços físicos desgastados pelo tempo.

### 2. Histórico:

*Não há histórico de contratação de reforma anterior para o CEMEG São João. Exemplos exitosos em outras unidades de saúde em Guarulhos demonstram que as reformas de fato agregam qualidade ao atendimento do usuário e adequação do serviço ao aumento de demanda.*

#### 2.1. Tem contrato ou ata vigente:

( ) Sim, contrato nº \_\_\_, vencimento: \_\_/\_\_/\_\_

( ) Sim ata nº \_\_\_\_\_

(x) Não há contrato/ ata vigente.

#### 2.2. Há interesse em prorrogar contrato ou ata vigente?

( ) Sim, por igual período

( ) Sim, por \_\_\_ meses, com cláusula resolutiva, mediante conclusão de contratação através do Processo \_\_\_\_.

(x) Não

#### 2.3. Informações sobre estoque existente:

(x) Não se aplica, pois trata-se de prestação de serviços

( ) Não se aplica, pois não é um produto estocável

( ) Sim, conforme especificado abaixo:

—

### 3. Soluções existentes no mercado:

3.1 Em linhas gerais, apresentamos algumas soluções existentes no mercado para atender à referida demanda:

3.2 Execução feita pelos profissionais da Divisão Técnica de Manutenção da Secretaria da Saúde. Vantagem – uso de profissionais já contratados pela Prefeitura de Guarulhos.

Desvantagem - o número existente de profissionais não é suficiente para que um projeto que precisa de um atendimento célere seja executado em tempo hábil, de acordo com a necessidade da unidade.

3.3 Execução feita com a contratação de profissionais de empresas diferentes.

Vantagem – Flexibilidade e adaptabilidade.

Desvantagem – A contratação de profissionais que não pertencem à mesma empresa pode acarretar no atraso da obra devido a diferentes prazos de execução para os serviços a serem prestados pelo contratado. Diante da complexidade do item a ser contratado, essa solução se torna inviável sem o gerenciamento de uma única construtora.

3.4 Execução feita por empresa especializada em obras de construção civil Vantagem - Mão de obra qualificada com garantia de qualidade, segurança, economia e agilidade no processo de construção ou reforma.

Profissionais especializados garantem a execução correta da obra, utilizando os melhores materiais e técnicas, evitando problemas e retrabalho. A obra em questão envolve o trabalho em altura, por isso é fundamental que a mão-de-obra tenha treinamento, equipamentos adequados e EPI's, o que uma empresa especializada pode promover. A experiência da empresa em lidar com os riscos da obra, desde a prevenção de acidentes até a gestão de emergências, reduz significativamente os perigos. A experiência da empresa em lidar com processos burocráticos, a coordenação de equipes e a otimização dos prazos pode acelerar a conclusão da obra. A empresa se encarrega de todas as questões relacionadas à obra, como contratação de mão de obra, compra de materiais. A empresa realiza um planejamento detalhado da obra, com definição de cronograma, orçamento e materiais, garantindo uma execução eficiente e organizada. A empresa reduz os riscos de atrasos, custos extras e problemas de qualidade, garantindo uma execução mais segura e eficiente. Desvantagem: necessidade de fiscalização constante para garantir a qualidade dos serviços e a conformidade com os contratos.

3.5 Em razão das inúmeras vantagens supracitadas, a escolha pela contratação de empresa especializada em obras de construção civil é capaz de alcançar o objetivo desejado de maneira eficaz, otimizando fatores como a vida útil das estruturas, serviços de qualidade, economia de prazo e processo de trabalho mais organizado e seguro.

#### 4. Relação de dependência com o contrato:

(x) Não se aplica

( ) Sim, conforme justificativa abaixo:

#### 5. Critério de Sustentabilidade:

Os critérios de sustentabilidade ambiental, econômica e institucional da construção civil se baseiam em diversas frentes – as novas construções devem considerar todas elas e utilizar-se o mais possível destas:

Sustentabilidade em obras de engenharia Critérios gerais de sustentabilidade:

- Adesão ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;
- Alinhamento com o Plano de Gestão e Logística Sustentável do órgão;
- Incorporação das dimensões ambientais, sociais, econômicas e culturais;
- Alinhamento com a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981); Alinhamento com a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009);
- Alinhamento com Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Especificações técnicas de sustentabilidade:

- Ventilação e iluminação naturais: Design que maximiza a luz natural;
- Promoção de ventilação adequada para reduzir o uso de sistemas artificiais. Uso racional da água, Materiais de baixo impacto ambiental;
- Seleção de materiais sustentáveis certificados. Gerenciamento de resíduos: Planos para redução, reutilização e reciclagem de resíduos de construção;
- Redução da poluição;
- Práticas para minimizar a poluição durante construção e operação; Biodiversidade: Proteção e promoção da biodiversidade no local da obra.

#### 6. Estimativa do valor da contratação: R\$

**R\$ 262.000,00**

#### 7. Levantamento e análise de riscos:

item	descrição serviços	descrição fator risco	grau probabilidade	alocação de recursos
1	contrato	atraso na emissão da ordem de início, que impacte no planejamento da obra	1- muito baixo	contratante
2	serviços preliminares	dificuldade em estabelecer local adequado para a instalação do canteiro de obras	1- muito baixo	contratante
3	serviços preliminares	dificuldade em estabelecer junto à gerencia da unidade os locais e horários para os serviços, durante as atividades da unidade	3-médio	contratante/contratada
4	demolições e retiradas	problemas de armazenamento provisório de entulho, devido ausência de local adequado	1-muito baixo	contratante/contratada
5	projeto	incompatibilização dos projetos com a situação in loco que enseje alterações de ações e custos	2-baixo	contratante
6	construção	condições meteorológicas desfavoráveis que ensejam atrasos no cronograma	3-médio	contratante/contratada
7	construção	material inadequado e/ou mau dimensionado que impacte em retrabalhos ou atrasos no cronograma	1-muito baixo	contratada
8	construção	desentendimentos junto a fiscalização, quanto à glosas e/ou reprovações de serviços	1-muito baixo	contratante/contratada
9	construção	reclamações da gerencia quanto a situações de barulho, sujeira que tenham impacto nas atividades da unidade	3-médio	contratante/contratada
10	construção	situações de ausência temporária da mão-de-obra, seja por desligamentos/greves ou outras situações que atrasem o cronograma de obras	1-muito baixo	contratada

11	contrato	atraso no cronograma de obra, com reflexos em tempo e custos	3-médio	contratada
12	contrato	demora e/ou atraso nos atos de medição e pagamento	2-baixo	contratante
13	contrato	necessidade de aditamentos de prazos e custos em função de situações alheias aos entes envolvidos (fatos supervenientes)	2-baixo	contratante/contratada
14	contrato	necessidade de aditamentos de prazos em função de mau planejamento das ações	1-muito baixo	contratada
15	contrato	demora na emissão do recebimento provisório e definitivo de obra	1-muito baixo	contratante

**8. Definição do objeto:**

*O Departamento de Atenção à Saúde - DAS, pretende obter e reforma do CEMEG São João, para melhoria das condições físicas do prédio, o que se reflete na qualidade do atendimento prestado ao usuário, bem como as condições de trabalho dos profissionais lá lotados.*

**9. Justificativa de escolha da solução:**

*A reforma e adequação da edificação às normas de atendimento da saúde, são de suma importância para a melhoria da qualidade dos serviços- uma vez que se trata de prédio próprio municipal, o investimento é perfeitamente adequado e válido, pela responsabilidade da Administração em manter os bens públicos em boas condições de uso.*

**10. Previsão no plano de contratação anual (PCA)**

Não,

( ) conforme PCA

( ) de acordo com o planejamento da unidade e lei orçamentária anual

Não, justificar:

O PCA não foi publicado em 2025, mas a reforma está prevista em convênio de repasse firmado junto ao Ministério da Saúde, pelo CT. 934231/2022/MSAUDE/CAIXA.

**11. Estimativas de quantidades:**

item	especificação	CATSER	unid.medida	qtde.	valor total
1	contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obras de reforma na unidade de atendimento especializado CEMEG São João, conforme convênio TC 934231/2022/MSAUDE/CAIXA	5622	unidade	1	R\$ 262.000,00

**12. Justificativa para o parcelamento, agrupamento e subcontratação:**

(Não) Parcelamento (item), conforme justificativa abaixo:

O parcelamento do objeto não é permitido pela dimensão do objeto e suas características.

(Não) Agrupamento (não parcelamento - formação de grupos/lotes), conforme justificativa e agrupamento definido abaixo.

A natureza do objeto (reforma em prédio único com projeto específico) e o montante do recurso não permitem agrupamentos.

**Subcontratação:**

(X) Sim, conforme item(ns)/serviço(s) e porcentagem a ser subcontratada descrita abaixo:

A subcontratação só será permitida até o limite de 30% do valor total do contrato, em serviços cuja natureza sejam acessórias ao principal, tais como limpeza de obra, canteiro, remoção de entulhos, serviços especializados que justifiquem a subcontratação, como estruturas metálicas.

( ) Não poderá ser subcontratada.

**13. Legislação sobre o assunto:**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos). Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências.

Lei nº 12.378/2010, que regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF).

Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências.

Resolução – RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

Portaria GM/MS Nº 2.468, de 4 de outubro de 2021. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 06, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

RDC nº 63/2011 Anvisa – Requisitos de boas práticas de funcionamento para os serviços de Saúde. 11

RDC nº 222/2018 Anvisa – Regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de Saúde.

RDC nº 36/2013 Anvisa – Institui ações para a segurança do paciente em serviços de Saúde.

RDC nº 15/2012 Anvisa – Requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde.

Resolução Conama nº 307, de 05 de julho de 2002 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Resolução Conama nº 358/2005 – Tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de Saúde.

ABNT NBR 9050/2020 – Acessibilidade às edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

ABNT NBR 13532/1995 – Elaboração de projetos de edificações.

ABNT NBR 6492/1994 – Representação de projetos de arquitetura.

14. Premissas técnicas:

*Referências normativas*

Adotar as normas ABNT (NBR 9050, NBR 5410, NBR 5626 e demais relacionadas a equipamentos de saúde), resoluções da Anvisa, requisitos de vigilância sanitária e código de edificações do município.

**Acessibilidade e fluxo de usuários**

Garantir circulação conforme NBR 9050 (largura mínima de corredores 1,20m), portas com 0,90 m de vão livre, áreas de manobra e sinalização tátil;

**Sustentabilidade e eficiência**

incluir critérios de sustentabilidade (uso de materiais com baixo ou nenhum potencial poluidor), destinação de entulho de obras onde tecnicamente viável, destinação adequada de resíduos sólidos de obra.

**Vida útil e manutenção**

adotar vida útil de projeto de 50 anos para estrutura e 25 anos para instalações, com diretrizes para manutenção preventiva e acessos técnicos.

15. Padronização:

Em atendimento ao princípio da padronização, os materiais e equipamentos do projeto serão definidos com base em itens comuns de mercado que por sua natureza devem possuir as seguintes características:

- economia de escala pela compra em maior volume
- evitar aditivos e revisões de projeto por incompatibilidade
- facilitar a manutenção futura e o fornecimento de peças
- garantir a isonomia e competitividade entre licitantes

16. Indicação de Marca ou Modelo:

*A indicação da marca e modelo não é necessária para contratação de empresa especializada em construção, porém deve-se observar que os itens e serviços utilizados precisam ser focados em desempenho, funcionalidade e normas técnicas.*

17. Atividade Acessória:

*Declaro que para a contratação de empresa especializada em construção, o item de atividades acessórias do art. 48 não se aplicam ao objeto principal.*

18. Bens de luxo:

*Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública são de qualidade comum, não superior à necessidade para cumprir as finalidades às quais se destinam e se enquadra como bem comum conforme decreto municipal 40915/24.*

19. Princípio da segregação de funções

De acordo com a portaria 01/2024-SF e conforme o artigo 5º da Lei 14.133/2021, observamos os princípios da Administração Pública e o princípio da Segregação de Funções. Todos os documentos foram elaborados por arquitetos, projetos e planilhas orçamentárias devidamente registrados com emissão de Registro de Responsabilidade técnica (RRT/ART).

As funções são divididas em planejamento, condução da licitação e gestão do contrato, garantindo mais controle e transparência (artigos 5º e 7º da Lei 14133/2021).

(x) Sim, atende os princípios da segregação de função.

( ) Não, conforme justificativa abaixo:

—

20. Mapa de risco (matriz de risco):

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
1	Falhas no Edital de Licitação	Falta de detalhamento e obediência nada legislação vigente	Planejamento	Administração	Alto
Impactos					
1. Impugnação do Edital.					
Ações Preventivas					

1. Edital claro, detalhado e em conformidade com a legislação vigente;
3. Implementação de revisão técnica aprofundada e compatibilização dos projetos antes do início da obra.

**Ações de Contingência**

1. Realizar ajustes no Edital de forma transparente.

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
2	<b>Desconformidade com a legislação</b>	Falta de conhecimento técnico	Planejamento	Administração	Alto

**Impactos**

1. Autuação pelos órgão de controle;

**Ações Preventivas**

1. Consultar a assessoria jurídica para garantir a conformidade com as exigências legais

**Ações de Contingência**

1. Corrigir falhas de conformidade e reiniciar o processo licitatório de forma legal e transparente
2. Realização de um novo processo licitatório.

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
3	<b>Impugnação do processo licitatório</b>	Processo em desconformidade com a legislação, falta de transparência nos atos do processo.	Seleção do fornecedor	Administração	Alto

**Impactos**

1. Atraso no processo de contratação;

**Ações Preventivas**

1. Permitir que os licitantes esclareçam dúvidas antes da apresentação das propostas;

**Ações de Contingência**

1. Adequação das cláusulas do Edital;

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
4	<b>Erro no julgamento das propostas</b>	Critérios de julgamento mal definidos e falta de qualificação do agente de contratação e equipe de apoio.	Seleção do fornecedor	Administração	Alto

**Impactos**

1. Apresentação de recursos por parte dos licitantes, atraso na conclusão do processo de contratação.

**Ações Preventivas**

1. Definir critérios de julgamento claros e transparentes no edital de licitação e análise detalhada das propostas, designação de servidores qualificados para operar a contratação.

**Ações de Contingência**

1. Reavaliação das propostas e correção de falhas identificadas.

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
5	<b>projeto incompatível com a realidade do sítio</b>	incompatibilização dos projetos com a situação in loco que enseje alterações de ações e custos	Execução contratual	Administração/Contratada	Baixo

**Impacto**

1. atraso no cronograma de obras, oneração da planilha inicialmente pactuada

**Ações preventivas**

1. contratada fazer pormenorizada análise prévia do projeto de referência e sua aplicabilidade no local dos trabalhos; Administração fazer prévia correção antes do processo licitatório, dos projetos de referência.

**Ações de contingência**

1. avaliar, conferir e corrigir o projeto de referência antes do processo licitatório

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
6	<b>atraso do cronograma em razão de clima</b>	condições meteorológicas desfavoráveis que ensejam atrasos no cronograma	Execução contratual	Contratada/Administração	Médio

**Impacto**

1. atraso no cronograma de obras

**Ações preventivas**

1. realização de serviços externos em períodos de maior estiagem

**Ações de contingência**

1. readequar o cronograma de forma a não aumentar significativa o prazo de execução

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
7	<b>erros na definição e uso dos materiais empregados</b>	material inadequado e/ou mau dimensionado que impacte em retrabalhos ou atrasos no cronograma	Execução contratual	Contratada	Baixo

**Impacto**

1. má qualidade do serviço executado, problemas presentes e futuros de manutenção e funcionalidade



**Ações preventivas**

1. utilizar materiais e técnicas adequadas que permitam o resultado funcional, estético desejado

**Ações de contingência**

1. refazer o serviço de forma a adequá-lo ao resultado esperado

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
8	<b>problemas de convivência da obra com o funcionamento da unidade de saúde</b>	falta de comunicação e ajustes quanto à convivência da obra com o funcionamento da unidade (barulho, sujeira, desalojamento de usuários e funcionários)	<b>Execução contratual</b>	<b>Administração/Contratada</b>	<b>Alto</b>

**Impacto**

1. atraso no cronograma de obra, impactos negativos no atendimento da unidade

**Ações preventivas**

1. pactuar previamente locais, horários e datas em que serão realizado os serviços
2. utilizar-se de elementos de EPI e de segurança de funcionários e terceiros, afim de minorar impactos e evitar sinistros
3. utilizar-se de técnicas que minimizem questões de barulho, sujeira ao menor patamar possível

**Ações de contingência**

1. repactuar periodicamente cada etapa junto à gerencia da unidade, afim de corrigir desvios de conduta ou impactos imprevistos

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
9	<b>problemas relacionados à efetividade da mão-de-obra empregada</b>	situações de ausência temporária da mão-de-obra, seja por desligamentos/greves ou outras situações que atrasem o cronograma de obras	<b>Execução contratual</b>	<b>Contratada</b>	<b>Baixo</b>

**Impacto**

1. atraso no cronograma de obra, má qualidade do serviço realizado

**Ações preventivas**

1. definir antecipadamente a equipe de trabalho, inclusive os prestadores de serviço
2. ter sempre em obra um profissional responsável, para monitoramento dos serviços e trabalhadores

**Ações de contingência**

1. em caso de problemas fazer imediata substituição, para não gerar impactos negativos na obra e no cronograma

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
10	<b>demora nos trâmites de medição e pagamento</b>	demora e/ou atraso nos atos de medição e pagamento	<b>Execução contratual</b>	<b>Contratada/Administração</b>	<b>Médio</b>

**Impacto**

1. atraso no cronograma de obra

**Ações preventivas**

1. estabelecer prazos entre fiscalização e contratada na troca de documentação
2. tramitar de forma célere as medições entre os departamentos afins para evitar gargalos e atrasos na liberação de pagamentos

**Ações de contingência**

1. atuar em gargalos durante o processo que evitem a permanência demasiada do processo em determinada fase

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
11	<b>Abandono da obra inacabada</b>	Falha na estimativa dos custos e falta de planejamento orçamentário por parte da contratada, levando a desinteresse na conclusão do objeto.	<b>Gestão de contrato</b>	<b>Contratada</b>	<b>Alto</b>

**Impacto**

1. Obra inacabada

**Ações preventivas**

1. Atenção aos requisitos de habilitação econômico-financeira por parte da empresa durante a fase de habilitação.

**Ações de contingência**

1. Abrir processo de responsabilização contra a empresa

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
12	<b>Segurança no trabalho</b>	Ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução dos serviços.	<b>Execução contratual</b>	<b>Contratada</b>	<b>Médio</b>

**Impacto**

1. Onerar a execução do objeto contrato com a possibilidade de pagamento de indenizações.

**Ações preventivas**

1. Prever, dentre as cláusulas contratuais, que a Contratada deverá responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços e exigir Seguro de Riscos de Engenharia..
2. Prever, dentre as cláusulas contratuais, que a Contratada deverá cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança no Trabalho.
3. Avaliar, durante as visitas rotineiras da equipe de fiscalização, as condições do canteiro de obras, verificando a utilização de Equipamentos de Proteção Individual e a instalação de Equipamentos de Proteção Coletiva.
4. Notificar a Contratada, caso sejam verificadas irregularidades em relação às normas de segurança no trabalho.
5. Em caso de persistência da irregularidade, instaurar processo para aplicação das sanções previstas na contratação.

**Ações de contingência**

1. Em caso de acidentes, solicitar que a Contratada realize os procedimentos administrativos necessários junto aos órgãos competentes e encaminhe à fiscalização a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) registrada junto à Previdência Social. Demandas indenizatórias e de responsabilidade ocorrerão por conta da Contratada.

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
13	Terceiros	Responsabilidade civil por danos ou prejuízos causados a terceiros na execução da obra.	Execução contratual	Contratada	Baixo

#### Impacto

1. Prejuízos ou danos causados a terceiros no decorrer da execução da obra. Onerar a execução do contrato com a possibilidade de pagamento de indenizações.

#### Ações preventivas

1. Prever, dentre as cláusulas do contrato, que a Contratada deverá responder por qualquer dano ou prejuízo causado a terceiro e exigir Seguro de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil.
2. Avaliar, durante as visitas rotineiras da equipe de fiscalização, as condições do canteiro de obras, verificando a utilização de Equipamentos de Proteção Individual e a instalação de Equipamentos de Proteção Coletiva, isolamento de áreas, sinalização, bem como controle de acesso de terceiros ao canteiro de obras. Avaliar e antever possíveis danos a terceiros devido a execução de serviços.
3. Notificar a Contratada, caso sejam verificadas irregularidades em relação às normas de segurança no trabalho.
4. Em caso de persistência da irregularidade, instaurar processo para aplicação das sanções previstas na contratação.

#### Ações de contingência

1. Em caso de acidentes, prejuízos ou danos a terceiros solicitar que a Contratada realize os procedimentos administrativos necessários junto aos órgãos competentes e encaminhe à fiscalização a comunicação do fato. Os custos deverão ser arcados pela Contratada, ou seguradora por ela contratada, sem qualquer prejuízo ou demanda ao Contratante.

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
14	Casos força maior	Aumento extraordinário nos custos de insumos de material que compõem a execução do contrato, decorrentes de alterações tributárias, políticas públicas ou fatos extraordinários devidamente comprovados, que resultem em aumento de preços superiores aos índices de reajuste contratual ou altas superiores aos limites determinados nas análises de reequilíbrio econômico financeiro de acordo com a IN 110/2022.	Execução contratual	Contratante	Médio

#### Impacto

1. Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra. Aplicação de reequilíbrio econômico financeiro.

#### Ações preventivas

1. Prever no contrato cláusulas que permitam o reestabelecimento do reequilíbrio econômico financeiro em caso de alta de preços de insumos de materiais por fatos extraordinários devidamente comprovados.

#### Ações de contingência

1. Analisar e deferir solicitações de reequilíbrio econômico financeiro relativas a alta extraordinária de preços dos insumos de materiais resultantes de fatos extraordinários devidamente comprovados, que impactem o contrato além dos percentuais de reajuste ou limites estabelecidos na IN 110/2022

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
15	Inadimplência	Risco de inadimplência da Contratante.	Execução contratual	Contratante	Médio

#### Impacto

1. Em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, o Contratado poderá optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
2. Pagamento de correção monetária;
3. Atrasos para entrega da obra.

#### Ações preventivas

1. Licitação da obra somente com a garantia da disponibilidade do recurso orçamentário, indicada pelo setor competente.
2. Prever cláusula de atualização financeira para o caso de atraso no pagamento à Contratada.

#### Ações de contingência

1. Pagar a devida correção monetária.
2. Prorrogar prazo em função de paralisação da obra pelo atraso superior a 90 (noventa) dias no processamento do pagamento de parcelas adimplidas.

Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
16	Rescisão	Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada.	Execução contratual	Contratada	Alto

#### Impacto

1. Atrasos para entrega da obra.
2. Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.
3. Necessidade de realização de nova licitação ou de contratação de remanescente.

#### Ações preventivas

1. Prever, dentre as cláusulas contratuais, sanções que contemplem esta situação.
2. Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada.

#### Ações de contingência

1. Realizar a contratação do remanescente da obra, nos termos da lei de licitações.

**21. Identificação do responsável pela elaboração do ETP (nome, CF, cargo):**

Rodney Alexandre Tonelotto

CF. 41.166

Arquiteto

E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência.



Documento assinado eletronicamente por **Rodney Alexandre Tonelotto, Arquiteto (a)**, em 03/10/2025, às 07:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Myra, Chefe de Divisão Técnica**, em 03/10/2025, às 14:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2870071** e o código CRC **150C5DD4**.



Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO IV**

### **PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E PREÇOS MÁXIMOS DA PMG**



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE SAÚDE - SS  
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DA SAÚDE - SS 19

OBRA: REFORMA DO CEMEG SÃO JOÃO  
LOCAL: RUA TAIPU, 116  
PROC.ADM. 44840/2022  
BAIRRO: JARDIM SÃO JOÃO  
CONVÊNIO: CT REPASSE 934231/2022 MSAUDE/CAIXA  
rev5.janeiro/26

Informações:

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO

CÓDIGO			SERVIÇO			VALOR SEM BDI		VALOR COM BDI		
item	BASE DE DADOS	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	VALOR TOTAL NÃO DESONERAÇÃO	BDI ( NÃO DESONERADO)	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	COM BDI não DESONERAÇÃO
1	SERVIÇOS PRELIMINARES							25,00%	36.554,80	
1.1	SINAPI-COMP	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	6,50	474,17	3.082,11	25,00%	592,71	3.852,62
1.2	SINAPI-COMP	98458	TAPUME COM COMPENSADO DE MADEIRA. AF_03/2024	M2	35,80	99,18	3.550,64	25,00%	123,98	4.438,48
1.3	SINAPI INS.	10776	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITORIO, SEM DIVISORIAS INTERNAS E SEM SANITARIO (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO)	MES	5,00	662,10	3.310,50	25,00%	827,63	4.138,15
1.4	CDHU	01.17.051	Projeto executivo de estrutura em formato A1	UN	2,00	2.658,26	5.316,52	25,00%	3.322,83	6.645,66
1.5	SINAPI INS.	2706	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (HORISTA)	H	36,67	126,37	4.633,99	25,00%	157,96	5.792,39
1.6	SINAPI-COMP	90780	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	110,00	85,00	9.350,00	25,00%	106,25	11.687,50
2	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS							14.330,11		
2.1	SINAPI-COMP	97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	2,73	80,30	219,22	25,00%	100,38	274,04
2.2	SINAPI-COMP	97636	DEMOLIÇÃO PARCIAL DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	132,37	25,91	3.429,71	25,00%	32,39	4.287,46



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE SAÚDE - SS  
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DA SAÚDE - SS 19

OBRA: REFORMA DO CEMEG SÃO JOÃO  
LOCAL: RUA TAIPU, 116  
PROC.ADM. 44840/2022  
BAIRRO: JARDIM SÃO JOÃO  
CONVÊNIO: CT REPASSE 934231/2022 MSAUDE/CAIXA  
rev5,janeiro/26

Informações:

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO

CÓDIGO			SERVIÇO			VALOR SEM BDI		VALOR COM BDI		
item	BASE DE DADOS	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	VALOR TOTAL NÃO DESONERAÇÃO	BDI ( NÃO DESONERADO)	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	COM BDI não DESONERAÇÃO
2.3	SINAPI-COMP	104789	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	7,00	282,61	1.978,27	25,00%	353,26	2.472,82
2.4	SINAPI-COMP	97633	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	2,07	32,01	66,26	25,00%	40,01	82,82
2.5	SINAPI-COMP	104796	DEMOLIÇÃO DE GUIAS, SARJETAS OU SARJETÕES, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	6,15	17,56	107,99	25,00%	21,95	134,99
2.6	SINAPI-COMP	97644	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	6,92	13,34	92,31	25,00%	16,68	115,43
2.7	SIURB-EDIF	8060001	RETIRADA DE ESQUADRIAS METÁLICAS EM GERAL, PORTAS OU CAIXILHOS	M2	12,93	40,61	525,09	25,00%	50,76	656,33
2.8	SIURB-EDIF	17060094	RETIRADA DE PORTÃO DE FERRO PERFILADO TIPO PQ (GP5/GPM1)	M2	9,00	35,81	322,29	25,00%	44,76	402,84
2.9	SINAPI-COMP	97665	REMOÇÃO DE LUMINÁRIAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	5,00	2,69	13,45	25,00%	3,36	16,80
2.10	SIURB-EDIF	9050012	REMOÇÃO DE ELETRODUTOS APARENTES - ATÉ 2"	M	8,05	14,94	120,27	25,00%	18,68	150,37
2.11	SINAPI-COMP	104793	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, COM SEÇÃO MAIOR QUE 2,5 MM² E MENOR QUE 10 MM², DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	16,10	0,81	13,04	25,00%	1,01	16,26
2.12	CDHU	04.02.140	Retirada de estrutura metálica	KG	588,84	2,53	1.489,77	25,00%	3,16	1.860,73
2.13	SIURB-EDIF	1001006	CARGA MANUAL E REMOÇÃO DE ENTULHO, INCLUSIVE TRANSPORTE ATÉ 1 KM	M3	40,38	54,30	2.192,63	25,00%	67,88	2.740,99



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE SAÚDE - SS  
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DA SAÚDE - SS 19

OBRA: REFORMA DO CEMEG SÃO JOÃO  
LOCAL: RUA TAIPU, 116  
PROC.ADM. 44840/2022  
BAIRRO: JARDIM SÃO JOÃO  
CONVÊNIO: CT REPASSE 934231/2022 MSAUDE/CAIXA  
rev5.janeiro/26

Informações:

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO

CÓDIGO			SERVIÇO			VALOR SEM BDI		VALOR COM BDI		
item	BASE DE DADOS	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	VALOR TOTAL NÃO DESONERAÇÃO	BDI ( NÃO DESONERADO)	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	COM BDI não DESONERAÇÃO
2.14	SIURB-EDIF	1001010	TRANSPORTE DE ENTULHO POR CAMINHÃO BASCULANTE, A PARTIR DE 1KM	M3XKM	524,99	1,70	892,48	25,00%	2,13	1.118,23
3	ALVENARIAS E FORRO									5.445,26
3.1	SINAPI-COMP	103319	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	M2	4,66	111,62	520,15	25,00%	139,53	650,21
3.2	SINAPI-COMP	105023	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *15* CM. AF_03/2024	M	8,56	71,77	614,35	25,00%	89,71	767,92
3.3	SINAPI-COMP	87904	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	M2	9,33	10,52	98,15	25,00%	13,15	122,69
3.4	SINAPI-COMP	87777	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_08/2022	M2	9,33	70,88	661,31	25,00%	88,60	826,64
3.5	SIURB-EDIF	11001013	REBOCO INTERNO - ARGAMASSA PRÉ-FABRICADA	M2	9,33	41,42	386,45	25,00%	51,78	483,11
3.6	SINAPI-COMP	88497	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2	9,33	22,54	210,30	25,00%	28,18	262,92
3.7	SINAPI-COMP	96114	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	M2	19,01	79,06	1.502,93	25,00%	98,83	1.878,76



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE SAÚDE - SS  
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DA SAÚDE - SS 19

OBRA: REFORMA DO CEMEG SÃO JOÃO  
LOCAL: RUA TAIPU, 116  
PROC.ADM. 44840/2022  
BAIRRO: JARDIM SÃO JOÃO  
CONVÊNIO: CT REPASSE 934231/2022 MSAUDE/CAIXA  
rev5.janeiro/26

Informações:

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO

CÓDIGO			SERVIÇO			VALOR SEM BDI		VALOR COM BDI		
item	BASE DE DADOS	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	VALOR TOTAL NÃO DESONERAÇÃO	BDI ( NÃO DESONERADO)	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	COM BDI não DESONERAÇÃO
3.8	SINAPI-COMP	87411	APLICAÇÃO MANUAL DE GESSO DESEMPENADO (SEM TALISCAS) EM TETO DE AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10M², ESPESSURA DE 0,5CM. AF_03/2023	M2	19,01	19,06	362,33	25,00%	23,83	453,01
4	PISOS INTERNOS E ENTRADA DA UNIDADE 38.058,94									
4.1	SINAPI-COMP	08-76-80	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 4CM. AF_07/2021	M2	103,41	44,25	4.575,89	25,00%	55,31	5.719,61
4.2	SIURB-EDIF	5001043	PINTURA PROTETORA COM TINTA BETUMINOSA (PARA ARGAMASSA IMPERMEÁVEL) - 2 DEMÃOS	M2	103,41	18,37	1.899,64	25,00%	22,96	2.374,29
4.3	SINAPI-COMP	87263	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF_02/2023_PE	M2	103,41	104,30	10.785,66	25,00%	130,38	13.482,60
4.4	CDHU	18.08.180	Rodapé em porcelanato técnico polido para área interna e ambiente de médio tráfego, grupo de absorção B1a, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado	M	63,80	48,52	3.095,58	25,00%	60,65	3.869,47
4.5	SINAPI-COMP	101094	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_05/2020	M	12,00	171,66	2.059,92	25,00%	214,58	2.574,96
4.6	CDHU INS.	N.04.000.09143	Pictograma autoadesivo em policarbonato resistente para piso, de 80 cm x 120 cm, para área de resgate; ref. referência comercial Andaluz Acessibilidade, Escolha Certa, Advann Comunicação, Digimetta, Efeito Publicidade ou equivalente	UN	1,00	212,24	212,24	25,00%	265,30	265,30





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE SAÚDE - SS  
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DA SAÚDE - SS 19

OBRA: REFORMA DO CEMEG SÃO JOÃO  
LOCAL: RUA TAIPU, 116  
PROC.ADM. 44840/2022  
BAIRRO: JARDIM SÃO JOÃO  
CONVÊNIO: CT REPASSE 934231/2022 MSAUDE/CAIXA  
rev5.janeiro/26

Informações:

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO

CÓDIGO			SERVIÇO			VALOR SEM BDI		VALOR COM BDI		
item	BASE DE DADOS	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	VALOR TOTAL NÃO DESONERAÇÃO	BDI ( NÃO DESONERADO)	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	COM BDI não DESONERAÇÃO
4.7	SINAPI-COMP	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF_09/2021	M2	50,30	0,95	47,79	25,00%	1,19	59,86
4.8	SINAPI-COMP	100324	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_01/2024	M3	5,03	168,86	849,37	25,00%	211,08	1.061,73
4.9	SIURB-EDIF	10011086	HV.22 - CANALETA DE ALVENARIA PARA GRELHA OU TAMPA DE CONCRETO L=30CM	M	8,00	194,16	1.553,28	25,00%	242,70	1.941,60
4.10	SINAPI-COMP	94993	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	50,30	69,88	3.514,96	25,00%	87,35	4.393,71
4.11	SINAPI-COMP	98555	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	50,30	36,83	1.852,55	25,00%	46,04	2.315,81
5	COBERTURA DA ENTRADA 77.862,65									
5.1	SINAPI-COMP	96523	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS). AF_01/2024	M3	2,70	130,77	353,08	25,00%	163,46	441,34
5.2	SINAPI-COMP	101175	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 30CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, COM ARMADURA DE ARRANQUE. AF_05/2020	M	18,00	131,59	2.368,62	25,00%	164,49	2.960,82
5.3	SINAPI-COMP	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF_09/2021	M2	3,38	0,95	3,21	25,00%	1,19	4,02
5.4	SINAPI-COMP	100324	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_01/2024	M3	0,34	168,86	57,41	25,00%	211,08	71,77



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE SAÚDE - SS  
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DA SAÚDE - SS 19

OBRA: REFORMA DO CEMEG SÃO JOÃO  
LOCAL: RUA TAIPU, 116  
PROC.ADM. 44840/2022  
BAIRRO: JARDIM SÃO JOÃO  
CONVÊNIO: CT REPASSE 934231/2022 MSAUDE/CAIXA  
rev5.janeiro/26

Informações:

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO

CÓDIGO			SERVIÇO			VALOR SEM BDI		VALOR COM BDI		
item	BASE DE DADOS	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	VALOR TOTAL NÃO DESONERAÇÃO	BDI ( NÃO DESONERADO)	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	COM BDI não DESONERAÇÃO
5.5	SINAPI-COMP	96537	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA BLOCO DE COROAMENTO, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	M2	10,14	204,39	2.072,51	25,00%	255,49	2.590,67
5.6	SINAPI-COMP	96546	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	67,52	13,58	916,92	25,00%	16,98	1.146,49
5.7	DNIT-SICRO-COMP.	0407740	Chumbador tipo espera em aço CA-25 para fixação de estrutura metálica em concreto - fornecimento e instalação	kg	17,25	18,13	312,74	25,00%	22,66	390,89
5.8	SINAPI-COMP	96556	CONCRETAGEM DE SAPATA, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	M3	1,30	928,12	1.206,56	25,00%	1.160,15	1.508,20
5.9	SINAPI-COMP	104737	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M3	1,68	29,93	50,28	25,00%	37,41	62,85
5.10	DNIT-SICRO-COMP.	2408149	Estrutura em perfil de aço ASTM A36 corte, solda e montagem - fornecimento e instalação	kg	2.160,37	19,78	42.732,12	25,00%	24,73	53.425,95
5.11	SIURB-EDIF	6002047	TELHA TRAPEZOIDAL EM AÇO GALVANIZADO ESP=0,5MM, H=40MM, COM PINTURA ELETROLÍTICA COR BRANCA 2 FACES	M2	58,26	104,90	6.111,47	25,00%	131,13	7.639,63
5.12	SINAPI-COMP	94228	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	12,45	90,84	1.130,96	25,00%	113,55	1.413,70
5.13	SIURB-EDIF	10011033	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO N.24 - DESENVOLVIMENTO 50CM	M	4,68	105,59	494,16	25,00%	131,99	617,71
5.14	SIURB-EDIF	15003004	TINTA BETUMINOSA - INTERIOR DE CALHAS, RUFOS E RINCÕES METÁLICOS	M	17,13	11,25	192,71	25,00%	14,06	240,85
5.15	SIURB-EDIF	10012026	GRELHA HEMISFÉRICA DE FERRO FUNDIDO - 75MM	UN	3,00	14,24	42,72	25,00%	17,80	53,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE SAÚDE - SS  
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DA SAÚDE - SS 19

OBRA: REFORMA DO CEMEG SÃO JOÃO  
LOCAL: RUA TAIPU, 116  
PROC.ADM. 44840/2022  
BAIRRO: JARDIM SÃO JOÃO  
CONVÊNIO: CT REPASSE 934231/2022 MSAUDE/CAIXA  
rev5.janeiro/26

Informações:

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO

CÓDIGO			SERVIÇO			VALOR SEM BDI		VALOR COM BDI		
item	BASE DE DADOS	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	VALOR TOTAL NÃO DESONERAÇÃO	BDI ( NÃO DESONERADO)	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	COM BDI não DESONERAÇÃO
5.16	SINAPI-COMP	89582	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	UN	6,00	40,37	242,22	25,00%	50,46	302,76
5.17	SINAPI-COMP	89581	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	UN	3,00	39,82	119,46	25,00%	49,78	149,34
5.18	SINAPI-COMP	89576	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	M	8,19	32,55	266,58	25,00%	40,69	333,25
5.19	SINAPI INS.	11051	CHAPA DE ACO GALVANIZADA BITOLA GSG 26, E = 0,50 MM (4,00 KG/M2)	KG	46,68	10,92	509,75	25,00%	13,65	637,18
5.20	SINAPI-COMP	100739	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) PULVERIZADA SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE	M2	77,90	13,20	1.028,28	25,00%	16,50	1.285,35
5.21	CDHU INS.	N.04.000.039071	Placa de identificação em PVC, com texto em vinil e espessura de 2mm	M2	2,34	247,07	578,14	25,00%	308,84	722,69
5.22	SIURB-EDIF	9009111	LUMINÁRIA LED DE SOBREPOR SLIM LINEAR 36W	UN	4,00	54,34	217,36	25,00%	67,93	271,72
5.23	CDHU	41.02.562	Lâmpada LED tubular T8 com base G13, de 3400 até 4000 lm - 36 a 40 W	UN	4,00	60,19	240,76	25,00%	75,24	300,96
5.24	SINAPI-COMP	91979	INTERRUPTOR INTERMEDIÁRIO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2,00	65,39	130,78	25,00%	81,74	163,48
5.25	SIURB-EDIF	9002021	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO A FOGO, TIPO SEMI-PESADO/ MÉDIO - 3/4"	M	19,78	33,60	664,61	25,00%	42,00	830,76
5.26	SINAPI-COMP	91875	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	6,00	11,68	70,08	25,00%	14,60	87,60



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE SAÚDE - SS**  
**DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DA SAÚDE - SS 19**

OBRA: REFORMA DO CEMEG SÃO JOÃO  
LOCAL: RUA TAIPU, 116  
PROC.ADM. 44840/2022  
BAIRRO: JARDIM SÃO JOÃO  
CONVÊNIO: CT REPASSE 934231/2022 MSAUDE/CAIXA  
rev5.janeiro/26

Informações:

**PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO**

CÓDIGO			SERVIÇO			VALOR SEM BDI		VALOR COM BDI		
item	BASE DE DADOS	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	VALOR TOTAL NÃO DESONERAÇÃO	BDI ( NÃO DESONERADO)	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	COM BDI não DESONERAÇÃO
5.27	SINAPI-COMP	91925	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	39,56	4,23	167,34	25,00%	5,29	209,27
<b>6</b>	<b>PORTAS E ESQUADRIAS</b>									<b>31.874,67</b>
6.1	SINAPI-COMP	90797	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, E BATENTE METÁLICO, 90X210CM, FIXAÇÃO COM ARGAMASSA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	2,00	827,45	1.654,90	25,00%	1.034,31	2.068,62
6.2	SINAPI-COMP	100874	PUXADOR PARA PCD, FIXADO NA PORTA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	312,61	625,22	25,00%	390,76	781,52
6.3	CDHU	30.04.060	Revestimento em chapa de aço inoxidável para proteção de portas, altura de 40 cm	M	3,60	594,00	2.138,40	25,00%	742,50	2.673,00
6.4	SINAPI-COMP	90844	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	1,00	1.504,82	1.504,82	25,00%	1.881,03	1.881,03
6.5	SIURB-EDIF	800-10-06	PP.06 - PORTA EM FERRO PERFILADO, MEIO VIDRO COM SUBDIVISÕES - CORRER	M2	11,44	899,24	10.287,31	25,00%	1.124,05	12.859,13
6.6	SINAPI-COMP	102180	INSTALAÇÃO DE VIDRO TEMPERADO, E = 8 MM, ENCAIXADO EM PERFIL U. AF_11/2025	M2	11,44	474,16	5.424,39	25,00%	592,70	6.780,49
6.7	SIURB-EDIF	8002009	CP.09 - CAIXILHO EM FERRO PERFILADO - MAXIMAR	M2	2,34	1.057,74	2.475,11	25,00%	1.322,18	3.093,90
6.8	SINAPI-COMP	102179	INSTALAÇÃO DE VIDRO TEMPERADO, E = 6 MM, ENCAIXADO EM PERFIL U. AF_11/2025	M2	2,34	402,13	940,98	25,00%	502,66	1.176,22



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE SAÚDE - SS  
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DA SAÚDE - SS 19

OBRA: REFORMA DO CEMEG SÃO JOÃO  
LOCAL: RUA TAIPU, 116  
PROC.ADM. 44840/2022  
BAIRRO: JARDIM SÃO JOÃO  
CONVÊNIO: CT REPASSE 934231/2022 MSAUDE/CAIXA  
rev5,janeiro/26

Informações:

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO

CÓDIGO			SERVIÇO			VALOR SEM BDI		VALOR COM BDI		
item	BASE DE DADOS	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	VALOR TOTAL NÃO DESONERAÇÃO	BDI ( NÃO DESONERADO)	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	COM BDI não DESONERAÇÃO
6.9	SIURB-EDIF	8002081	EP.11 - TELA MOSQUITEIRO EM ARAME GALVANIZADO MALHA 14, FIO 28 INCLUSIVE REQUADRO	M2	2,34	191,71	448,60	25,00%	239,64	560,76
7	REFORMA DOS SANITÁRIOS 3.329,31									
7.1	SINAPI-COMP	100868	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	3,00	343,62	1.030,86	25,00%	429,53	1.288,59
7.2	SIURB-EDIF	17005020	BARRA DE APOIO PARA DEFICIENTES L=45 CM (BARRAS COM DIÂMETRO ENTRE 3,0 E 4,5CM)	UN	4,00	183,90	735,60	25,00%	229,88	919,52
7.3	CDHU	43.05.030	Exaustor elétrico em plástico, vazão de 150 a 190m³/h	UN	1,00	475,58	475,58	25,00%	594,48	594,48
7.4	CDHU	61.10.513	Difusor de plástico, diâmetro 15 cm	UN	2,00	145,12	290,24	25,00%	181,40	362,80
7.5	SINAPI-COMP	89800	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	M	2,10	38,12	80,05	25,00%	47,65	100,07
7.6	CDHU	38.07.210	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 1/4" (tirante)	M	0,30	12,07	3,62	25,00%	15,09	4,53
7.7	SCO-RIO-COMP	IT 05.98.0200 (I)	Fixação suspensa de tubulações de diâmetros variáveis, através de fita metálica galvanizada, perfurada, tipo Walsiwa.	un	2,00	23,73	47,46	25,00%	29,66	59,32
8	CORRIMÃO E GUARDA CORPO PNE 9.143,05									
8.1	CDHU	24.08.020	Corrimão duplo em tubo de aço inoxidável escovado, com diâmetro de 1 1/2" e montantes com diâmetro de 2"	M	9,41	745,18	7.012,14	25,00%	931,48	8.765,23
8.2	SIURB-EDIF	4001002	ALVENARIA EM TIJOLOS MACIÇOS COMUNS - 1/2 TIJOLO	M2	0,47	162,11	76,19	25,00%	202,64	95,24



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE SAÚDE - SS  
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DA SAÚDE - SS 19

OBRA: REFORMA DO CEMEG SÃO JOÃO  
LOCAL: RUA TAIPU, 116  
PROC.ADM. 44840/2022  
BAIRRO: JARDIM SÃO JOÃO  
CONVÊNIO: CT REPASSE 934231/2022 MSAUDE/CAIXA  
rev5.janeiro/26

Informações:

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO

CÓDIGO			SERVIÇO			VALOR SEM BDI		VALOR COM BDI		
item	BASE DE DADOS	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	VALOR TOTAL NÃO DESONERAÇÃO	BDI ( NÃO DESONERADO)	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	COM BDI não DESONERAÇÃO
8.3	SCO-RIO-COMP	RV 15.05.0400 (I)	Rodapé de cimento sobre alvenaria em osso, com (7x2)cm.	m	9,41	24,02	226,03	25,00%	30,03	282,58
9	SERVIÇOS DE PINTURA 9.319,90									
9.1	SIURB-EDIF	15080001	PVA (LÁTEX) - REPINTURA DE ALVENARIA E CONCRETO, COM RETOQUES DE MASSA	M2	180,63	23,35	4.217,71	25,00%	29,19	5.272,59
9.2	SINAPI-COMP	104639	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	103,15	14,54	1.499,80	25,00%	18,18	1.875,27
9.3	SINAPI-COMP	88484	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	19,01	6,48	123,18	25,00%	8,10	153,98
9.4	SINAPI-COMP	100721	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE	M2	2,64	31,57	83,34	25,00%	39,46	104,17
9.5	SINAPI-COMP	100757	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020_PE	M2	2,64	62,24	164,31	25,00%	77,80	205,39
9.6	SINAPI-COMP	102197	PINTURA FUNDO NIVELADOR ALQUÍDICO BRANCO EM MADEIRA. AF_01/2021	M2	5,67	30,98	175,66	25,00%	38,73	219,60
9.7	SINAPI-COMP	102219	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	M2	5,67	21,27	120,60	25,00%	26,59	150,77
9.8	SINAPI-COMP	100721	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE	M2	16,12	31,57	508,91	25,00%	39,46	636,10
9.9	SINAPI-COMP	100726	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO E ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO GRAFITE) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	16,12	34,84	561,62	25,00%	43,55	702,03



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE SAÚDE - SS  
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DA SAÚDE - SS 19

OBRA: REFORMA DO CEMEG SÃO JOÃO  
LOCAL: RUA TAIPU, 116  
PROC.ADM. 44840/2022  
BAIRRO: JARDIM SÃO JOÃO  
CONVÊNIO: CT REPASSE 934231/2022 MSAUDE/CAIXA  
rev5.janeiro/26

Informações:

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO

CÓDIGO			SERVIÇO			VALOR SEM BDI		VALOR COM BDI		
item	BASE DE DADOS	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	VALOR TOTAL NÃO DESONERAÇÃO	BDI ( NÃO DESONERADO)	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	COM BDI não DESONERAÇÃO
10	REFORMA DA PAVIMENTAÇÃO DO ESTACIONAMENTO									54.427,48
10.1	SINAPI-COMP	105597	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M2	352,62	4,31	1.519,79	25,00%	5,39	1.900,62
10.2	SINAPI-COMP	97635	REMOÇÃO DE PISO DE BLOCO INTERTRAVADO OU DE PEDRA PORTUGUESA, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	75,94	23,51	1.785,35	25,00%	29,39	2.231,88
10.3	SINAPI-COMP	101859	REASSENTAMENTO DE BLOCOS SEXTAVADO PARA PISO INTERTRAVADO, ESPESSURA DE 8 CM, EM VIA/ESTACIONAMENTO, COM REAPROVEITAMENTO DOS BLOCOS SEXTAVADO - INCLUSO RETIRADA E COLOCAÇÃO DO MATERIAL. AF_12/2020	M2	75,94	39,58	3.005,71	25,00%	49,48	3.757,51
10.4	SINAPI-COMP	92394	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	M2	209,16	120,20	25.141,03	25,00%	150,25	31.426,29
10.5	SINAPI-COMP	94992	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	67,52	76,67	5.176,76	25,00%	95,84	6.471,12
10.6	SINAPI-COMP	96622	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_01/2024	M3	3,38	200,92	679,11	25,00%	251,15	848,89
10.7	SINAPI-COMP	94290	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO, 45 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_01/2024	M	4,79	52,32	250,61	25,00%	65,40	313,27



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE SAÚDE - SS  
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DA SAÚDE - SS 19

OBRA: REFORMA DO CEMEG SÃO JOÃO  
LOCAL: RUA TAIPU, 116  
PROC.ADM. 44840/2022  
BAIRRO: JARDIM SÃO JOÃO  
CONVÊNIO: CT REPASSE 934231/2022 MSAUDE/CAIXA  
rev5.janeiro/26

Informações:

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO

CÓDIGO			SERVIÇO			VALOR SEM BDI		VALOR COM BDI		
item	BASE DE DADOS	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	VALOR TOTAL NÃO DESONERAÇÃO	BDI ( NÃO DESONERADO)	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	COM BDI não DESONERAÇÃO
10.8	SINAPI-COMP	94289	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 45 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_01/2024	M	20,00	43,51	870,20	25,00%	54,39	1.087,80
10.9	SINAPI-COMP	94274	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	5,50	50,39	277,15	25,00%	62,99	346,45
10.10	SINAPI-COMP	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	46,50	46,64	2.168,76	25,00%	58,30	2.710,95
10.11	DNIT-SICRO-COMP.	4413012	Preenchimento de erosão em talude com terra vegetal e sementes de gramíneas ensacadas	m³	2,88	496,41	1.429,66	25,00%	620,51	1.787,07
10.12	SINAPI INS.	41629	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,60 X 0,60 X 0,50 M	UN	2,00	425,64	851,28	25,00%	532,05	1.064,10
10.13	SINAPI-COMP	92820	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_03/2024	M	11,62	33,15	385,20	25,00%	41,44	481,53
11	SERVIÇOS FINAIS 2.157,13									
11.1	CDHU	55.02.050	Limpeza e desobstrução de canaletas ou tubulações de águas pluviais	M	117,74	12,59	1.482,35	25,00%	15,74	1.853,23
11.2	CDHU	55.02.012	Limpeza de caixa de passagem, poço de visita ou bueiro	UN	2,00	48,38	96,76	25,00%	60,48	120,96
11.3	SINAPI-COMP	97637	REMOÇÃO DE TAPUME/ CHAPAS METÁLICAS E DE MADEIRA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	35,80	4,09	146,42	25,00%	5,11	182,94





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE SAÚDE - SS  
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DA SAÚDE - SS 19

OBRA: REFORMA DO CEMEG SÃO JOÃO  
LOCAL: RUA TAIPU, 116  
PROC.ADM. 44840/2022  
BAIRRO: JARDIM SÃO JOÃO  
CONVÊNIO: CT REPASSE 934231/2022 MSAUDE/CAIXA  
rev5.janeiro/26

Informações:

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO

CÓDIGO			SERVIÇO			VALOR SEM BDI		VALOR COM BDI		
item	BASE DE DADOS	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	VALOR TOTAL NÃO DESONERAÇÃO	BDI ( NÃO DESONERADO)	VALOR UNIT. NÃO DESONERAÇÃO	COM BDI não DESONERAÇÃO
								TOTAL com BDI		282.503,30

Diante dos custos apresentados, optou-se pelo Não desonerado, uma vez que resulta em um valor mais vantajoso para a Administração.

Bases utilizadas para o valores unitários:

SINAPI - NOVEMBRO/2025  
SIURB-EDIF JULHO 2025  
CDHU 200 NOVEMBRO 2025  
SICRO-DNIT-OUTUBRO 2025  
SCO-RIO- NOVEMBRO-25

Guarulhos, 26 de janeiro de 2026.

REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TECNICA PELA ESTIMATIVA DE CUSTO

SERVIÇOS	ART/ RRT	RESPONSÁVEL TÉCNICO	ASSINATURA
PROJETO BÁSICO ARQ/PLANILHA ESTIMATIVA/ CRONOGRAMA/ MEMORIAL DESCRITIVO	RRT.13641911	RODNEY ALEXANDRE TONELOTTO	



Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO IV A - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**



Entidade conveniada: MINISTÉRIO DA SAÚDE  
Nº do convênio: CT REPASSE 934231/2022 MSAUDE/CAIXA  
Processo nº: 44840/2022  
Objeto do convênio: REFORMA DO CEMEG SÃO JOÃO  
rev5

## CRONOGRAMA

### PREFEITURA DE GUARULHOS

#### SECRETARIA DA SAÚDE

#### DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA INFRA DA SAÚDE

#### DIVISÃO TÉCNICA DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL DAS EDIFICAÇÕES

#### CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL R\$	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 36.554,80	32,24% 11.787,08	11,83% 4.323,61	11,83% 4.323,61	11,83% 4.323,61	32,27% 11.796,89
2	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS	R\$ 14.330,11	100,00% 14.330,11				
3	ALVENARIAS E FORRO	R\$ 5.445,26		33,33% 1.815,09	33,33% 1.815,09	33,33% 1.815,08	
4	PISOS INTERNOS E ENTRADA DA UNIDADE	R\$ 38.058,94		100,00% 38.058,94			
5	COBERTURA DA ENTRADA	R\$ 77.862,65		50,00% 38.931,33	50,00% 38.931,32		
6	PORTAS E ESQUADRIAS	R\$ 31.874,67				100,00% 31.874,67	
7	REFORMA DOS SANITÁRIOS	R\$ 3.329,31				100,00% 3.329,31	
8	CORRIMÃO E GUARDA CORPO PNE	R\$ 9.143,05				100,00% 9.143,05	
9	SERVIÇOS DE PINTURA	R\$ 9.319,90				100,00% 9.319,90	
10	REFORMA DA PAVIMENTAÇÃO DO ESTACIONAMENTO	R\$ 54.427,48				50,00% 27.213,74	50,00% 27.213,74
11	SERVIÇOS FINAIS	R\$ 2.157,13					100,00% 2.157,13
MENSAL			26.117,19	83.128,97	45.070,02	87.019,36	41.167,76
% ACUMULADO		100,00%	9,24%	38,67%	54,62%	85,43%	100,00%
TOTAIS ACUMULADO		R\$ 282.503,30	26.117,19	109.246,16	154.316,18	241.335,54	282.503,30

Guarulhos, 26 de janeiro de 2026.

Albino José de Carvalho Neto  
Diretor de Departamento

rodney tonelotto  
arquiteto



Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO IV B - BDI**



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS

SECRETARIA DE SAUDE - SS

REFORMA DO CEMEG SÃO JOÃO

SUGESTÃO DE COMPOSIÇÃO DE BDI  
SERVIÇOS ( NÃO DESONERADO)

SIGLA	ITENS	PORCENTAGEM (%)
	Garantia + Seguro (G)	1,00%
	Risco (R)	1,00%
	Despesas Financeiras (DF)	1,10%
	Administração Central (AC)	3,16%
	Lucro (L)	7,40%
Tributos (T) - Fixo		8,65%
PIS	0,65%	
Cofins	3,00%	
ISS (PMG)	5,00%	
<b>BDI NÃO DESONERADO</b>		<b>25,00%</b>

ISSQN de acordo com a lei municipal 8045/2022

De acordo com a fórmula do acórdão 2622/2013 - TCU -Plenário, temos:

$$BDI = \frac{(1+AC+(S+G)+R)*(1+DF)*(1+L)-1}{(1-I)}$$

OBS.: As empresas participantes do Certame Licitatório poderão apresentar composições diferentes desta, desde que respeitado os limites do acórdão 2622/2013 do TCU.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM DESONERAÇÃO, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Guarulhos, 26 de janeiro de 2026.

RODNEY A. TONELOTTO  
ARQUITETO



Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO IV C - ACORDÃO 2622/2013-TCU**

ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário

1. Processo n. TC 036.076/2011-2.
2. Grupo I; Classe de Assunto: VII – Administrativo.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do estudo desenvolvido por grupo de trabalho constituído por membros de várias unidades técnicas especializadas deste Tribunal, com coordenação da Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif, em atendimento ao Acórdão n. 2.369/2011 – Plenário, com o objetivo de definir faixas aceitáveis para valores de taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) específicas para cada tipo de obra pública e para aquisição de materiais e equipamentos relevantes, bem como efetuar o exame detalhado da adequabilidade dos percentuais para as referidas taxas adotados em dois julgados desta Corte de Contas (Acórdãos ns.325/2007 e 2.369/2011), ambos do Plenário, com utilização de critérios contábeis e estatísticos e controle da representatividade das amostras selecionadas.

9.1. determinar às unidades técnicas deste Tribunal que, nas análises do orçamento de obras públicas, utilizem os parâmetros para taxas de BDI a seguir especificados, em substituição aos referenciais contidos nos Acórdãos ns. 325/2007 e 2.369/2011:

VALORES DO BDI POR TIPO DE OBRA			
TIPOS DE OBRA	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	20,34%	22,12%	25,00%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	19,60%	20,97%	24,23%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	20,76%	24,18%	26,44%
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	24,00%	25,84%	27,86%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	22,80%	27,48%	30,95%
BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
	11,10%	14,02%	16,80%

9.2. orientar as unidades técnicas deste Tribunal que:

9.2.1. nas análises do orçamento de obras públicas, quando a taxa de BDI estiver fora dos patamares estipulados no subitem 9.1 deste Acórdão, procedam ao exame pormenorizado dos itens que compõem essa taxa, utilizando como diretriz para esse exame os seguintes percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos, levando-se sempre em consideração as peculiaridades de cada caso concreto:

TIPOS DE OBRA	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			SEGURO + GARANTIA			RISCO		
	1ºQuartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,00%	4,00%	5,50%	0,80%	0,80%	1,00%	0,97%	1,27%	1,27%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	3,80%	4,01%	4,67%	0,32%	0,40%	0,74%	0,50%	0,56%	0,97%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	3,43%	4,93%	6,71%	0,28%	0,49%	0,75%	1,00%	1,39%	1,74%
CONSTRUÇÃO DE MANUNTEÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	5,29%	5,92%	7,93%	0,25%	0,51%	0,56%	1,00%	1,48%	1,97%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	4,00%	5,52%	7,85%	0,81%	1,22%	1,99%	1,46%	2,32%	3,16%
TIPOS DE OBRA	DESPESA FINANCEIRA					LUCRO			
	1ºQuartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil			
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	0,59%	1,23%	1,39%	6,16%	7,40%	8,96%			
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	1,02%	1,11%	1,21%	6,64%	7,30%	8,69%			
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	0,94%	0,99%	1,17%	6,74%	8,04%	9,40%			
CONSTRUÇÃO DE MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,01%	1,07%	1,11%	8,00%	8,31%	9,51%			
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	0,94%	1,02%	1,33%	7,14%	8,40%	10,43%			
BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS									
PARCELA DO BDI		1ºQuartil		Médio	3º Quartil				
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1,50%		3,45%	4,49%				
SEGURO + GARANTIA		0,30%		0,48%	0,82%				
RISCO		0,56%		0,85%	0,89%				
DESPESA FINACEIRA		0,85%		0,85%	1,11%				
LUCRO		3,50%		5,11%	6,22%				

9.2.2. na verificação da adequabilidade das planilhas orçamentárias das obras públicas, utilizar como referência do impacto esperado para os itens associados à administração local no valor total do



orçamento, os seguintes valores percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos :

<b>Percentual de Administração Local inserido no Custo Direto</b>	<b>1º Quartil</b>	<b>Médio</b>	<b>3º Quartil</b>
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,49%	6,23%	8,87%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	1,98%	6,99%	10,68%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	4,13%	7,64%	10,89%
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,85%	5,05%	7,45%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	6,23%	7,48%	9,09%

9.3. determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:

9.3.1. constitua grupo de trabalho, sob sua coordenação, para elaboração de estudos técnicos para a construção de composições referenciais para itens orçamentários associados à administração local, com vistas a estabelecer parâmetros de mercado para subsidiar a elaboração e a análise dos orçamentos de obras públicas, em consonância com os dispositivos legais previstos no Decreto n. 7.983/2013, em especial no art. 17, contando com a participação dos órgãos e entidades responsáveis pela manutenção de sistemas de referência de preços de obras públicas da Administração Pública Federal, a exemplo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, da Caixa Econômica Federal, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP/PR, da Eletrobras, dentre outros, e encaminhe a este Tribunal, no prazo de cento e vinte dias, os resultados dos aludidos estudos;

9.3.2. oriente os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a:

9.3.2.1. discriminar os custos de administração local, canteiro de obras e mobilização e desmobilização na planilha orçamentária de custos diretos, por serem passíveis de identificação, mensuração e discriminação, bem como sujeitos a controle, medição e pagamento individualizado por parte da Administração Pública, em atendimento ao princípio constitucional da transparência dos gastos públicos, à jurisprudência do TCU e com fundamento no art. 30, § 6º, e no art. 40, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993 e no art. 17 do Decreto n. 7.983/2013;

9.3.2.2. estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no arts. 55, inciso III, e 92, da Lei n. 8.666/1993;

9.3.2.3. adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do(s) município(s) onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual proporcional entre o limite máximo de 5% estabelecido no art. 8º, inciso II, da LC n. 116/2003 e o limite mínimo de 2% fixado pelo art. 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

9.3.2.4. estabelecer, nos editais de licitação, que as empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS apresentem demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;

9.3.2.5. prever, nos editais de licitação, a exigência para que as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional apresentem os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

9.3.2.6. exigir, nos editais de licitação, a incidência da taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação para os serviços novos incluídos por meio de aditivos contratuais, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto n. 7.983/2013;

9.4. encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser proferido, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; ao Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada – Sinicon e à Fundação Getúlio Vargas – FGV, bem como ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit e à Caixa Econômica Federal que são os responsáveis pelos principais sistemas de referência de preços utilizados nas auditorias de obras públicas, respectivamente, o Sicro e o Sinapi;

9.5 determinar à Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif que constitua processo apartado para acompanhamento do cumprimento das determinações contidas no subitem 9.3 destes autos;

9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 37/2013 – Plenário.

11. Data da Sessão: 25/9/2013 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2622-37/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)  
VALMIR CAMPELO

na Presidência

(Assinado Eletronicamente)  
MARCOS BEMQUERER COSTA

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)  
LUCAS ROCHA FURTADO  
Procurador-Geral, em exercício



Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO V**

### **MINUTA DE CONTRATO**



SECRETARIA DE FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS  
Divisão Técnica de Contratações  
Seção Técnica de Gestão Administrativa de Contratos

## Contrato de Prestação de Serviços

\* MINUTA DE DOCUMENTO

Nº.

/2026

**CONTRATADA:**

**CÓDIGO:**

**PROCESSO:** 1111.2025/0044108-7

**OBJETO:** Execução de reforma do CEMEG São João - Guarulhos/SP.

### 1. PREÂMBULO

**1.1 PARTES: MUNICÍPIO DE GUARULHOS**, com sede à Av. Bom Clima, 91 - Jd. Bom Clima – Guarulhos/SP, inscrito no CNPJ sob nº. 46.319.000/0001-50, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado pelo **Secretário da Saúde, Sr. \_\_\_\_\_**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_ - CEP \_\_\_\_\_, **Fone:** (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, **e-mail:** \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo signatário ao final identificado, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, ficando as partes subordinadas às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e alterações, e condições constantes deste contrato.

**1.2 FUNDAMENTO:** Este contrato decorre de homologação, pela autoridade competente, de licitação na modalidade **Concorrência nº \_\_\_\_\_-SFIL**, que se acha juntada ao processo supracitado.

### 2. DESCRIÇÃO E CONDIÇÕES

**2.1 NATUREZA DO CONTRATO:** A CONTRATADA obriga-se a execução de reforma do CEMEG São João - Guarulhos/SP, conforme indicado no Memorial Descritivo e/ou Termo de Referência.

**2.2 REGIME DE EXECUÇÃO:** Os serviços serão realizados sob o regime de execução indireta de **empreitada por preço unitário**, na forma do artigo 46, inciso I, da Lei nº. 14.133/21

**2.3 CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:** Os serviços deverão ser prestados na forma definida no ato convocatório, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas diretas, indiretas, bem como todos os impostos e tributos que houver.

**2.4 É parte integrante dos serviços:**

- a) O fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas, necessários aos serviços descritos no Memorial Descritivo e/ou Termo de Referência e demais anexos;
- b) O transporte de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra até o local dos serviços;
- c) O transporte de todos os resíduos resultantes da execução dos serviços até os locais indicados pela fiscalização; os resíduos sólidos provenientes de demolição deverão ser

prioritariamente destinados ao sistema de reciclagem do Município;

**d)** Caso seja necessário, a CONTRATADA deverá colocar placas de identificação dos serviços, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos após a expedição da ordem de serviços, nos locais a serem indicados na referida ordem, conforme solicitação e modelo a ser fornecido pela fiscalização;

**e)** Instalação do canteiro de obras;

**f)** A CONTRATADA deverá disponibilizar equipes e equipamentos necessários ao cumprimento do cronograma estabelecido.

**g)** A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, às normas técnicas da ABNT, às disposições constantes das especificações do Memorial Descritivo, além das diretrizes da fiscalização e todas as demais condições e anexos deste Contrato e do edital do qual decorre o presente.

**2.5 MODELO DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:** os modelos de gestão e de execução são aqueles consignados no Memorial Descritivo e/ou Termo de Referência, de responsabilidade da Unidade Requisitante.

**2.6 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:** Nos termos do Artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, e em observância ao regulamentado pelo Decreto Municipal nº 33912, de 16 de janeiro de 2017, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, e com o fim de dar cumprimento ao quanto disposto no art. 6º, o Titular do Órgão demandante (Ordenador da Despesa) designou como Gestor e Fiscal deste contrato os servidores da **Secretaria de Infraestrutura Urbana**. A nomeação se deu por meio de despacho exarado nos autos do Processo Administrativo em referência.

### 3. PRAZOS

**3.1 PRAZO DE VIGÊNCIA:** iniciar-se-á na data da assinatura do Contrato encerrando-se com o recebimento definitivo do objeto.

**3.2 PRAZO DE EXECUÇÃO:** o prazo total será de **05 (cinco) meses**, contados da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços, emitida pela Secretaria da Saúde, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado e autorizado expressamente e atendidos os requisitos previstos nos termos da Lei Federal 14.133/21.

**3.2.1** Na prorrogação de execução, a unidade requisitante deverá encaminhar o processo ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, no prazo de **até 30 (trinta) dias da ocorrência**, para apostilar o ato.

**3.3** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, onde a unidade requisitante deverá encaminhar o processo ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, com as devidas justificativas, para a formalização do ato, no prazo de **até 30 (trinta) dias da ordem de reinício**.

**3.3.1** Verificada a ocorrência do disposto no item acima, por mais de 1 (um) mês, a Unidade Gestora deverá divulgar, no site oficial da CONTRATANTE e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução, em atendimento ao § 6º do art. 115, da Lei Federal 14.133/21.

#### 4. VALOR, RECURSOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTES

**4.1 VALOR:** O valor estimado deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_).

**4.2 RECURSOS:** A despesa onerará, inicialmente, a(s) seguinte(s) dotação(ões):

0791.1030200031.003.01.3100000.449051.0001

0791.1030200031.003.05.3000158.449051.0622

**4.3 FORMA DE PAGAMENTO:** deverão ser observadas as seguintes condições:

**a)** Os serviços serão medidos considerando o cronograma. As medições deverão ser obrigatoriamente acompanhadas dos relatórios mensais previstos para os respectivos períodos de execução dos serviços.

**b)** A não apresentação do relatório mensal resultará no cancelamento da medição respectiva, que a considerará "medição zero" sendo os serviços medidos transferidos para a medição do mês seguinte;

**c)** Aferida e aprovada a medição, nos termos da cláusula 5.2, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal, com prazo de pagamento de **até 30 (trinta) dias**, a qual deverá ser devidamente atestada pelo fiscal/gestor do contrato, se cumpridas todas as exigências contratuais, acompanhado das provas de regularidades de habilitação e comprovação de pagamento dos encargos previdenciários e trabalhista dos funcionários vinculados à execução do Contrato.

**d)** A Nota Fiscal deverá ser compatível com o contrato social sob pena de não efetuar o pagamento.

**e)** Para fins de liquidação e pagamento de despesas deverão ser atendidas as exigências constantes na Portaria 03/2017-SF publicada no Diário Oficial do Município de Guarulhos em 20/01/2017 páginas 22 e 23, que poderá ser consultada em [www.guarulhos.sp.gov.br](http://www.guarulhos.sp.gov.br)

**f)** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

**g)** Quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a CONTRATANTE poderá comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/21;

**h)** Concluídos tais procedimentos, o processo será encaminhado à Secretaria da Fazenda da CONTRATANTE, que processará o pagamento.

**i)** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, a ser indicada pela CONTRATADA;

**j)** O último pagamento somente será liberado para a liquidação quando da constatação pela fiscalização, da ligação definitiva de água, esgoto e energia, a ser aprovado pela concessionária local, se aplicável.

**k)** Quaisquer pagamentos não isentarão das responsabilidades contratuais a CONTRATADA, nem implicarão a aceitação/recebimento dos serviços.

**l)** Quando do pagamento, se aplicável, será efetuada a retenção tributária referente ao Imposto de Renda previsto na legislação aplicável, em especial a Instrução Normativa RFB nº 1234/12, e alteração posterior através da Instrução Normativa RFB nº 2145/23, devidamente regulamentada através do Decreto Municipal 40432/23 e demais regulamentações sobre a matéria, exceto aos optantes do Simples Nacional, na forma da Instrução Normativa RFB nº 765, de 02 de agosto de 2007.

**m)** No caso de atraso, não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, os valores devidos pela CONTRATANTE serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária, de acordo com a meta de inflação fixada pela Resolução do Banco Central do Brasil vigente no ano de assinatura deste contrato, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira:

$I = (\text{meta da inflação}/100)/365$

**4.4 REAJUSTAMENTO:** O contrato poderá ser reajustado pelo índice divulgado pela **FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Índice de preços e Obras Públicas - Edificações - Índices Específicos - Centros de Saúde**, que mede o custo do objeto.

**4.4.1** O reajuste somente poderá ser concedido pela fiscalização a partir de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, adotando-se como data base a data da apresentação das propostas, nos termos do art. 25º, § 8º da Lei Federal 14.133/21.

**4.4.2** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou por qualquer motivo não puder mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**4.4.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**4.4.4** O reajuste será realizado por apostilamento.

**4.5** Demais condições para aferição/medição dos serviços são aquelas constantes no Memorial Descritivo e/ou Termo de Referência.

## **5. DA ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS e RECEBIMENTO DO OBJETO**

**5.1 PARA RECEBIMENTO DA ORDEM DE INÍCIO**, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar à Administração, antes do início dos serviços e, no prazo de **até 10 (dez) dias após a assinatura deste Contrato**, os seguintes documentos:

**a)** Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, e/ou do Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, com base no valor total do contrato e ARTs e/ou RRTs dos responsáveis pelas áreas de atuação, quitada(s) nos termos da Resolução nº 1.025/09 – CONFEA e da Resolução Normativa CFA nº 337/2006 devidamente recolhida, para figurar no processo licitatório e ordem de início dos serviços.

**b)** Comprovante de contratação de seguro de responsabilidade civil com importância assegurada correspondente a 10% do valor do contrato com vigência idêntica ao período de execução dos serviços, inclusive prorrogações, se houver, bem como de seguro de risco de engenharia em 100% do valor da avença;

**c)** Comprovação de vínculo profissional dos responsáveis técnicos indicados na cláusula 7 do edital, que pode se dar nos termos da Súmula nº 25 do TCE/SP.

**5.1.1** A fiscalização terá **até 03 (três) dias** para analisar os documentos entregues e emitir a competente ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS.

**5.1.2** A ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO deverá ser retirada pela CONTRATADA em **até 03 (três) dias úteis**, contados a partir da convocação pela Administração que poderá ser feita por ofício e/ou e-mail.

**5.1.3** O prazo para início da execução será de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Início dos Serviços.

**5.1.4** A CONTRATADA deverá inscrever a obra (objeto da licitação) no CADASTRO NACIONAL DE OBRAS (CNO) da Receita Federal do Brasil (RFB), no prazo de **até 30 (trinta) dias** após a assinatura do Contrato, se aplicável, conforme instrução específica para o caso.

## **5.2 DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

**5.2.1** Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas no Art. 140 da Lei Federal 14.133/21:

**a)** provisoriamente, em **até 10 (dez) dias**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, **referente à parcela medida**;

**b)** em **até 10 (dez) dias do recebimento provisório da parcela**, a fiscalização deverá comunicar a CONTRATADA para emitir a competente nota fiscal, que será atestada por servidor ou comissão designada pela autoridade competente;

**c)** cumpridas todas as etapas do cronograma, no prazo de **até 10 (dez) dias do aceite da última medição**, deverá ser emitido o **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO** do objeto, pela Secretaria da Saúde, para início do prazo de observação, de **até 90 (noventa) dias**.

**d)** a totalidade dos serviços objeto será recebida **definitivamente**, mediante emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação supra.

**e)** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**5.2.2** Constatadas irregularidades no objeto, a Fiscalização, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Memorial Descritivo, determinando sua substituição ou correção, ou ainda, sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

**5.2.3** As irregularidades deverão ser sanadas pela CONTRATADA, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

**5.2.4** O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO será lavrado desde que o agente recebedor tenha aprovado a completa adequação do objeto aos termos contratuais e não haja quaisquer pendências de ajustes contratuais.

**5.2.5** Com a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dar-se-á por extinto o presente contrato.



## 6. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

### 6.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- a)** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b)** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Memorial Descritivo;
- c)** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d)** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- e)** Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, de acordo com a respectiva medição;
- f)** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e/ou de repactuação de preços, feitos pela CONTRATADA, no prazo máximo de **1 (um) mês**, contado da data do protocolo devidamente instruído.
- g)** Cientificar o Órgão Competente pelas Licitações e Contratos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA, para aplicação de sanções motivadas pela inexecução parcial ou total do Contrato, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, se o caso;
- h)** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i)** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- j)** Não praticar atos de ingerência na administração do contrato, tais como:
  - a)** indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
  - b)** fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;
  - c)** estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;
  - d)** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - e)** demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
  - f)** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.

### 6.2 São obrigações da CONTRATADA:

- a)** A assunção integral de responsabilidade pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e outros que decorram dos compromissos assumidos neste contrato, não se obrigando a CONTRATANTE a fazer-lhe restituições ou reembolso de qualquer valor despendido com estes pagamentos.
- b)** O cumprimento de todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- c)** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- a)** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- d)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e)** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- f)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo estipulado na cláusula 5.2.3, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- g)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, devidamente comprovados, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos, garantido o contraditório e ampla defesa;
- h)** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, § único, da Lei Federal 14.133/21;
- i)** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- j)** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- k)** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, respeitadas as vedações existentes por força de lei ou regulamentações, de acordo com o objeto deste contrato, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;
- l)** Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- m)** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

- n)** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- o)** Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Memorial Descritivo ou instrumento congênere.
- p)** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- q)** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- r)** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal 14.133/21);
- s)** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, sendo este, no mínimo, de **10 (dez) dias úteis**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, § único, da Lei Federal 14.133/21);
- t)** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- u)** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal 14.133/21.
- v)** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- w)** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- x)** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- y)** Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- z)** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- aa)** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

**6.3** O responsável técnico pelos serviços, poderá, sem prejuízo de suas responsabilidades pessoais, fazer-se representar junto à Fiscalização por técnico habilitado junto ao CREA ou órgão de classe competente, desde que aprovado pela Administração, o qual permanecerá no local dos serviços para dar execução à CONTRATADA, nas condições por esta fixada.

**6.4** A ausência do responsável técnico ou de preposto no local da obra implicará sua anotação no livro diário e sujeitará a contratada às penalidades previstas neste instrumento.

**6.5** A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto na Lei Municipal nº. 6.126/06 e Decreto Municipal nº. 25.754/08 que trata do plano integrado de gerenciamento de resíduos da construção civil.

**6.6** Na primeira reunião de trabalho com a fiscalização da obra, a CONTRATADA deverá apresentar plano de trabalho relativo ao uso racional dos materiais utilizados e a destinação dos resíduos da construção, visando seu reaproveitamento na própria obra ou seu envio às usinas de reciclagem autorizadas pela administração.

**6.7** O plano de utilização racional dos materiais empregados na obra e de destinação sustentável dos resíduos produzidos deverá ser elaborado de forma que seja absorvido pelos valores pactuados entre as partes quando da celebração do contrato.

**6.8** Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações constantes neste contrato, no ato convocatório e na forma prevista na proposta, dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de incorrer a CONTRATADA, nas sanções previstas.

**6.9** As responsabilidades das partes na execução deste Contrato são as comuns nele implícitas ou expressas, com base na Lei de Licitações, e aos demais instrumentos legais que regem o assunto.

**6.10** Na execução dos serviços obrigará-se a CONTRATADA a manter com o fiscal designado, um Diário de Ocorrências para anotações de ordens, recomendações, faltas, defeitos observados, atrasos, etc.

**6.11** A CONTRATADA obrigará-se, ainda, a tomar conhecimento diário através de seu representante, das observações feitas no Diário e regularizar as faltas ou defeitos observados.

**6.12** Obrigará-se a CONTRATADA as suas expensas, promover a sinalização viária necessária, visando a proteção dos funcionários e evitar acidentes a terceiros.

**6.13** Obrigará-se a CONTRATADA a afastar ou substituir, dentro de **24 (vinte e quatro) horas**, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer funcionário seu que, por solicitação justificada da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

**6.14** Caso a contratada deixe de honrar as obrigações trabalhistas com seus empregados incorrerá em falta grave, estando sujeita, além das penalidades acima previstas, à extinção contratual, sem prejuízo de ação regressiva por parte da Administração em caso de condenação à responsabilidade subsidiária imposta pela Justiça do Trabalho, a teor do Enunciado nº. 331 do C. Tribunal Superior do Trabalho.

**6.15** Incorrerá na mesma falta se deixar de atender às normas atinentes à segurança e medicina do trabalho, especialmente as relativas ao Programa de Proteção Respiratória (PPR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Serviço Especializado de Engenharia e Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT); bem como não se verificar o fornecimento e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e uniformes adequados como forma de impedir riscos à saúde de seus empregados.

**6.16** Para verificação da regularidade da CONTRATADA junto a seus empregados, poderá a CONTRATANTE exigir a qualquer tempo documentos comprobatórios de tal situação, além da fiscalização regular por parte da Administração.

**6.17** Em havendo necessidade de obtenção de licenças junto aos órgãos externos de proteção ambiental, concessionárias de serviço público, agências reguladoras e outros, estas serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, cabendo à Administração apenas fornecer os elementos necessários para a obtenção do documento.

**6.18** A realização de ensaios e testes, quando necessários, correrá por conta da CONTRATADA.

**6.19** Cumprir as determinações da NR 18, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que forem aplicáveis nesta contratação.

**6.20** A CONTRATADA não poderá se prevalecer de qualquer erro, manifestamente involuntário ou de qualquer omissão, eventualmente existente, para eximir-se de suas responsabilidades, estando ainda, obrigada a satisfazer a todos os requisitos constantes dos desenhos e especificações.

**6.21** A CONTRATADA deverá, se necessário, manter contato com as repartições públicas competentes para o fim de obter eventuais aprovações necessárias ao cumprimento dos serviços a serem executados, bem como solicitar as ligações diversas e inspeções necessárias.

**6.22** As partes responderão por perdas e danos pelo inadimplemento de suas obrigações contratuais, além de outras cominações definidas na legislação em vigor.

**6.23** Será efetuada pela CONTRATANTE fiscalização durante a execução dos serviços, por um ou mais engenheiros por ele credenciados, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle, coordenação e fiscalização.

**6.24** Deve a CONTRATADA permitir o livre acesso, a qualquer tempo, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento a ser pactuado, bem como aos locais de execução dos serviços, quando em missão de fiscalização ou auditoria, devendo-se inclusive permitir o livre acesso dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle externo e interno a seus documentos e registros contábeis.

**6.25** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

**6.26** Somente serão executados os serviços imprevistos que tenham sido prévia e expressamente justificados e aprovados pela CONTRATANTE, e, após o competente TERMO DE ADITAMENTO ao Contrato, observado o disposto nos arts. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21 e alterações, desde que verificada a disponibilidade orçamentária. Salvo os casos em que a interrupção da execução gere prejuízo, devendo o aditamento ser formalizado no prazo de até 1 (um) mês da antecipação de seus efeitos, nos termos do art. 132 da Lei Federal 14.133/21.

**6.27** A Garantia do serviço executado pela CONTRATADA, deverá ser estabelecida de acordo com a natureza do objeto contratual e ao Código Civil - Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

**6.28** Demais responsabilidades são aquelas constantes no Memorial Descritivo e/ou Termo de Referência.

## **7. DAS PENALIDADES E EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**7.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal 14.133/21, a CONTRATADA que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para a execução do contrato;

- e) ensinar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
- g) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, durante a execução do contrato;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), durante a execução do contrato.

**7.2** Por descumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento e pela inexecução parcial ou total do seu objeto, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**7.2.1 ADVERTÊNCIA**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea “a”, “b” e “c” do item 7.2.4;

**7.2.2 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**, com o Município de Guarulhos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, do item 7.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea “a”, “b” ou “d” do item 7.2.4;

**7.2.3 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR**, com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h”, “i” e “j” do item 7.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” também do item 7.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea “d” do item 7.2.4;

**7.2.4 MULTA**, aplicada da seguinte forma:

**a)** Nos casos de atraso na execução do objeto ou na inexecução parcial, que se prolongue até o **10º (décimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,5%** ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;

**b)** Nos casos de atraso na execução do objeto ou inexecução parcial, que se prolongue do **11º (décimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,7%** ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;

**c)** Pela recusa da CONTRATADA em corrigir/substituir produto ou serviço eventualmente rejeitado pela CONTRATANTE ou pela correção/substituição fora do prazo estipulado, aplicar-se-á multa de **10% a 20%** sobre o valor da parcela inadimplida, a ser definida conforme item 7.8;

**d)** Nos casos de **inexecução total da obrigação**, que se configura com a mora na entrega do objeto por prazo **superior a 30 (trinta) dias**, contados do dia imediatamente posterior ao previsto no instrumento contratual ou, ainda, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h”, “i” e “j” do item 7.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” também do item 7.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, incidirá multa de **20% a 30%** sobre o valor do Contrato, a ser definida conforme item 7.8.

**7.2.5** Para aplicação das multas elencadas nas alíneas “a” e “b” acima, tão logo constatado o atraso injustificado, o Gestor deste Contrato acionará o Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, para que proceda os trâmites necessários à aplicação da penalidade, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, onde o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador da multa, ou descontado de eventual garantia prestada. Não havendo pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou garantia prestada pela CONTRATADA, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**7.2.6** A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Guarulhos, pelo prazo de até **03 (três) anos**, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, caso venha a descumprir a avença, total ou parcialmente, conforme item 7.2.2 acima e poderá, a critério da Administração, ser aplicada em conformidade com os prazos a seguir:

**a) 06 (seis) a 12 (doze) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e/ou deixar de entregar, em prazo estabelecido, todos os documentos e anexos exigidos, quer por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, conforme a forma estipulada para a apresentação do documento, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial, a ser definido conforme item 7.8;

**b) 13 (treze) a 18 (dezoito) meses** nos casos em que a CONTRATADA, der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, quando ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial que cause grave dano, a ser definido conforme item 7.8;

**c) 19 (dezenove) a 36 (trinta e seis) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução total do contrato ou deixar de recolher aos cofres públicos os valores atinentes a penalidade pecuniária aplicada, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução total, a ser definido conforme item 7.8;

**7.2.7** A aplicação da penalidade prevista nos itens 7.2.2 e 7.2.3 implicará o imediato descredenciamento da empresa do cadastro de fornecedores do Município de Guarulhos, pelo prazo em que durar o apenamento.

**7.2.8** Para o pagamento das multas elencadas nas alíneas “c” e “d”, do item 7.2.4 acima, bem como as indenizações cabíveis impostas à CONTRATADA, o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE. Caso o valor seja superior aos pagamentos que a mesma tenha a receber da CONTRATANTE, o saldo remanescente será descontado de eventual garantia prestada e, se ainda assim, não forem suficientes, restando saldo, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**7.3** A Contratada somente deixará de sofrer as penalidades descritas no presente instrumento nas seguintes hipóteses:

**a)** comprovação da ocorrência de caso fortuito ou força maior, que tenham tornado impossível o cumprimento da obrigação, e/ou;

**b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à CONTRATANTE.

**7.4** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;

**7.5** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, não se restringindo às cumulações descritas no item 7.2, podendo ser combinadas de forma distinta, de acordo com os critérios elencados no item 7.8.

**7.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 166 da Lei Federal 14.133/21, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

**7.6.1** Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos por meio eletrônico, **até o último dia útil do prazo**, ou protocolados diretamente na Rua do Rosário, 300 - Macedo - Guarulhos/SP, **das 8h30 às 16h45, respeitado o último dia útil do prazo**.

**7.6.2** Não serão conhecidos recursos enviados por meio eletrônico que forem recebidos **após as 23h59 do último dia útil do prazo estipulado**, sendo considerado o horário de recebimento exibido pelo servidor de e-mail ou sistema eletrônico, ou **protocolados fisicamente após o horário determinado do último dia útil do prazo estipulado**, conforme estabelecido no item anterior.

**7.6.3** Após o vencimento do prazo recursal, os valores serão cobrados nos moldes do subitem 7.2.8.

**7.7** Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal 14.133/21, deve ser observado o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da mesma lei.

**7.8** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.9** A extinção contratual poderá ser, ainda, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta, bem como consensualmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Conforme o motivo, podem-se aplicar também as disposições dos artigos 138 e 139, sem prejuízo das sanções enumeradas no artigo 155 do mesmo diploma legal.

**7.10** O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**7.11** O atraso superior a **20 (vinte) dias úteis** para suplementação ou reposição da garantia contratual autoriza a CONTRATADA a promover a extinção do contrato por descumprimento ou



cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21.

**7.12** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**7.12.1** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**7.13** A extinção, sempre que possível, será precedida:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

## 8. DISPOSIÇÕES GERAIS

**8.1 DA GARANTIA CONTRATUAL: A CONTRATADA apresenta neste ato, como condição para assinatura, garantia contratual no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_), conforme previsto no artigo 96 e seguintes, da Lei Federal 14.133/21, equivalente a 5% do valor total do Contrato, que será levantada após o término e entrega dos serviços, mediante emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, diante da extinção do contrato.**

**8.1.1** A garantia contratual deverá ter validade igual ao prazo de execução do contrato, acrescidos de **90 (noventa) dias**, sendo que em caso de prorrogação, esse prazo deverá também ser somado à data final do novo período.

**8.1.2** A garantia contratual deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato, sendo que em caso de iminente vencimento durante a vigência do contrato, por qualquer motivo, a CONTRATADA deve providenciar sua renovação, sendo que o(s) responsável(is) pela gestão contratual deve(m) acompanhar os prazos contratuais e solicitar a renovação, junto à CONTRATADA.

**8.1.3** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

**8.1.4** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período mediante solicitação justificada, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**8.1.5** Na hipótese de suspensão ou paralização do contrato pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia até o reinício da execução, devendo o(s) responsável(is) pela gestão contratual verificar tal condição e solicitar a renovação junto à ordem de reinício.

**8.1.6** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação justificada, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada pelo(s) responsável(is) pela gestão contratual.

**8.2 CONDIÇÕES INTEGRANTES:** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) O Edital de Licitação, conforme o fundamento acima;
- c) A Proposta da CONTRATADA; e
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**8.3** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.

**8.4 ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos até o limite de 50%, do valor inicial atualizado do contrato.

**8.4.1** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% do valor inicial atualizado do termo de contrato.

**8.5** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, devidamente justificado pela unidade requisitante, com anuência da CONTRATADA, submetido à prévia aprovação da Procuradoria do Município, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, devendo esse prazo ser observado pelos responsáveis pela gestão do contrato, respeitados, ainda, os prazos estipulados na Súmula 15 da PGM.

**8.6** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21, devendo a unidade requisitante encaminhar ao Órgão responsável pelas Licitações e Contratos as devidas justificativas e solicitação para o apostilamento.

**8.7** A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sendo vedada a transferência dos serviços que se prestaram para comprovar a sua Capacidade Técnica Operacional no processo licitatório.

**8.7.1** A subcontratação dos serviços deverá ser permitida na forma parcial conforme disposto no art. 122 da Lei Federal 14.133/21, desde que a CONTRATADA mantenha toda a coordenação dos serviços através do seu Responsável Técnico preposto.

**8.7.2** A subcontratação só será permitida até o limite financeiro de 30% do valor total do contrato.

**8.7.3** Os serviços que podem ser subcontratados são os referentes às atividades acessórias, cujo serviço especializado não caracteriza a essência do objeto do contrato e somente poderão ser efetuados com profissionais ou empresas com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar.

**8.8** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**8.8.1** A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

**8.9** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na

contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**8.10** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal 14.133/21 e alterações, demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos, devendo sua aplicação ser precedida da devida análise jurídica.

**8.11** Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

**8.12** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**8.13** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**8.14** A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de **5 (cinco) dias úteis** sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

**8.15** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**8.16** É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**8.17** A CONTRATADA deverá exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**8.18** A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**.

**8.19** A CONTRATADA deverá prestar, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**8.20** A CONTRATADA, ao assinar o presente contrato, DECLARA que está ciente acerca da Política de Segurança da Informação, instituída pelo Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022, e concorda em cumprir todas as diretrizes e responsabilidades estabelecidas, se aplicável, e se compromete a:

- a) Proteger as informações confidenciais da CONTRATANTE e dos cidadãos do Município, acessadas ou gerenciadas no decorrer da prestação dos serviços;
- b) Utilizar os recursos de tecnologia da informação fornecidos pela CONTRATANTE apenas para os fins autorizados e em conformidade com as políticas estabelecidas;
- c) Relatar imediatamente à CONTRATANTE qualquer incidente de segurança da informação ou suspeita de violação das políticas;
- d) Participar de treinamentos e capacitações relacionados à segurança da informação quando solicitado pela CONTRATANTE;

**e)** Colaborar com a equipe de segurança da informação do município para implementar e manter as medidas de segurança adequadas;

**f)** Dar ciência aos seus colaboradores do fiel cumprimento da PSI.

**8.21** No ato de assinatura deste instrumento, a CONTRATADA declara que ofertou sua proposta ciente e em concordância com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Concorrência originária, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

**8.22 FORO:** As partes elegem, em comum acordo, o Foro desta Comarca de Guarulhos, como seu domicílio legal, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento deste contrato.

Estando as partes concordes com as cláusulas transcritas no presente Contrato, assinam os representantes, digitalmente, mediante acesso com senha pessoal, conforme normas estabelecidas pela Legislação vigente.

Guarulhos, data da última assinatura digital (será considerado o próximo dia útil, caso a última assinatura ocorra em dia que não haja expediente no órgão ou entidade competente).

Secretário da Saúde

## RAZÃO SOCIAL

**Nome:**

**Cargo:**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO****CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARULHOS (Secretaria da Saúde)****CONTRATADO:****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº /2026****OBJETO: Execução de reforma do CEMEG São João - Guarulhos/SP.**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a)** o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b)** poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c)** além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d)** as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e)** é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a)** O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b)** Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Guarulhos, data da última assinatura digital.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo: Secretário da Saúde

CPF:

**Responsáveis que assinaram o ajuste:****Pelo CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo: Secretário da Saúde

CPF:

**Pela CONTRATADA:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo: Secretário da Saúde

CPF:

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEL POR PROCESSOS LICITATÓRIOS:**

Nome:

Cargo: Subsecretário de Licitações e Contratos

CPF:

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Nome:

Cargo:

CPF:

(\*) O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



Documento assinado eletronicamente por **Carmem Regina de Paiva Simoes Ferrari, Assessor (a) de Políticas Públicas**, em 14/01/2026, às 08:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3649998** e o código CRC **561A33B7**.

1111.2025/0044108-7

3649998v7